

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA
CAMPUS BAGÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
MESTRADO ACADÊMICO**

Matheus Rodrigues dos Santos

**É tempo de luta! A história da educação pública em Bagé a partir das páginas do jornal DeFato
(1986-1987)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação
Mestrado Acadêmico em Ensino da Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino.

BAGÉ – RS

2023

MATHEUS RODRIGUES DOS SANTOS

**É TEMPO DE LUTA! A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM BAGÉ A PARTIR DAS
PÁGINAS DO JORNAL DEFATO (1986-1987)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado Acadêmico em Ensino da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino.

Orientador: Professor Dr. Alessandro de Carvalho Bica.

BAGÉ – RS

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

S237É Santos, Matheus Rodrigues dos

É tempo de luta! A história da educação pública em Bagé a partir das páginas do jornal DeFato (1986-1987) / Matheus Rodrigues dos Santos.

108 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Pampa, MESTRADO EM ENSINO, 2023.

"Orientação: Alessandro Carvalho Bica".

1. História da Educação. 2. História da Educação de Bagé. 3. Acervos Históricos. 4. Jornais. 5. Jornal DeFato. I. Título.

Matheus Rodrigues Dos Santos

É tempo de luta! A história da educação pública em Bagé a partir das páginas do jornal DeFato (1986-1987)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Dissertação defendida e aprovada em: 13 de junho de 2023.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Alessandro Carvalho
BicaOrientador
(Unipampa)

Prof.^a Dr.^a Natalia de Lacerda Gil
(UFRGS)

Prof.^a Dr.^a Ana Cristina
da Silva Rodrigues(Unipampa)



Assinado eletronicamente por **ALESSANDRO CARVALHO BICA**,
PROFESSOR DO MAGISTERIOSUPERIOR, em 16/06/2023, às 14:32, conforme

horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Natália de Lacerda Gil, Usuário Externo**, em
19/06/2023, às 09:00, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as
normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ANA CRISTINA DA SILVA RODRIGUES**,
PROFESSOR DO MAGISTERIOSUPERIOR, em 28/06/2023, às 18:19, conforme horário
oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código
verificador **1149227** eo código CRC **4C3D3806**.

Em memória

Dedico este trabalho à memória de Maria
Salvadora Pacheco Rodrigues, minha amada
avó, vítima de uma leucemia descoberta no
ano de 2019, ao meu doce e inspirador avô,
João Pedro Ferreira Rodrigues e a minha tinda
Adriana Pacheco Rodrigues,
levada a óbito em 2022, após uma longa,
dura e injusta luta contra um
câncer cerebral. Os amarei incondicionalmente daqui
até o fim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha mãe, Lucila Pacheco Rodrigues. Mulher forte, guerreira, que mesmo nos momentos mais difíceis jamais deixou de me estender a mão, acariciar-me delicadamente o topo da cabeça e me lembrar que não estou sozinho. É fonte de inspiração. E o amor da minha vida.

Agradeço a minha irmã, Fabrini Rodrigues dos Santos. Àquela que mesmo tão jovem, ainda durante sua adolescência, doou boa parte da sua juventude para ajudar mamãe em minha criação. De tão diferentes que somos, somos iguais. Toda gratidão a ti.

Agradeço a Luis Wagner Triscorn Mendes. O homem que entrou na minha vida ainda quando eu estava na precoce infância, nunca mais saindo. É amigo, companheiro, de sábios conselhos. E, acima de tudo, é o pai que nunca tive.

Agradeço a Eduarda Paz Trindade. Minha companheira de vida. Lutas. E de amor pelo social. É cheiro de café às 08h da manhã de um sábado, o descanso após um dia cansativo e, principalmente, a lembrança de que a vida pode, sim, ser melhor quando compartilhada. Que o destino seja gentil e nos presenteie com tudo o que de melhor pode existir. Hoje, sempre — e para sempre. O meu amor a ti.

Agradeço ao meu professor e orientador, Alessandro Carvalho Bica. Um amigo. Paciente. Que mostra diariamente que é possível alinharmos a teoria junto às [nossas] práticas, cotidianas, do dia a dia. É uma das mais humanas e sensíveis pessoas que tive o prazer de conhecer na Unipampa. E leva-la, da academia, para a vida. Das orientações da dissertação, aos conselhos pessoais, uma é a certeza: essa pesquisa, também, é do senhor. Admiro-o tanto quanto a nossa fé e crença na educação pública, gratuita e de qualidade, pode indicar. Muito obrigado.

Agradeço ao meu amigo, Lucas Machado Cassuriaga. Um irmão, de outros pais, que a vida me deu. Da idolatria por Emicida, até a inconformidade para com as injustiças — é na

luta por dias melhores para o povo, que nos enxergamos. Toda minha admiração a tua caminhada. A vitória está logo ali e errado é quem se nega a enxergar isso. Pois, parafraseando Leandro: se era uma questão de sorte, hoje, é apenas uma questão de tempo. Pode ter certeza.

Agradeço ao meu grande amigo, Lua Santos. Que, nos momentos de incerteza sobre o futuro, nunca se furtou de estender a mão; ou, até mesmo, de dizer uma palavra gentil. Da ZL ao Castro Alves, da UBES até o Frei Plácido. Uma é minha certeza: o bairro — e, principalmente, aqueles que nele residem — servem de centro para as nossas atitudes. O topo é logo ali. E que a vida nos permita chegar nele juntos. Meu mais sincero muito obrigado.

Agradeço a todas e todos os professores que tive durante minha vida estudantil, seja na educação básica, no ensino superior ou na pós-graduação. Sem elas e eles, nada disso seria possível. Minha mais sincera e eterna gratidão.

Por fim, agradeço a todas e todos colegas que, de alguma maneira, contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui. Na impossibilidade do contato com o outro, somos impossibilitados de sermos nós mesmos. E, então, nada disso valeria a pena. Que o futuro seja brilhante para nós todos, assim como já o é.

“A realidade está definida com palavras.
Portanto, quem controla as palavras, controla
a realidade.” Antonio Gramsci

RESUMO

A presente pesquisa científica, situada no campo da História da Educação, buscou investigar a construção do percurso histórico educacional do Ensino Público de Bagé a partir das páginas do Jornal *DeFato* (1986-1987), de maneira a observar o modo como o período de redemocratização impactou nos processos referentes a educação em todo o Brasil. Para tanto, elegemos enquanto objetos de análise editoriais, reportagens e fragmentos de matérias existentes dentro do veículo supracitado, que se reportassem à temática em questão, atentando assim para aspectos que dissessem respeito aos acontecimentos ocorridos à época da publicação do semanário. O entendimento das noções de *Fontes*, da *Análise Documental* e da *Pedagogia Histórico-Crítica* se fez necessário à realização daquilo o que esta dissertação se propõe. Não só isso, buscar dentro do campo *História da Educação* o aporte ao entendimento do material existente em nossa análise nos possibilitou uma reflexão ampla sobre o contexto no qual as materialidades que optamos por trabalhar estavam envolvidas. Assim, por meio deste trabalho, conseguimos perceber que o *DeFato* ajuda com que se estabeleça análises conjecturais amplas e complexas sobre os embates a nível educacional que ocorreram na cidade de Bagé ao final da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), desvelando os tensionamentos e a luta do magistério gaúcho e bajeense por melhores condições de trabalho para a categoria.

Palavras-chave: História da Educação. Educação Pública. Imprensa Alternativa.

ABSTRACT

The present scientific research, located in the field of History of Education, sought to investigate the construction of the historical educational path of Public Education in Bagé from the pages of *Jornal DeFato* (1986-1987), in order to observe how the period of redemocratization impacted on processes related to education throughout Brazil. For this, we chose as objects of editorial analysis, reports and fragments of existing materials within the aforementioned vehicle, which related to the theme in question, thus paying attention to aspects that related to the events that occurred at the time of publication of the weekly. Understanding the notions of *Sources*, *Document Analysis* and *Historical-Critical Pedagogy* was necessary to accomplish what this dissertation proposes. Not only that, seeking within the *History of Education* field the contribution to understanding the existing material in our analysis allowed us a broad reflection on the context in which the materialities that we chose to work on were involved. Thus, through this work, we were able to perceive that *DeFato* helps to establish broad and complex conjectural analyzes about the clashes at an educational level that occurred in the city of Bagé at the end of the Civil-Military Dictatorship (1964-1985), revealing the tensions and the struggle of teachers from Rio Grande do Sul and Bagé for better working conditions for the category.

Keywords: History of Education. Public education. Alternative Press.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Capa da edição de número zero do jornal DeFato.....	51
FIGURA 02 – Editorial da edição nº01 publicada do Jornal <i>DeFato</i>	54
FIGURA 03 – Artigo sobre a construção do Jornal <i>DeFato</i>	56
FIGURA 04 – Editorial de 03 a 08/01/1987.....	57
FIGURA 05 – Editorial de 19 a 23/12/1986.....	58
FIGURA 06 – Editorial de 09 a 15 de janeiro de 1987.....	59
FIGURA 07 – Anúncio de criação do <i>DeFato</i> Rural.....	60
FIGURA 08 – Editorial da edição de nº 0 da página destinada à educação no <i>DeFato</i>	62
FIGURA 09 – Editorial da Página da Educação do <i>DeFato</i>	67
FIGURA 10 – Entrevista com Marisa Codevilla Mata.....	68
FIGURA 11 – “Silveira Martins: uma escola abandonada”.....	69
FIGURA 12 – Escola ou casarão abandonado?.....	70
FIGURA 13 – As crateras da sala de aula.....	70
FIGURA 14 – “GETECO está morrendo”.....	71
FIGURA 15 – Pátio não oferece segurança.....	72
FIGURA 16 – Interior do prédio sem acabamento.....	72
FIGURA 17 – “Simon: Educação é prioritária”.....	75
FIGURA 18 – “PMDB: investir na educação”.....	76
FIGURA 19 – “PCB: Socialismo não utópico”.....	76
FIGURA 20 – “PFL: Preocupação com Produtores Rurais”.....	77
FIGURA 21 – “PSB: Reforma Agrária Ampla”.....	78
FIGURA 22 – “PT: Luta pelo Socialismo”.....	79
FIGURA 23 – “PDT: igualdade de oportunidades”.....	79
FIGURA 24 – “Professores na luta por seus direitos”.....	80
FIGURA 25 – “Câmara aprova piso para Magistério”.....	81
FIGURA 26 – “Escolas Municipais elegem diretoras”.....	83

FIGURA 27 – “SMEC: Um ano em retrospectiva”.....	84
FIGURA 29 – “Vargas aos professores: Meu compromisso é com a educação”.....	87
FIGURA 30 – “Professor, obrigado por mais esta aula de democracia”.....	88
FIGURA 31 – Convocação de professores para ato público.....	88
FIGURA 32 – “Longe do acordo”.....	90
FIGURA 33 – Assembleia realizada na Câmara Municipal.....	91
FIGURA 34 – Descontentamento manifestado publicamente [1].....	91
FIGURA 35 – Descontentamento manifestado publicamente [2].....	91
FIGURA 36 – Salas de aula vazias.....	92
FIGURA 37 – “Governo reluta em não cumprir a lei”.....	93
FIGURA 38 – “Greve dos professores, ‘uma aula de vida’”.....	94
FIGURA 39 – “‘Bardenação’ em Bagé”.....	97
FIGURA 40 – “‘Determinação x Ameaças’”.....	98
FIGURA 41 – “Fim à Greve!”.....	99
FIGURA 42 – “A garra do magistério”.....	100
FIGURA 43 – “Magistério local decide pela volta às aulas”.....	101
FIGURA 44 – Professores acampados na Praça Silveira Martins.....	102
FIGURA 45 – Passeata realizada durante a semana.....	102

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Dados gerais sobre o Jornal <i>DeFato</i>	52
QUADRO 02 – Dados sobre temáticas tratadas na edição de estreia do <i>DeFato</i>	55
QUADRO 03 – Dados sobre o número de páginas em cada edição do <i>DeFato</i>	60
QUADRO 04 – Categorização do Jornal <i>DeFato</i> e a Educação.....	66

LISTA DE SIGLAS

MEIO ACADÊMICO:

AD – Análise de Discurso

ANDE – Associação Nacional de Educação

FASUBRA – Federação das Associações de Servidores das Universidades Públicas

CPB – Confederação dos Professores do Brasil

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação

GEP – Grupo de Estudos Pecheutianos

JUNIPAMPA – Jornal Universitário do Pampa

MAE – Mestrado Acadêmico em Ensino

PUC – Pontifícia Universidade Católica

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

URCAMP – Universidade da Região da Campanha

LEGISLAÇÃO/ DOCUMENTOS:

AI-2 – Ato Institucional de Número Dois

AI-4 – Ato Institucional de Número Quatro

AI-5 – Ato Institucional de Número Cinco

CF – Constituição Federal

LDB – Lei de Diretrizes E Bases

PCN – Parâmetros Comuns Curriculares

PARTIDOS E MOVIMENTOS POLÍTICOS:

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDT – Partido Democrático Brasileiro

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático

PR – Partido Republicano

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

ENTIDADES EDUCACIONAIS:

ANPED – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação

APMB – Associação dos Professores Municipais de Bagé

CEDES - Centro de Estudos de Educação e Sociedade

CIEP – Centro Integrado de Educação Popular

CPERS- Centro dos Professores do estado do Rio Grande do Sul

CPM – Círculo de País e Mestres

DE – Delegacia de Ensino

MEC – Ministério da Educação

SEC – Secretaria de Educação e Cultura

SINPRO - Sindicato dos Professores do estado do Rio Grande do Sul

SMEC - Secretaria Municipal de Educação e Cultural

DEMAIS SIGLAS:

ACP – Antônio Candido Pires

Cz\$ - Cruzeiro

CBE – Conferências Brasileiras de Educação

IA – Imprensa Alternativa

LTDA – Sociedade Limitada

PCD -Pessoa com Deficiência

PHC – Pedagogia Histórico-Crítica

STF – Supremo Tribunal Federal

URSS – União Soviética

SUMÁRIO

PARTE I	19
1. Considerações Iniciais	19
PARTE II	25
2. Contexto histórico, político e econômico	25
2.1 A transição de um Brasil imperial para um Brasil Republicano.....	26
2.2 Os caminhos até a transição democrática	29
2.3 O começo da Nova República e a Rainha da Fronteira	33
2.4 Bagé, a Rainha da Fronteira	37
PARTE III	41
3. Jornais como fonte de pesquisa	41
3.1 Imprensa brasileira, modelo midiático e veículos alternativos de comunicação	41
3.2 Fontes de pesquisa, documentos e análise documental	45
3.3 Pedagogia histórico-crítica e apontamentos gramscianos	48
PARTE IV	51
4. Jornal DeFato e a verdade sem concessões.....	51
4.1 As áreas de atuação do Jornal DeFato	53
4.2 Outras vozes sobre o Jornal DeFato	61
4.3 As páginas destinadas à educação	62
4.3.1 O DeFato e a Rede Municipal de Ensino	66
4.3.2 O reflexo de um período:	68
4.3.3 A precarização das escolas situadas em Bagé	68
4.3.4 A educação e as eleições de 1986 no Rio Grande do Sul.....	72
4.3.5 O Magistério Municipal e a luta por melhores condições de trabalho: valorização financeira e democracia nas escolas	79
4.4 O movimento sindical e o magistério sul-rio-grandense: o <i>DeFato</i> posiciona-se!.....	86
4.4.1 Os caminhos até o ‘apogeu’ da maior greve da história do magistério gaúcho	93
4.4.2 da história do magistério gaúcho.....	93
4.4.3 Desgaste, Acordos, Perdas e Ganhos: o fim da <i>Greve dos 96 dias</i>	97

PARTE V	102
5 Considerações Finais.....	102
BIBLIOGRAFIA	105

PARTE I

1. Considerações Iniciais

A presente pesquisa tem por objetivo investigar quais foram as narrativas sobre a educação pública presentes no jornal bajeense DeFato (1986-1987). Para isso, analisaremos editoriais, manchetes e notícias publicadas no veículo durante o período, que se referiam à temática do ensino e da educação brasileira.

A escolha pela utilização do jornal supracitado como fonte para este estudo científico se deu através de um emaranhado de inquietações pessoais, que fomentaram a relação entre o eu-sujeito e o eu-sujeito-pesquisador. De tal modo, que antes de avançarmos para a contextualização do objeto de análise em si, nos propomos a abrir um diálogo sobre uma noção que é comumente apagada dentro do meio acadêmico do país: a das vivências cotidianas de cada um de nós (MAURENTE, 2019).

Em Pedagogia da Autonomia (2013), Paulo Freire aponta e tece reflexões sobre elementos que entende ser indispensáveis à prática docente dentro da sala de aula. Não por acaso, um dos argumentos mais empregados na obra versa acerca da necessidade de que os saberes próprios e as experiências dos educandos não estejam à parte do processo de ensino-aprendizagem, mas que sejam, sim, intrínsecos a ele.

Iniciemos esse momento de diálogo, portanto, utilizando-se e ampliando a reflexão proposta acima pelo Patrono da Educação do Brasil¹. É, baseando-se nessa lógica, que se torna possível argumentarmos que o início da escolha do tema desta dissertação tem como origem um período anterior na vida do autor, antes mesmo da graduação em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, finalizada em 2019, ou do ingresso no Mestrado Acadêmico em Ensino (MAE), ambos ofertados pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

Para abrir esse pequeno *parêntese* situado no nível da memória individual (HALBWACHS, 1990), entendo que seja importante retornarmos à época que antecedeu ao meu período escolar, uma vez que foi nessa fase que comecei a ser influenciado, por parte de minha mãe e irmã, a ler e escrever; principalmente, a partir dos chamados quadrinhos e das HQs² infantis. O interesse por outros gêneros textuais, na sequência, se deu de forma natural e, com relação ao acesso a jornais, não poderia ser diferente, ainda que eu confesse não saber ao certo o que mais me chamou a atenção no início, se as palavras-cruzadas, as *charges*, as crônicas ou, como bom colorado que sempre fui, a coluna referente aos esportes. Mesmo que seja sabido que a construção de um sujeito-leitor não se dá de forma retilínea, saliento que o início de minha experiência — e interesse — com esse tipo de texto passou

¹ Em 13 de abril de 2012, a Lei 12.612 tornou Paulo Freire o Patrono da Educação brasileira.

² Abreviação para História em Quadrinhos.

por tais contatos, que evidentemente careciam de maior profundidade de leitura, seja do texto, em si, ou do mundo, como um todo.

É num segundo momento, já ao final do Ensino Médio, que a academia surge em minha vida. Interessado pela educação, muito em decorrência dos debates que participei a partir da atuação no Movimento Estudantil Secundarista, entro na Licenciatura em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa. Neste momento, passo a integrar três projetos que entendo como imprescindíveis para que eu viesse a me interessar pelo estudo da história da educação por meio da imprensa, refiro-me: ao Jornal Universitário do Pampa (Junipampa), a Rádio Uni e ao Grupo de Estudos Pechetianos (GEP), que se propunha a estudar a Análise de Discurso (AD) de vertente materialista.

Ao ter ingressado no GEP, pude voltar o meu olhar para a intersecção existente entre a grande imprensa e a ideologia neoliberal disseminada através do discurso de suas reportagens, colunas e afins. Isso, somado aos constantes ataques contra o campo progressista, intensificados após o processo de *impeachment* contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, que contou com um amplo apoio da mídia hegemônica brasileira, fez com que eu, ao me formar, acabasse entrando numa estrutura societária de ordem privada e fundasse em Bagé a Mídia RNC, um veículo alternativo de comunicação progressista.

Justamente pelo interesse pela história dessa imprensa não-hegemônica que somos levados ao Jornal *DeFato* (1986-1987); um veículo que, à época de sua publicação, se notabilizou por configurar-se enquanto um impresso de caráter *alternativo*, composto por discursos dissidentes se em comparação para com aqueles os quais a mídia tradicional bajeense apresentava.

Para que chegássemos até o veículo de imprensa supracitado, nosso primeiro passo foi realizar um amplo levantamento de fontes e acervos históricos existentes na cidade de Bagé. Depois disso, buscamos delimitar quais jornais poderiam nos fornecer um número substancial de informações sobre o percurso da história da educação pública bajeense, por uma via que não da grande imprensa do município. Nesta perspectiva, chegamos até o *DeFato*, que tinha em Mário Pinheiro — um reconhecido militante e intelectual da esquerda da cidade — como um dos seus proprietários.

Após termos tido conhecimento do jornal, entramos em contato com Pinheiro. Ele não só viria a nos ceder todas as edições do semanário, como também desvelar uma imbricação que nos era muito cara: a da linha editorial independente que o espaço possuía. Esta questão nos possibilitaria, então, um olhar amplo, sob distintos prismas, acerca dos movimentos educacionais que emergiram no país ao final da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), bem como também oportunizaria que vislumbrássemos possíveis reflexos do momento em questão sobre aquilo o que viria a pautar o magistério da cidade e do país.

A história da chamada imprensa alternativa (IA) do Brasil se confunde com a própria fundação da República (PETRARCA, 2010), tendo em vista a postura independente que tais meios de

comunicação sempre adotaram em seus posicionamentos. Ainda assim, durante muito tempo esses periódicos ficaram relegados ao descrédito, como se tratassem-se de algo secundário, de menor valor, por estarem fora do *establishment* que constituía a organização do Estado brasileiro. É somente em meio a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), entretanto, que mídias não-governistas passam a ter uma maior notoriedade em decorrência da influência política que adquirem ao denunciar as arbitrariedades criminosas cometidas pelos militares dentro do regime (ibidem).

Cabe dizer que a mudança de percepção, por parte da sociedade civil no que diz respeito a credibilidade da IA, passa diretamente por dois momentos marcantes da história do país. O primeiro, logo após o Golpe Militar contra o governo de João Goulart, em 1964. Afinal, uma das consequências imediatas do crime contra a Pátria fora o repentino e sucessivo sufocamento das liberdades individuais dos sujeitos, bem como o silenciamento da imprensa de esquerda, comunista, socialista e nacionalista que existia. Para Indurski (1997), este fato rompeu com as políticas populistas adotadas no Brasil até aquele momento, fazendo com que a “tesoura da censura estatal” (ibidem, p. 22) alcançasse poucos anos depois, através do Ato Institucional de número cinco (AI-5), igualmente a imprensa liberal-conservadora que deu sustentação ao “golpismo”. A criação do AI-5 elevou a censura a um nível jamais visto no Brasil e tornou a utilização da tortura uma prática recorrente pelos militares contra aqueles os quais se opunham, de alguma maneira, aos seus ideais; o que fizera, assim, com que militantes, jornalistas, professores e cidadãos no geral, acabassem presos, exilados e/ou mortos.

O segundo momento, todavia, não teve haver com o processo de enrijecimento da retirada de direitos do povo; mas, sim, a uma disputa política-ideológica que pautou o período de transição para o regime democrático. Esse processo, que se desenvolveu a partir dos últimos anos da década de 1970, gerou tensões dentro do próprio campo de oposição ao militarismo. Isto é, de um lado tínhamos uma direita que tentava se desvincular dos governos ditatoriais e, do outro, uma esquerda que buscava ser porta-voz de “setores da sociedade considerados vítimas da ditadura” (MACEDO, 2017, p. 4). O caráter adotado por tal embate, portanto, elevava as tensões ali existentes para além de “pessoas contra a ditadura x pessoas favoráveis a ditadura”, tratando-se de um conflito no âmbito da memória e da identidade daqueles que se confrontavam pelos espaços de poder (ibidem).

A intenção de legitimar uma opinião sobre si e viabilizar a narrativa acerca do passado, reinterpretando-o de acordo com as vontades do seu projeto político, levou agentes das esquerdas brasileiras a embarcarem na construção dos jornais alternativos no Brasil, uma vez que a ligação da mídia tradicional com o capital financeiro estreitava as suas relações com a direita. Os veículos contra-governistas, ditos alternativos, atuavam contrapondo tendências dominantes, servindo como uma opção para jornalistas que não conseguiam encaixar-se nos editoriais tradicionais. Não só isso,

eles funcionavam enquanto espaços destinados a políticos e militantes, normalmente na clandestinidade, que buscavam visibilidade para os discursos que defendiam.

A compreensão desse contexto nos permite vislumbrar o motivo pelo qual mesmo com o final da Ditadura Civil-Militar, em 1985, imprensas alternativas, no plural, continuaram surgindo pelas cidades brasileiras. Neste sentido, não somente com o intuito de denunciar o autoritarismo de outrora, mas, sim, como um ambiente propício ao debate de cunho popular, que objetivava pensar o futuro que a sociedade brasileira viria a ter a partir do processo de reabertura democrática. Um desses casos é o do Jornal *DeFato*, publicado entre os anos de 1986 e 1987, no município de Bagé – Rio Grande do Sul (RS).

Escolher pela utilização de tal jornal como fonte de pesquisa para a nossa escrita, inclusive, possibilita com que compreendamos os movimentos políticos, de forma historicizada, que influenciaram e nortearam a educação do país durante o tempo em que ele fora publicado. O uso do gênero impresso numa pesquisa historiográfica, tal qual a que propomo-nos a desenvolver, justifica-se por sua capacidade de mobilizar um retrato, ainda que não totalmente preciso, bastante complexo e abundante em detalhes sobre aquilo o que já se passou (TRAINA, 2009). Além disso, a mobilização de noções que pautam investigações a partir de fontes impressas possibilita uma correlação entre o período atual e o recorte o qual está se buscando analisar, corroborando para que as complexibilidades que o constituem sejam perdidas o mínimo possível (ibidem).

Os fatos já ocorridos, por sua vez, ao serem repercutidos pela imprensa podem refletir desde amenidades na vida dos cidadãos de determinada região, até políticas que influenciam em tendências culturais e pedagógicas de certos locais, visto que “é principalmente através da imprensa que se divulgam e se consolidam as principais representações sociais” (NETO, 2002, p. 201), o que vem a permitir o seu resgate no futuro, a fim da sua utilização enquanto “documento na construção de interpretações históricas” (ibidem). É, portanto, também objetivo deste trabalho: entender a influência do contexto da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) na criação da chamada *imprensa alternativa* brasileira; investigar os impactos da reabertura democrática ocasionados na educação pública brasileira; traçar paralelos da realidade nacional da época, para com o que acontecia dentro do estado do Rio Grande do Sul, buscando compreender como tais mudanças afetaram a realidade do povo sul-rio-grandense durante o período estudado; e, também, vislumbrar os reflexos das mudanças ocorridas à época na educação pública, no que se refere aos dias atuais.

Salienta-se que o uso da imprensa como matriz de investigação oferece-nos importantes aproximações junto aos norteadores que fundamentam pesquisas situadas no âmbito da História da Educação. É por isso que ao encararmos o *DeFato* através de um olhar rigoroso e sistematizado, notamos nele um objeto fundamental para a compreensão do percurso político-educacional do

período em questão, o que o torna algo único para o “estudo histórico e sociólogo da educação e da pedagogia” (NÓVOA, 1997, p. 31).

De tal maneira, parece lícito afirmarmos que ao desenvolvermos uma pesquisa historiográfica, posicionamo-la, em específico, dentro deste campo da História da Educação. Essa escolha oportuniza que joguemos luz sobre questões as quais sofreram apagamentos em decorrência do tempo e também que revisitemos a memória acerca de atores envolvidos nos processos educativos da região, atentando para aspectos que diziam respeito ao cotidiano escolar e a sua cultura durante os anos de fundação da Nova República (1985-atual). Deste modo, entendemos que os relatos acerca dos acontecimentos na educação da cidade, encontrados no jornal, podem ajudar a tornar visível alguns dos anseios que a comunidade municipal possuía sobre as demandas escolares, colaborando para o debate e o entendimento sobre o assunto.

Ademais, ressaltamos que a analisaremos sob a ótica da metodologia histórico-crítica, dado que ela nos possibilita construir um arcabouço “empírico capaz de articular as relações entre o escrito e o não-escrito” (BICA, 2013, p. 29). Logo, a análise desse documento histórico indubitavelmente precederá ser feita por meio de uma perspectiva dialética, que deverá reconhecer os fenômenos da educação sempre como “resultados e/ou efeitos do seu tempo” (ibidem) os quais serão institucionalizados pelo passado.

É válido salientar, ainda, que se por um lado escolhemos a metodologia histórico-crítica como perspectiva teórico-metodológica; por outro, temos nos procedimentos da análise documental a abordagem técnico-metodológica que será empregada no trabalho. Assume-se, nesta lógica, o desejo de retornar ao conteúdo de textos e/ou documentos com objetivo de rememorá-los, a fim de facilitar a recuperação de informações (CUNHA, 1989). Para isto, o modelo vai pressupor alguns passos, que dirão respeito principalmente ao desempenho de suas funções de análise, síntese e representação de acordo com as características próprias que cada documento possui. De tal modo, para a elaboração de nosso *corpus* de análise, optamos primeiramente por um recorte temporal, em que buscamos investigar o período o qual se deu à época de publicação do nosso impresso. Em seguida, atentamos o olhar para questões relacionadas a educação pública, em específico. E, assim, finalmente buscamos compreender alguns aspectos, como:

- *Quem escreve sobre a educação pública no jornal?*
- *Qual o lugar de quem escreve?*
- *O que se escreve sobre a temática?*

A análise documental possui uma visão ampliada das noções comumente empregadas ao tipo de material estudado, indicando ele ir muito além somente de registros escritos. É, por isso, que ela desliza o sentido de uma leitura única e absoluta sobre a fonte, dado que a complexibilidade da

linguagem e os sujeitos — naturalmente atravessados pela ideologia — serão por ela afetados também (CUNHA, 1987).

Além disso, procurar entender como essa complexibilidade transforma-se e desloca-se a partir do que é dito e não-dito na fonte estudada nos permite apontar os efeitos, a nível de discurso, que são produzidos sobre a educação. Dessa maneira, numa conjuntura de crescente debate sobre o modo como medidas adotadas no passado, ainda hoje, ecoam nas estruturas de organização da sociedade brasileira — e, principalmente, na educação — ajudar na construção do conhecimento do assunto torna-se um importante aliado para a compreensão de uma problemática fundamental para o entendimento do presente: quais foram as narrativas sobre a **educação pública** presentes no Jornal bajeense *DeFato* entre os anos de 1986 e 1987?

Em decorrência das especificidades encontradas para a elaboração desta dissertação, observamos a necessidade de produzir um estudo historiográfico referente a aspectos da história da cidade, de modo a atentar para questões tais quais a história política, econômica e cultural do Brasil e de Bagé, observando igualmente os processos que suscitaram nas políticas públicas educacionais na Nova República.

Sendo assim, este trabalho foi dividido em três grandes capítulos, além do introdutório e o de finalização, organizados da forma que segue:

Capítulo número um: *História, Política e Economia* – neste tópico, buscamos traçar um percurso histórico que ajude a compreender os processos políticos e culturais os quais transformaram tanto o Brasil quanto a Bagé, atentando prioritariamente aos anos iniciais do período que se compreende enquanto Nova República (1985-atual). Para isso, fazemos uma retrospectiva do momento de fundação do Brasil República, até a metade de década de oitenta, período este no qual o Jornal *DeFato* (1986-1987) é fundado.

Capítulo número dois: *Jornais como fonte de pesquisa* – capítulo relacionado à discussão sobre conceitos considerados fundamentais ao desenvolvimento da pesquisa. Além disso, constitui-se um espaço que busca fomentar reflexões históricas sobre o momento de fundação do que entende-se *por imprensa alternativa* e o modo como ela difere-se da *chamada imprensa tradicional*.

Capítulo número três: *Jornal DeFato e a verdade sem concessões* – parte na qual realizamos nossas análises, observamos as peculiaridades que compõem o contexto histórico que circunda a fundação do semanário e indicamos o modo como as narrativas sobre a educação pública de Bagé era construída pelo jornal.

Enfim, ao longo desta dissertação, buscamos construir um fio condutor que nos guiasse às especificidades da educação pública na região da campanha, de forma que ao nos utilizarmos de nossas fontes, pudéssemos indicar os processos históricos e políticos os quais corroborarão para a construção do meio educacional bajeense à época de publicação do *DeFato*.

PARTE II

2. Contexto histórico, político e econômico

Uma pesquisa situada no campo da História da Educação precisa estar assentada em etapas organizativas que contemplem o debate acerca dos rumos da investigação. Para tanto, se faz necessário o pesquisador analisar e coletar dados sobre determinado acontecimento, a fim de que seja possível aproximar-se da leitura do seu todo. Essa leitura, invariavelmente, recorrerá àquilo o que é considerado a matéria-prima do historiador. Isto é, as suas fontes; históricas, por natureza. Quanto ao assunto, Dermeval Saviani (2004, p. 5), salienta:

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história.

Parte da obrigação de contato com essas fontes, a necessidade de se apropriar dos acontecimentos ocorridos no período em questão. De tal maneira, no decorrer deste capítulo, objetivaremos contextualizar os episódios que cercam a fundação do Jornal *DeFato*, atentando para a conjuntura histórica, política e social da região, no que diz respeito aos anos da década de 1980 até 1990. A intenção de trazer luz a tais questões justifica-se devido ao entendimento de que para uma melhor compreensão dos dados levantados no decorrer da presente pesquisa, faz-se imprescindível uma ampla contextualização histórica relacionada aos assuntos que permeiam-na.

Por conseguinte, num primeiro momento, dissertaremos sobre noções fundamentais para o princípio da República. Em seguida, apresentaremos o que representou para a sociedade civil brasileira a passagem do final da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) para o que entendemos enquanto a Nova República (1985-atual), levando em conta os movimentos dentro da educação que emergiram no país durante essa fase, visto que já no começo da penúltima década do século XX, com a reabertura democrática, educadores buscaram se organizar para romper com o modelo educacional vigente até então. Saviani (2018, p. 294) nos diz que:

O campo dos profissionais da educação veio, desde o final da década de 1970, lutando para superar os limites da política educacional da Ditadura Militar com a mobilização da ANPEd (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação), fundada em 1977; do CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade), cuja fundação foi articulada em 1978 e formalizada em março de 1979; da ANDE (Associação Nacional de Educação), fundada em 1979; da CPB (Confederação dos Professores do Brasil), constituída em 1979 a partir da CPPB (Confederação dos Professores Primários do Brasil), criada em 1960; da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação), na qual se transformou a CPB em 1989; da ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior), criada em 1981; além da FASUBRA (Federação das Associações de Servidores das Universidades Públicas), criada em 1978.

Após isso, buscaremos centralizar o leitor junto a questões referentes ao estudo de documentos como fonte de pesquisa e então atentaremos, em si, para a história do *DeFato*, correlacionando-a com o momento vivido em questão. A retomada histórica neste tópico incluirá, portanto, subseções que irão se referir a três pontos em específico: o primeiro, relacionado a maneira como se deu a transição do Brasil Império para um Brasil Republicano, atentando para questões estruturais da sociedade brasileira. O segundo, observando os meandros da política que levaram até a ‘fundação’ da Nova República. E, por fim, um último tópico cujo objetivo será discorrer sobre o contexto vivido em Bagé durante os anos de redemocratização e o modo como isso influenciou nos caminhos do sistema educacional da cidade.

2.1 A transição de um Brasil imperial para um Brasil Republicano

A Proclamação da República, ocorrida em 1889, representou inúmeras quebras de paradigmas dentro da sociedade brasileira. Com o final do período chamado de Brasil Império (1822-1889), a construção e a consolidação tanto da cidadania quanto da democracia passaram a estar em voga no debate nacional (FERREIRA; DELGADO, 2008), constituindo-se não só um dilema; mas, também, um desafio para aqueles os quais encabeçaram o processo que pôs fim aos tempos monarquistas. Engana-se, no entanto, quem acredita que tais questões resolveram-se com o passar do tempo, visto que apesar de existirem avanços, esses são dilemas históricos que mesmo hoje continuam sendo um desafio a ser encarado pelo país (ibidem).

O estágio de transição do Brasil Império para o Brasil República formalizou-se após um Golpe de Estado, advindo dos militares, que aproveitaram-se dos sintomas de crise que começaram a acometer o período entendido enquanto “Segundo Reinado” a partir da década de 1870. Para Figueiredo (2011), esse ruído na imagem do regime monarquista explica-se por alguns motivos, dos quais se destacam principalmente o início do movimento republicano, os atritos do governo imperial para com a Igreja e o Exército e o descontentamento de boa parte das elites econômicas de São Paulo, ligadas ao ramo cafeiteiro, que viriam a fundar o Partido Republicano Paulista (PRP).

O movimento de fundação do PRP, bem como a relação cada vez mais conflituosa entre Dom Pedro II e a burguesia paulistana, foram acirrados pelo forte ressentimento causado pela extinção gradual do sistema escravagista, ao menos oficialmente, que estava em curso. De acordo com Boris Fausto (2001), fazendeiros de café situados no Vale do Paraíba (SP) acabaram frustrando-se com o Imperador, em razão de que ele não saíra em defesa dos interesses do grupo de pessoas que se constituía como a mais importante base social do Regime. Isso, somado a gradual perda de força dos barões fluminenses, que defendiam abertamente a manutenção da escravatura, praticamente decretara

o fim da monarquia brasileira, cujo final se daria oficialmente pouco antes da última década do século XIX.

As transformações citadas por Fausto caminhavam na esteira de uma enormidade de ideais modernos que passam a assolar o mundo durante esse momento transitório vivido pelo Brasil. Os pensamentos positivistas, os ideais liberais e a busca pelo progresso civilizatório pautam o arranjo que compõe o advento da República, que começa sob o governo provisório de marechal Deodoro da Fonseca.

Com a queda do Império, as engrenagens da sociedade brasileira passam por diversas mudanças. Destacando-se, dentre elas, a federação dos seus estados, a renomeação das antigas províncias, a separação formal entre a própria Igreja e o Estado, a desvinculação do ensino junto a educação religiosa, o voto para homens alfabetizados e, também, a adoção do presidencialismo, determinado pela Constituição Federal (CF) de 1891.

Margarida de Souza Neves (2008) indica que dia 15 de novembro de 1889, “o Rio de Janeiro amanhecera como uma corte imperial para anoitecer capital republicana” (p. 19), inspirada pela ideia do “improviso, do arrebatamento, da velocidade e do inesperado” (ibidem). Esse movimento fez com que a cidade obtivesse no decorrer do século XIX e no início do século XX inúmeras transformações sociais na esfera pública e na vida privada. A autora destaca:

De olhos postos no outro lado do Atlântico, o Brasil, metonimizado em sua capital, procurava imitar, *em faina cega de copistas e fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade*, nas palavras de Euclides, os modos de viver, os valores, as instituições, os códigos e as modas daquelas que então eram vistas como as nações progressistas e civilizadas (SOUZA NEVES, 2008, p. 19).

As novas ideias gestadas durante essa fase pautavam-se por aquilo o que ficou conhecido como “pensamento ilustrado”, que tinha em pensadores como Rousseau, Voltaire e Montesquieu, líderes de uma escola a qual o princípio da razão aparecia como fundamento central. Esse modo de enxergar o mundo deu origem no campo sociopolítico ao que chamamos hoje de pensamento liberal (FAUSTO, 2001). O liberalismo surge, então, com uma lógica comum a todas as suas correntes: a de que o avanço, o aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade a que ele pertence ocorre “a partir de critérios propostos pela razão” (ibidem, p. 107).

As concepções liberais espalham-se com velocidade pela Europa, fazendo com que novos protagonistas postulem a cargos relevantes no jogo político internacional. O ideal da liberdade individual ganha ênfase, passando a influenciar o plano político-econômico de tais nações. Fausto (2001) salienta que na economia, o liberalismo passa a sustentar que o Estado não deveria influir na iniciativa individual, limitando-se à garantia da educação e da segurança para o povo. Conquanto,

que no âmbito político, ele defenderia a sustentação do direito de representação dos indivíduos neles mesmos e não no poder dos reis.

O caráter de tons democráticos da doutrina liberal esbarra, todavia, no direito à representação popular ao longo do século XIX, visto que “as correntes democráticas defendiam o sufrágio universal, ou seja, o direito de representação conferido a todos os cidadãos de um país” (FAUSTO, 2001, p. 7), independentemente de condição social, sexo, cor e/ou credo; enquanto os liberais “tratavam em regra de restringir a representação, segundo critérios sobretudo econômicos, para eles, só os proprietários, com um certo nível de renda” (ibidem) poderiam votar ou serem votados, assentando essas diferenciações principalmente em questões raciais.

Quanto ao assunto, na obra “Contra História do Liberalismo” (2006), o filósofo italiano Domenico Losurdo, adverte:

Os pretensos campeões da liberdade retratam como sendo sinônimo de despotismo e de escravidão uma imposição fiscal promulgada sem o seu explícito consenso, mas não têm escrúpulo para exercer o poder mais absoluto e mais arbitrário em detrimento dos seus escravos. É um paradoxo: ‘Como se explica que os gritos mais elevados de dor pela liberdade se elevam dos caçadores de negros?’ — pergunta-se Samuel Johnson.

Essa nova engrenagem internacional transforma a economia mundial, fazendo com que exista um avanço das grandes potências para cima dos países que compõem as chamadas *periferias globais*³, que mostravam-se mercados lucrativos, de mão-de-obra barata, com poucos direitos sociais e abundância em matéria-prima, tornando-se bastante aptos à exploração. O capitalismo financeiro tem assim um mar para aprofundar-se, objetivando organizar “como se darão às novas formas das políticas monopolistas” (SOUZA NEVES, 2008, p. 20).

Como já fora destacado acima, a mudança nas relações políticas e sociais respingam, igualmente, sobre o Brasil. Os contrastes, nesse ínterim, entre aquilo o que se prometia e o que, de fato, acontecera no país foram grandes. De tal modo, os ideais progressistas e civilizatórios contrapõem-se a dura realidade enfrentada, principalmente, no interior brasileiro.

O estágio de transição entre o Brasil-Império e o Brasil-República marca-se, por conseguinte, pela manutenção da desigualdade existente entre as elites nacionais e o restante da população, com forte presença oligárquica e um “liberalismo excludente” (LAGE DE RESENDE, 2008, p. 91), que representou “um sistema baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria de participação política” (ibidem).

Cabe dizer ainda, no que tange o Brasil republicano tal qual como conhecemos, que ele não desenvolveu-se de forma simples e estável, o que impossibilita que tratemos a República como uma

³ Conceituamos a noção de *Periferia Global* seguindo o que diz Losurdo (2006), ao indicá-la enquanto um conjunto de localidades fortemente marcadas pelo capitalismo, que apresentam-se num estado de subdesenvolvimento em decorrência de práticas imperialistas.

coisa só. Isto é, de forma linear e sem percalços. Decorre disso a divisão do período em seis fases, que dizem respeito a: Primeira República (1889-1930), Governo Provisório e Constitucional de Vargas (1930-1937), Estado Novo (1937-1945), Quarta República (1945-1964), Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e Nova República (1985-actual). E é, justamente, quanto ao último que começaremos a discorrer na seção que segue.

2.2 Os caminhos até a transição democrática

Para que consigamos dissertar acerca da Nova República (1985-actual) no decorrer do presente subcapítulo, faz-se necessário que compreendamos a conjuntura política e social a qual se apresentava antes e durante o período de transição para a democracia-participativa instituída no Brasil ao final da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Essa retomada possibilitará com que consigamos vislumbrar os acontecimentos ocorridos na sequência e, principalmente, nos primeiros anos da fase que se mantém até os dias atuais.

Decorre disso, portanto, o motivo pelo qual ainda que a Nova República só tenha o seu início oficial na década de oitenta, precisemos retornar alguns anos mais; especificamente, para a ocasião que impôs através das Forças Armadas o nome de Ernesto Geisel à presidência. Essa necessidade explica-se por uma espécie de consenso existente entre os estudiosos da área que entendem a transição para a democracia ter sido iniciada na ocasião (FERREIRA, 2018), em 1973, mesmo que a sua posse só tenha acontecido em março do ano seguinte.

A escolha do nome do general pela cúpula militar surge com o argumento de inicializar uma “organizada e gradual abertura democrática”, que visava a “própria preservação das Forças Armadas” (KINZO, 2001, p. 5), que desde o golpe de 1964 possuía internamente um escalonado conflito entre os chamados militares moderados e os ditos linhas-duras. Maria D’Alva Kinzo indica que esse processo de flexibilização pode ser dividido em três fases. A primeira, de 1974 até 1982, dizendo respeito a um período que muito mais pareceu “uma tentativa de reforma do regime do que os primeiros passos de uma transição democrática de fato” (ibidem, p. 4), dado que as movimentações mantinham-se totalmente sob a tutela e os interesses do domínio militar. A segunda, de 1982 a 1985, que aumentou a participação de atores civis no jogo político do país, com a criação de novos partidos e a devolução de direitos eleitorais para sujeitos anteriormente afetados pela Ditadura. E, por fim, a terceira, de 1985 até 1990, em que os militares deixaram de ter um papel central na política nacional e acabaram sendo substituídos por políticos civis os quais dialogavam com “setores organizados da sociedade civil” (KINZO, 2001, p. 5).

Em princípio, o percurso que iniciou-se com a chegada de Geisel à cadeira de presidente começara sob ares esperançosos. Algumas movimentações importantes tais quais a revogação parcial

da censura e a promessa de valorização das eleições legislativas daquele ano davam sinais de que a volta à democracia, desta vez, não ficaria apenas a nível discursivo. A prática, no entanto, fora dotada de incoerências, como é destacado pela autora (KINZO, 2001, p. 5):

O modo como este projeto de liberação foi conduzido e a dinâmica do processo político que acabou por levar a democracia foram, no entanto, algo extremamente complicado. Esta fase de transição foi totalmente conduzida pelo governo militar, que definiu tanto seu ritmo como seu escopo. Entretanto, vários fatores influenciaram o curso deste processo.

As causas das quais Kinzo comenta terem influenciado no enfraquecimento gradual do curso do processo militar-autoritário, ainda que comumente relacionadas por economistas somente à crise do chamado *Milagre Econômico*, não se limitam a essa questão. Francisco Carlos Teixeira da Silva (2017) chama a atenção para o fato de que a chegada do bento-gonçalvense ao poder dá-se em meio a um crescimento econômico de 14%. Ou seja, antes mesmo da instabilidade que passa a assolar o país principalmente a partir da segunda metade dos anos setenta. O autor, porém, não nega a influência que isso tem sobre o ritmo da abertura, pois a condicionaria “antipatizando o regime militar com a opinião pública” (p. 254).

O ponto apresentado por Teixeira da Silva nos permite apontar que o conhecido Projeto Geisel-Golbery, na verdade, distanciava-se de ser um plano que, de fato, objetivava o fim do militarismo; mas que, sim, esse processo desenvolve-se como resultado de inúmeros incidentes que não faziam parte de suas estratégias. Dentre os quais se destacam: o surpreendente fortalecimento do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na eleição de 1974; o conflito interno existente na instituição militar; o aumento da crise econômica, que resultou no crescimento da inflação e na aceleração da dívida externa; e, até mesmo, as relações geopolíticas que foram dificultadas quando “o presidente norte-americano Jimmy Carter iniciou a política de direitos humanos, anunciando que não toleraria mais ditaduras no continente americano” (FERREIRA, 2018, p. 29).

Dois dos fatores acima, em específico, parecem dignos de maior explanação. Começamos, então, dialogando sobre o fortalecimento do MDB nas eleições de 1974. Para tanto, parece imprescindível que façamos uma breve retomada histórica acerca de sua fundação, em 1966, um ano após a assinatura do Ato Institucional de Nº 02 (AI-2), que punha o termino do pluripartidarismo nacional. O artigo dezoito do AI-2, editado por Castelo Branco, deixava posto que ficavam “extintos os Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros”, motivo este pelo qual siglas consideradas de oposição à época, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD) fossem relegados à ilegalidade e, conseqüentemente, findados.

É no ano de 1966, que resultado do Ato Institucional de Nº 04 (AI-4), existe uma reorganização política, organizada por meio do Congresso, que institui a criação do sistema bipartidário brasileiro. Nele, ficava posta a disputa, bastante desigual, entre o Movimento

Democrático Brasileiro (MDB), que assumira o papel de oposição, e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que representava os interesses militares.

Destacamos acima o caráter desigual das eleições organizadas, prioritariamente, em 1966 e 1970, pois o movimento militar-autoritário comumente modificava a legislação eleitoral, a fim de favorecer a si próprio. Contudo, isso começara a mudar justamente em 1974, quando condições mais livres resultaram no ótimo desempenho eleitoral da oposição. Destaca-se que:

Ficava claro que o inofensivo MDB, criado para ser parceiro da Arena no bipartidarismo de fachada instituído pelo regime, havia se tornado um instrumento efetivo de oposição democrática, a ser utilizado não apenas na arena eleitoral, mas também no processo político mais amplo, de modo que, se a política de liberalização deveria ser mantida sob o controle do governo, esta tinha que neutralizar tanto as eleições como o MDB (LAMOUNIER; KINZO, 1998).

O pleito servira como um alerta da insatisfação popular, que crescia independentemente dos bons resultados econômicos obtidos até então. Durante esse “processo de liberalização”, o regime autoritarista manteve-se tendo uma ampla atuação, mesmo que de modo mais sutil.

Outro fator a ser destacado, entre os supracitados, diz respeito aos ruídos internos existentes no próprio exército brasileiro, uma vez que a iniciativa do gaúcho de flexibilizar paulatinamente as mais bruscas medidas governistas, intensificara os conflitos dentro dos quartéis, fazendo com que os militares alinhados a corrente linha-dura tornassem-se cada vez mais agressivos contra a abertura democrática.

Para Kinzo (2001), o crescimento da repressão policial, adotada pelo comando militar de São Paulo em 1975-1976, fora uma reação estritamente política de oposição aos movimentos de liberalização que Geisel vinha promovendo, necessitando habilidade do general para lidar com a situação.

Geisel foi bem-sucedido ao lidar com ambos os problemas, jogando nas duas direções ao mesmo tempo: de um lado, puniu com cassação do mandato alguns parlamentares de postura oposicionista mais aguerrida, alterou leis eleitorais e procedimentos legislativos para controlar a oposição, apaziguando assim os militares da linha-dura, ao mesmo tempo em que reafirmava seu controle sobre a oposição democrática; de outro lado, reagiu a radicalização dos militares linha-dura, demitindo o comandante das Forças Armadas de São Paulo após a morte por tortura de um jornalista e de um trabalhador metalúrgico, nas dependências dos órgãos de pressão. Reafirmando assim seu comando absoluto sobre o processo político, Geisel conseguiu não apenas dar continuidade a política de distensão, como também controlar o processo sucessório (KINZO, 2001, p. 5).

Geisel, que constituiu-se enquanto uma figura central nesse curso de liberalização, ainda indicou o general João Batista Figueiredo como o seu sucessor e revogou o AI-5 no último dia do seu mandato, em 1979. Tais mudanças ajudaram a intensificar a transição para o período democrático que viria a acontecer alguns anos depois, não sem antes serem promovidas mudanças tanto no campo econômico quanto no campo legislativo.

A posse de Figueiredo em vias do começo da década de oitenta, dialogara diretamente com o que entendemos como a segunda fase do processo flexibilizatório, mesmo que este comece de forma oficial somente em 1982. Dessa forma, através do governo do último presidente-ditador, podemos perceber uma ampla mudança no curso da economia que, agora, demonstrava-se numa profunda crise. Esse movimento deu-se, à priori, frente ao agravamento de problemas relacionados à política expansiva de empréstimos junto ao capital estrangeiro adotada por Geisel. O resultado do redirecionamento econômico, todavia, não obteve sucesso e acabou culminando no aumento do desemprego e também da inflação (KINZO, 2001).

A revogação do AI-5 facilitou com que houvesse ainda em 1979 a aprovação da Lei da Anistia. Ferreira (2018, p. 30) entende que ela “foi parcial e premiou os torturadores e assassinos que serviam à ditadura, livrando-os de qualquer processo judicial”, tendo sido imposta de cima para baixo sem passar por negociações com a oposição. Apesar disso, parte de tal aprovação a reintegração de políticos exilados e militantes de esquerda, afetados pelo regime militar, à vida pública; o que, paralelamente a Reforma Partidária, findou o sistema bipartidário criado em 1966, possibilitando a criação de novas siglas.

Figueiredo ainda impôs a legislação que permitia a formação de novos partidos políticos. O MDB perdeu o monopólio do voto oposicionista e transformou-se no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O partido do governo, a Arena, foi renomeado Partido Democrático Social (PDS). Por articulações de Golbery, Leonel Brizola perdeu a sigla PTB. O popular e histórico Partido Trabalhista Brasileiro passou para as mãos de Ivete Vargas, conhecida por suas práticas fisiológicas tradicionais. Brizola, então, fundou o Partido Democrático Trabalhista, o PDT. Por fim, sindicalistas, intelectuais, organizações da esquerda revolucionária, a esquerda católica, ex-guerrilheiros, entre outros, fundaram o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado por Luiz Inácio da Silva, o Lula (FERREIRA, 2018, p. 30).

O ressurgimento do pluripartidarismo, mesmo que representasse inicialmente uma estratégia do governo para fracionar o campo de oposição e assim manter o período transitório sob os seus cuidados, significou o fim do controle absoluto do exército sobre os rumos que o país seguiria dali em diante. Os anos de 1980 seriam marcados pela organização sindical, o povo que exigia o direito ao voto direto e um sufrágio popular pela redemocratização. Em 1982, governadores viriam a ser eleitos através de votação direta. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), antigo MDB, faria uma bancada de duzentos Deputados na Câmara e, de tal modo, passaria a “atrapalhar” o governo civil-militar que buscava ter o controle total do processo de transição (LAMOUNIER; KINZO, 1998).

O caminho rumo à redemocratização, contudo, passou longe de se desenvolver de uma forma tranquila a partir disso. Aggio (1996) pondera que o militarismo entendia às eleições diretas para governador e o pluripartidarismo enquanto uma espécie de “válvula de escape” para reoxigenar o

poder militar sem contar, todavia, que essas brechas viriam a desencadear uma série de processos civis e políticos os quais culminariam no final da Ditadura Civil-Militar em 1985.

A terceira e última fase do processo flexibilizatório diz respeito, especificamente, a este período de transição para a democracia-participativa e ao começo da Nova República. Entretanto, isso não acontecera sem com que antes houvesse mais uma grande derrota do campo democrático para os militares. Esta na noite de 25 de abril de 1984, quando a Emenda Dante de Oliveira foi rejeitada no Congresso Nacional.

2.3 O começo da Nova República e a Rainha da Fronteira

Dado o contexto que levou a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) ao desgaste máximo junto às estruturas as quais a mantinha, é preciso recuperar o gancho que determinou o fim do subcapítulo anterior: a noite de 25 de abril de 1984. Ou, simplesmente, o dia em que a Emenda Dante de Oliveira foi votada no Congresso Nacional. A retificação legislativa, caso fosse aprovada com pelo menos dois terços do Plenário, reestabeleceria as eleições diretas para o cargo de presidente da República e poria fim ao regime militar-autoritário, consolidando assim o desejo que emanava da grande maioria da população que, por 22 votos, não foi atendida.

Essa derrota talvez tenha se consolidado como um dos mais duros reveses sofridos pela sociedade brasileira em sua experiência republicana (FERREIRA, 2018). A campanha pelas *Diretas Já!* havia posto milhões de pessoas nas ruas de todo o Brasil durante aquele ano. Acontece que apesar de todo o esforço, a percepção de alguns setores da oposição democrática, que acreditavam que a população nas ruas seria o bastante para conseguir passá-la na Câmara Federal, não confirmou-se e a saída teve de se dar por outra maneira.

Kinzo (2001) salienta que tendo em vista a falha na tentativa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro em promover uma manobra eleitoral que mudasse o rumo da nação, restaram apenas duas saídas: negociar com militares descontentes do governo, buscando cooptá-los às causas democráticas; ou optar por meios mais revolucionários e populares. A escolha deu-se pela primeira das opções supracitadas, ainda que setores mais à esquerda do PMDB e o Partido dos Trabalhadores (PT) tenham votado ao contrário.

Com a estratégia definida, vários nomes começaram a pipocar como possíveis candidatos ao pleito que aconteceria em 1985. Pelo lado do Partido Democrático Social (PDS), que passaria a representar os desejos do Exército após o retorno do pluripartidarismo, duas figuras foram cogitadas. Tratavam-se do até então presidente da sigla, José Sarney, e do paulistano, Paulo Maluf. O primeiro chegou a sugerir a disputa de prévias internas à agremiação. Maluf prontamente as recusara, gerando

uma cizânia no partido entre malufistas e sarneysistas, que viram o seu líder renunciar a função que tinha e afastar-se da organização.

Do lado do PMDB, Ulysses Guimarães despontava como o quadro mais cotado para concorrer ao cargo-mór da República. Em seu favor, estava o vasto lastro de luta e enfrentamento a Ditadura Civil-Militar. Contra ele, todavia, impunha-se justamente a má relação que tinha com os militares, que seriam procurados para o diálogo. Isso fez o seu nome ser “sequer aventado pela ala moderada e majoritária do PMDB” (FERREIRA, 2018, p. 32). A opção acabou sendo por Tancredo Neves que possuía uma boa relação para com aquelas figuras do exército as quais estavam infelizes com o governo de Figueiredo.

Ulysses sabia que Tancredo Neves tinha melhor trânsito com os grupos militares que queriam encerrar a ditadura. Havia negociações políticas entre grupos moderados do seu partido e militares no sentido de que Tancredo fosse o sucessor do general Figueiredo. Ulysses avalizou os acordos e tornou-se o articulador da vitória de Tancredo. No entanto, a vitória no Colégio Eleitoral dependia de votos da dissidência do PDS. Os descontentes no partido do governo formaram uma facção, nomeada de Frente Liberal (FERREIRA, 2018, p. 32).

A solidificação da Frente Liberal, composta por dissidentes do PDS, fez com que alas majoritárias do PMDB passassem a sugerir o nome de Sarney à vice-presidência da chapa encabeçada por Neves. E, após uma longa negociação, o maranhense aceitara filiar-se ao partido que representava os anseios democráticos, formalizando a Aliança Democrática. Pouco menos de um ano depois da recusa da Emenda Dante de Oliveira, em 15 de janeiro de 1985, o colégio eleitoral finalmente decidiria o novo Presidente da República através de voto indireto. Por 480 votos a 180, Tancredo Neves venceria Paulo Maluf.

Há de se dizer, no entanto, que dentre os mais ingratos acasos da vida, a doença (e a sucessiva morte) aparece em primeiríssimo lugar e que, por ela, Tancredo seria acometido, sem com que pudesse tomar posse. Em meio a isso, a instabilidade política fez-se, por alguns meses, bastante grande. Correntes do PMDB tinham o entendimento de que o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, deveria assumir no lugar do mineiro, enquanto outras vertentes indicavam que o vice do presidente eleito estaria apto ao cargo. Inúmeras divergências interpretativas ocorreram, até que Ulysses, preocupado com a possibilidade dos golpistas tentarem se manter no poder, anunciara o que estava escrito na Constituição em vigor, de 1967, emendada pela Junta Militar, em 1969, e interpretara o Artigo 77, indicando “que o vice deveria tomar posse” (GUTTEMBERG, 1994, p. 217). Sarney assim o fez em 15 de março de 1985.

É sob essa conjuntura política de desconfiança em cima do nome de José Sarney, defensor aberto de medidas tais quais o AI-5 durante a década de setenta, que se desenvolve o início do período que entendemos enquanto Nova República (1985-atual) e, também, a última das fases, de 1985 até 1990, do processo que levou a liberação da sociedade civil junto às amarras do governo autoritário.

O vácuo de legitimidade do governante, que inicialmente assumira o cargo de forma provisória, fez com que o seu mandato ficasse “exposto a todo o tipo de pressão” (KINZO, 2001, p. 7), tendo de lidar tanto com imposições de setores democráticos quanto com o chamado *entulho autoritário*. Essa terminologia referia-se a um conjunto de leis restritivas aos direitos políticos e civis impostas pela Ditadura que, na Ordem do Dia, precisavam ser revogadas.

Algumas medidas tinham sido tomadas logo ao assumir a presidência interinamente. Em maio, Sarney enviou ao Congresso Nacional o chamado Emendão. Tratava-se de uma série de iniciativas democratizantes, como: estabelecer eleições diretas para presidente da República em dois turnos, assim como para prefeitos das chamadas áreas de segurança nacional; estender aos analfabetos o direito de votar; legalizar os partidos comunistas e organizações como a UNE; alterar a legislação de modo a facilitar a criação de novos partidos políticos, entre outras. Em junho, ele enviou proposta de emenda constitucional para convocar uma Assembleia Nacional Constituinte. Além disso, pôs fim à censura, um dos mais repudiados componentes do entulho autoritário. Sarney cumpria, dessa maneira, os compromissos assumidos por Tancredo Neves no programa da Aliança Democrática (FERREIRA, 2018, p. 39-40).

Entre os compromissos cumpridos por Sarney, estavam também aqueles que haviam sido firmados para com os militares, livrando-os de quaisquer tipos de punição e/ou constrangimento. O argumento por parte do presidente era de que o seu governo seria de conciliação e não de revanchismo. Maria Celina D’Araujo e Celso Castro entendem que seja uma hipérbole afirmar que o governo do peemedebista constituíra-se sob a tutela do militarismo; sem ser, no entanto, um exagero ponderar que os agentes do militarismo continuaram com força política (D’ARAÚJO; CASTRO, 2001, p. 16).

A complexibilidade do momento vivido nos primeiros anos pós-redemocratização pode, inclusive, ser ilustrada por meio das questões que cercaram a elaboração da Constituição Federal (CF), de 1988. A reabertura democrática, oficializada em 1985, partira do consenso de que uma reestruturação constitucional se fazia necessária para contemplar o novo momento da sociedade brasileira. O modo pelo qual essa reestruturação viria a se dar, porém, resultou de um embate de forças antagônicas que confrontavam-se com distintos pontos de vista. Tínhamos, assim, movimentos moderados que tentavam garantir espaço em meio a esse novo cenário que se avizinhava e grupos à esquerda que, mesmo em menor tamanho, ajudariam a dar tom ao novo documento constitucional (FERREIRA, 2018).

A convocação da Assembleia Constituinte, feita pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Carlos Moreira Alves, ocorrera somente em 1º de fevereiro de 1987. O amplo debate junto à sociedade civil fê-la ser “certamente a experiência mais democrática na história constitucional

brasileira” (KINZO, 2001, p. 8). Compreendemos a partir do que Kinzo (2011) indica sobre este processo, que:

- Os trabalhos deram-se de forma bastante descentralizada, de modo a abranger a participação e a opinião de todos os constituintes;
- Houve uma ampla participação da sociedade civil brasileira, deslocando a ideia de uma Constituição Federal debatida apenas no Congresso Nacional;
- A imprensa realizara uma ampla cobertura de cada etapa por ela enfrentada, o que acabou aumentando o interesse popular sobre o assunto;
- Grupos sociais obtiveram determinante participação, direta ou indiretamente, no trabalho das subcomissões;
- Vontades coletivas foram ouvidas, como poucas vezes antes havia acontecido na história da República.

Ulysses Guimarães foi o responsável de promulgar a CF, de 1988. O documento, ainda que se pese alguns problemas, garantia os mecanismos necessários para uma democracia-representativa na qual o voto direto, a possibilidade de criação de plebiscitos e referendos, aproximavam-lhe das demandas do povo. Outro ponto bastante comemorado à época fora a criação dos Três Poderes, separados de forma autônoma, em Executivo, Legislativo e Judiciário, que afastavam a noção do Exército enquanto um Poder Moderador. Para Castro (1993), existiram importantes avanços no que diz respeito aos direitos trabalhistas, bem como na proteção social que garantiu um modelo mais igualitário e menos desigual aos brasileiros.

Cabe dizer que se a Constituição, em partes, conseguiu acalmar os ânimos da população sobre as principais demandas relacionadas às questões sociais que advinham do período anterior, o governo Sarney seguiu sofrendo muitas críticas, principalmente, por causa da economia do país que ia de mal a pior. De 1986 até 1994, o Brasil mudou quatro vezes de moeda e teve seis experimentos em busca de estabilizar-se economicamente. Esses inúmeros fracassos agravaram a crise financeira que a sociedade enfrentava, comprometendo de igual maneira a capacidade de governança do presidente.

O 31º mandatário da história brasileira ainda sofreu com duros desafios no campo educacional, que herdara um péssimo histórico da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Echeverria (2011) destaca o fato de 25 milhões de pessoas não saberem ler durante o governo Sarney; conquanto, outros 30 milhões não conseguiam interpretar os textos que liam. Ou seja, o equivalente a metade da população, no período, era ou analfabeta ou semianalfabeta. A CF (1988) jogaria luz sobre a temática, mas seus resultados começariam a ser percebidos somente anos depois (ibidem).

Com o país mal em diversos índices, o governo Sarney se arrastou até 1989 quando ocorrera as eleições que elegeram Fernando Collor como presidente. Podemos dizer que a vitória do *caçador*

*de marajás*⁴ representa simbolicamente a completude da transição democrática (KINZO, 2001). Um último ponto sobre o governo Sarney ainda se faz necessário de constatação para o enriquecimento contextual da presente pesquisa. Referimo-nos, aqui, a medida por ele assinada que devolvia a autonomia dos últimos 31 municípios “considerados área de segurança nacional” (ECHEVERRIA, 2011, p. 343). Tais lugares localizavam-se, na maioria, em regiões fronteiriças com outros países latino-americanos. É o caso do município de Bagé, no Rio Grande do Sul; local este em que o Jornal *DeFato*, fonte da nossa pesquisa, surgira em 1986.

2.4 Bagé, a Rainha da Fronteira

A cidade de Bagé, situada na região do Pampa Gaúcho, atravessara boa parte dos anos oitenta sob a tutela do prefeito Carlos Sá de Azambuja⁵, cuja indicação inicial de seu nome à prefeitura da cidade se deu de forma indireta em 1979, por parte do presidente-ditador, João Figueiredo. A chefia do Executivo Municipal só viria a mudar em 1986, quando Luiz Alberto Vargas (PDT) sagrou-se o vencedor do primeiro pleito ocorrido após a revogação da lei supracitada que determinava os mandatários das regiões fronteiriças.

A vitória do pedetista ocorreu em um momento bastante condizente para com a conjuntura nacional a qual se apresentava. No país, os ventos da democracia indicavam a superação da relação com o autoritarismo institucional imposto pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985), bem como apontavam também para um momento de maior participação e cuidado popular. Neste sentido, municipalmente, o êxito eleitoral de Vargas ratificara a sensação de que era necessária a chegada de novos tempos para o local que mostrava-se inerte, sem grande crescimento, a mais de década.

O período de crise na região, não por acaso, teve seu afloramento a partir da metade final da década de 1970, no auge do regime antidemocrático. Cláudio de Leão Lemieszek (2003) aponta que a pecuária, que era o carro-chefe da economia do município já “dava sinais de declínio” (p.155) à época, enquanto o processo de industrialização da cidade ainda demonstrava-se muito embrionário.

É interessante percebermos o modo como Bagé se relacionou com a Ditadura Civil-Militar durante o tempo em que ela esteve vigente, principalmente, em decorrência da ligação do lugar com um dos mais autoritários governantes da história do país, o bajeense Emílio Garrastazu Médici (SKIDMORE, 1988).

⁴ Apelido dado a Fernando Collor após agressiva campanha contra funcionários públicos durante o período que antecedeu às eleições de 1989. Disponível em: <https://www.osguedes.com.br/2019/10/28/dia-do-servidor-collor-criou-fama-como-cacador-de-marajas-em-alagoas/>. Acesso em: 08/10/2022.

⁵ Ao realizarmos uma pesquisa nos jornais da época, notamos que os veículos da cidade comumente chamavam o prefeito Carlos Sá de Azambuja pelo apelido de *Guanaco*.

De tal maneira, se a partir de 1975 passa a existir uma grande estagnação no crescimento da cidade, anteriormente a esta data, o contrário é verdadeiro. Cabe dizer, inclusive, que em dado momento durante a governança de Médici (1969-1974), a cidade chegou a estar entre os melhores municípios do Rio Grande do Sul (ibidem).

Nos cinco anos em que o militar ocupou o cargo máximo do Executivo Nacional, a Rainha da Fronteira possuiu dois prefeitos⁶: Washington Bandeira (1969-1971) e Antônio Cândido Silveira Pires (1971-1975). O primeiro, que viria a ser apadrinhado por Médici, destacou-se por movimentos em prol do comércio da região, bem como pela manutenção dos investimentos na área de energia elétrica. O setor de obras também avançava, conforme indica Lemieszek (2003, p. 113) referindo-se aos acontecimentos do ano de 1969:

Não restam dúvidas de que, neste ano em que o homem chegava à lua, Bagé atravessava um momento de franco desenvolvimento e progresso, especialmente na construção civil, no comércio e na produção primária. Os sinais eram claros: as obras de Candiota II estavam iniciadas, o município continuava sendo o maior centro exportador de carne do país, o aeroporto era elevado à categoria internacional; na Colônia Nova, interior do município, era inaugurado, em março, um moderno hospital. Para fomentar ainda mais o seu crescimento, ficava faltando apenas **atingir o velho sonho da industrialização** (grifos nossos).

Se este “sonho da industrialização” não foi concretizado sob o governo de Bandeira, Antônio Cândido Pires (ACP) começa a transformá-lo em realidade ao assumir o cargo em 1971. O então prefeito, que foi o único dentre os indicados no período que já possuía uma vida político-partidária pregressa, passa a apostar num projeto de desenvolvimento municipal, cujo objetivo era transformar Bagé em “um polo regional de desenvolvimento econômico e social” (ibidem, p. 103).

Mais uma vez, nesse sentido, a proximidade com o presidente ajudou na busca por fundos os quais vieram a servir para o crescimento da cidade, que viu em Pires, possivelmente, o prefeito mais bem sucedido dessa fase em questão. Liemieszek (2003) destaca que com ele, Bagé ganhou “um administrador talentoso, especialista por formação e vocação e, mais do que isso, um homem com vasta experiência administrativa” (p.140), que estava “acostumado com os meandros do poder e da política, tanto no patamar estadual como no federal” (ibidem).

O governo de ACP só começaria a demonstrar sinais de desgaste próximo ao ano de 1974, quando a conjuntura nacional começa a se modificar e o dito *Milagre Econômico* passa por um processo de desconstrução tendo em vista o seu caráter endividatório para o país. De tal maneira, Pires passa a ser amplamente criticado principalmente por duas questões: a primeira, devido a ter abandonado precocemente a cadeira de prefeito em 1975, sem com que o seu substituto tivesse sido escolhido; motivo este pelo qual Liemieszek (ibidem) entende que o desenvolvimento da cidade foi

⁶ Bagé teve, ao todo, sete prefeitos indicados durante o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), que são respectivamente: José Wilson Barcellos (1964-1969), Washington Bandeira (1969-1971), Antônio Pires (1971-1975), Carlo Mário Mércio Silveira (1975-1975), Camilo Moreira (1975-1978), Luiz Simão Kalil (1978-1979) e Carlos Sá de Azambuja (1979-1985).

travado. E, a segunda, referente aos inúmeros empréstimos os quais ele fez durante a sua passagem pela prefeitura.

Cabe salientar que a política de empréstimos por parte do Executivo de Bagé não acaba com o fim da regência de ACP. Carlos Sá de Azambuja, mandatário do município entre os anos de 1979 e 1985, adota em seu governo uma política progressiva de investimentos em infraestrutura que resultam na criação do Projeto CURA⁷. A edição de 05 de 11 de novembro de 1986 do *DeFato* define o *Plano* enquanto o *Milagre Bajeense*, ao entender que se o mesmo representou durante um breve período de tempo “um grande desenvolvimento urbano” (DEFATO, 1986, p. 07) para a cidade, no médio prazo, ele sacrificou o orçamento do município nos anos subsequentes, impedindo com que a localidade continuasse a progredir.

O veículo ainda definiria o governo de Azambuja enquanto um “período de grandes obras” (p. 07), mas também a época “de maior autoritarismo do Poder Executivo municipal” que apertava “as amarras da censura” (ibidem) ante a população.

Este fato vai ao encontro ao que é indicado em matéria publicada em 2018 no *Jornal Minuano*, com autoria do jornalista Sidimar Rostan. Nela, é indicado que pelo menos 62 pessoas da região foram presas de 1964 até 1985, com maioria no final da década de oitenta. O autor (2018) indica que esses encarceramentos se deram quase todos devido às críticas que tais pessoas faziam aos métodos adotados pelo governo militar. O perfil dos sujeitos, não por acaso, assemelhava-se de alguma forma; seja profissionalmente, em ofícios que comumente demandavam um trabalho de reflexão e exposição de ideias, como no caso de jornalistas, radialistas e professores, ou politicamente, em organizações pertencentes ideologicamente ao campo de enfrentamento a Ditadura Civil-Militar (ibidem).

Neste sentido, é apontado pelo autor (2018) que na maioria dos casos, estes organizavam-se politicamente em agremiações políticas existentes na região. Dentre os militantes, “26 confirmaram filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), 04 ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), 01 ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), 01 ao Partido Republicano (PR) e 01 ao Partido Social Democrático (PSD)” (ibidem). Além destes, diretamente ligados a partidos políticos, outras três pessoas eram sindicalizadas, cinco pertenciam ao Grupo dos Onze Companheiros⁸ e outros três presos haviam participado da Ação Popular (AP), cujo objetivo era ajudar na construção de uma revolução para o socialismo, de caráter “democrático e humanista, diferente do existente na URSS”

⁷ A edição nº 07 do *DeFato* (1986), aponta que o Projeto CURA foi financiado através de empréstimos junto ao Banco Nacional de Habitação (BNH), que deveriam ser pagas em 20 anos. À título de comparação, no ano de publicação do semanário, dos Cz\$ 2 milhões que a cidade possuía de déficit, aproximadamente Cz\$ 640 mil mensais eram oriundos somente do pagamento do CURA.

⁸ Grupo de cunho político criado em 1963 pelo então deputado federal, Leonel Brizola. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/brizola-articula-os-grupos-dos-11>. Acesso: 04/09/2022.

(BUONICORE, 2013). Haveria tido, ainda, um integrante do movimento estudantil secundarista e, até mesmo, um militar ligado a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Liemieszek (2003) indica que apesar da existência de presos políticos no município não impediu que o regime demonstrasse um certo grau de aceitação por parte do povo da cidade. Mas não só isso, apontou também para o fato de que a imprensa da localidade possuía uma relação de bastante proximidade para com os militares, possivelmente “por questões de ordem financeira” (p. 141).

Um ponto válido de destaque, ainda, é que não existe material em abundância para a pesquisa sobre o município que, hoje, possui aproximadamente 120 mil habitantes⁹. Todavia, segundo Silva (2018), alguns escritos são taxativos em perspectivar os sujeitos que habitam na cidade como “viris” e dotados de “bravura” (p. 53). Mais do que isso, na bibliografia do local, comumente o bioma e a cultura aparecem com destaque, assim como também o apego às tradições do passado.

Tal apego, inúmeras vezes, caracteriza-se com um conservadorismo bastante simbólico, que perpassou desde a fundação da cidade até os dias atuais. O fortalecimento de organizações declaradamente golpistas nos meses que antecederam o Golpe Militar e a influência que grupos reacionários, compostos por ruralistas e fazendeiros, os quais reuniam-se, na maioria, dentro da Associação Rural, passaram a ter com o forte investimento do governo civil-militar, foram e são pontos determinantes para a constituição do sujeito bajeense mesmo nos dias de hoje.

⁹ Dados IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/bage>. Acesso: 04/09/2022.

PARTE III

3. Jornais como fonte de pesquisa

Com o objetivo de um melhor entendimento sobre os conceitos teóricos considerados basilares ao desenvolvimento da nossa investigação, o presente capítulo será subdividido em itens os quais perpassarão desde o uso da imprensa como fonte de análise para uma pesquisa, até os preceitos que a aproximam e fundamentam o trabalho situado dentro do campo da História da Educação.

Decorre disso, a necessidade de estruturarmos o texto que segue da seguinte maneira: I. Imprensa brasileira, modelo midiático e veículos alternativos de comunicação; II. Fontes de pesquisa, documentos e análise documental; III. Pedagogia histórico-crítica e apontamentos gramscianos.

3.1 Imprensa brasileira, modelo midiático e veículos alternativos de comunicação

Ainda que o modelo de imprensa, como a que conhecemos nos dias atuais, tenha tido início somente no decorrer do século XIX, a história do *standard* tipográfico é bem anterior a isso e relaciona-se ao período do movimento de ordem artística, cultural e científica, intitulado de Renascimento.

Numa análise etimológica acerca da palavra, perceberemos ela derivar do termo *prensa*. Isso, por si só, não deveria significar muita coisa; não fosse a relação do instrumento para com a invenção do alemão Johannes Guttenberg, próximo ao ano de 1500. O desenvolvimento desse tipo móvel revolucionou o modo de se comunicar à época, superando o modelo arcaico e pouco dinâmico de manuscritos feitos à mão. Para Tobias (2020), esse acontecimento influenciou diretamente na popularização de textos escritos e “consagrou o papel como o principal suporte de informação da Idade Moderna, sendo essencial entre a metade do Século XV e a metade do Século XX” (ibidem).

Segundo DeFleur e Ball-Rokeach (1993), a posterior criação de mídias de notícias só foi possível graças à prensa fabricada por Guttenberg. Os autores indicam que o primeiro veículo verdadeiramente de comunicação de massa surgira em 1830, em Nova Iorque, com o título de *Jornal de Tostão*, que era um impresso popular, cujo objetivo consistia em se comunicar com a classe trabalhadora do local (ibidem).

Ao defrontarmos com essa informação, começamos a vislumbrar o perfil social que a comunicação e a imprensa adquirem a partir de então. Tais espaços, já ao final do século XIX, passam a ser utilizados amplamente pela sociedade, caracterizando-se como veículos “importantes para a condição humana”, que não só influenciavam “padrões de interação nas comunidades e sociedade, como também as perspectivas psicológicas dos indivíduos” (ibidem).

Primeiro, o jornal de massa, como os outros veículos que se seguiram, foi uma invenção que somente ocorreu após um conjunto complexo de elementos culturais haverem aparecido e se acumulado no âmbito da sociedade. Em segundo lugar, como quase todas as invenções, ele representou uma combinação desses elementos num ambiente social que permitiu a aceitação e ampla adoção do jornal como um complexo cultural. Na qualidade de projeto técnico, foi compatível com — e talvez até exigido — pelas outras instituições culturais da época. A relevante estrutura institucional da sociedade em termos de processos econômicos, políticos e educativos, assim como modelos demográficos e ecológicos, proporcionou um ambiente dentro do qual pôde surgir e prosperar aquela determinada combinação de elementos representada pelo jornal de massa (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 13).

Nota-se, portanto, o deslocamento da noção de uma imprensa como mera depositária de fatos-outros, para o entendimento de um organismo vivo, dotado de especificidades que a afetam — e são afetadas — por acontecimentos culturais, econômicos e sociais que a circundam. O ramo da Comunicação Social, por exemplo, passa a se entender através do contato com periódicos como um “campo interdisciplinar estratégico para a compreensão da vida contemporânea” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 254). A relação que tem com a História, no entanto, é o que lhe garante legitimidade, a fim do estudo sobre as complexibilidades as quais constroem a contemporaneidade (ibidem).

Ao questionar o conceito de uma imprensa apenas reprodutora de notícias, Cruz e Peixoto (ibidem) passam a pensa-la no interior de um processo histórico, afetada por uma lógica ideológica burguesa, que lhe confere uma decisiva influência política e econômica sobre a democracia nos dias atuais. Por essa perspectiva, somos levados ao trabalho de Orlandi (2007), que indica o modo como a linguagem serviria de mediação entre o homem e a história, correlacionando-a a essa compreensão existente acerca do que são as imprensas mundo à fora.

Para Nelson Sodré (1999), a história da imprensa brasileira nasce com o capitalismo e o acompanha em seu desenvolvimento. De tal maneira, o autor entende que a infraestrutura do sistema foi fundamental ao início e a evolu o dos jornais no mundo todo, tendo em vista a proeminente “necessidade social” da burguesia em possuir dispositivos de dissemina o ideológica, objetivando a manuten o da sua posi o enquanto classe dominante (ibidem). Sob essa  tica, o próprio Sodré questiona o comum conceito atribuído   *liberdade de imprensa*, indicando ele ser uma formula o burguesa que tem como intuito simplificar o Estado em benefício da elite na luta de classes. Neste sentido:

  talvez interessante salientar, por último, que este trabalho pretende também contribuir para a compreensão do óbvio, isto  , de que só existe imprensa livre quando o povo   livre: imprensa independente, em na o independente – e não há na o verdadeiramente independente sem com que o seu povo não seja livre (SODRÉ, 1999, p. 8).

  através desse caminho que a grande imprensa relaciona-se com o regime e com as classes dominantes, aparecendo como um dispositivo legal que det m as informa es e, ao possuí-las, determina as regras do jogo político. Não são isso, decorre desse princípio, a percep o de que aqueles os quais controlam a comunica o social, igualmente, det m o controle ideológico da sociedade.

Assim, quando a imprensa “modula um coro repetitivo de louvação ao neoliberalismo, está claro e evidente que perdeu a sua característica antiga de refletir a realidade” (ibidem, p. 17).

Compete pontuarmos que entendemos a grande imprensa como uma classificação que delimita o campo de atuação de uma imprensa, distinguindo-a das outras imprensas — a média e pequena. Essa noção nos aproxima de Bahia (2015), que aponta que os seus interesses estão voltados para interesses “globais, determinados e compatíveis com as suas relações prioritárias: o governo e outros escalões do governo instituições decisórias, complexos industriais, etc” (p. 61). Não obstante, o autor indica que é nessa divisão que caracterizam-se aqueles veículos os quais possuirão maiores receitas, tiragens e propagandas normalmente oriundas de conglomerados nacionais e internacionais (ibidem).

À vista disso, podemos alegar que os jornais-empresa aparecem como um produto do capital intrinsecamente ligado a essa noção de grande imprensa. No que se refere-se o surgimento desses periódicos, o fato se dá na virada do século XIX para o XX, no início do Brasil República, e ajuda com que exista uma mudança no organograma do noticiário do país. Sodré (1999) destaca que o uso da tipografia como empreendimento individual desaparece nas grandes cidades, ficando relegado ao interior. A mudança de curso acaba diminuindo o número de mídias que circulavam e torna “muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal” e mais prático ainda “comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal” (p. 276). Nesse cenário, principalmente a partir de 1950, o jornalismo transforma-se em um negócio, fazendo do mercado uma “instância reguladora dos interesses e das demandas sociais” (SILVA, 2005, p. 89).

Existe ainda uma mudança gradual no modelo midiático brasileiro, que abandona a escola francesa, de caráter político-literário e assume a concepção estadunidense, com reportagens informativas, ricas em detalhes, maquiadas por uma suposta neutralidade (SCHUDSON, 2010). Outro fator que teve uma mudança significativa à época foi o seu *layout*, que, dentre outras coisas, tornou-se, mais atrativo com uma melhor organização dos textos, e incluiu matérias em estilo de pirâmide nas suas páginas, destacando aquilo o que era mais importante aos olhos do leitor (ibidem).

É com esse cenário de uma imprensa totalmente moldada ao caráter do capital, que urge a criação do que ficara conhecido enquanto *imprensa alternativa*. Como destacado na seção que abre a primeira parte deste projeto, a história da imprensa alternativa (IA) no Brasil mistura-se com a própria fundação da República como a conhecemos. No entanto, quando buscamos traçar o seu momento de maior repercussão no país, é impossível que não sejamos remetidos ao período de Ditadura Civil-Militar (1964-1985). É justamente em meio a essa fase, durante os anos setenta, que tais tipos de veículos sedimentam-se como importantes agentes políticos na luta contra a repressão dentro da sociedade brasileira (KUCINSKI, 1991).

Se afastando dos editoriais adotados pela chamada grande imprensa e aderindo uma postura contrária a medidas antipopulares, reformistas e não democráticas, a IA começou a ser chamada assim, somente, em meados da década sessenta; quando o jornalista Alberto Dines, aproveitando-se de um termo cunhado a partir do movimento contracultural norte-americano, teceu algumas reflexões sobre o novo tipo de jornalismo que surgia ali. Kucinski (1991) afirma que essa imprensa fugia da lógica dominante que guiava a sociedade, buscando ser um espaço apto ao protagonismo daqueles os quais procuravam verdadeiras transformações sociais.

[...] o radical de “alternativa” contém quatro significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de uma única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos 60 e 70, de protagonizar as transformações sociais que pregavam (KUCINSKI, 1991, p. 13).

O mesmo autor destaca alguns aspectos semelhantes que existiam entre ambos os tipos de imprensa: a tradicional e a alternativa. Ele pontua que as edições as quais esses tipos de mídia produziam eram vendidas normalmente em bancas de jornais; que possuíam planos de assinaturas dispostos em universidades e que, no mais, a grande diferença de um formato para o outro era a variedade de fontes e a abordagem das narrativas que construía.

[...] a imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo, que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos (KUCINSKI, 1991, p. 7).

A criação de uma mídia que articulava jornalistas, ativistas e intelectuais, visando apontar as arbitrariedades do Estado colide, ainda, em certo ponto, com o que começa a ser chamado de “comunicação popular” por autores latino-americanos nas décadas seguintes. Para eles, esse tipo de comunicar tratava-se de um método de liberdade e transformação que tinha nas demandas do povo as suas principais pautas e reivindicações.

A vocação libertadora devido a multiplicidade de experiências comunicativas as quais ela possibilitava, em decorrência da autonomia que dava para os seus contribuintes, também configurou-se enquanto algo bastante destacável, como Festa pontua.

[...] era compreender esse novo fenômeno na vida dos latino-americanos e caminhar junto na busca comum das utopias libertárias. Essencialmente, essa comunicação a partir do social buscava alterar o injusto, alterar o opressor, alterar a inércia histórica que impunha dimensões sufocantes, através de uma vocação libertadora que se nutria por uma multiplicidade de experiências comunicativas (FESTA, 1995, p. 131-132).

No Brasil, Regina Festa surge como uma precursora nos estudos acerca da temática. Para ela, a “comunicação popular nasce efetivamente a partir dos movimentos sociais” (FESTA, 1986, p. 25), porém, é na demanda “do movimento operário e sindical, tanto na cidade quanto no campo”, que ela

começa. O caráter transformador que a comunicação feita desse modo adquire serve para “suscitar uma reflexão” (KAPLÚN, 1985, p. 17), bem como pode ser utilizado feito um instrumento “para uma educação popular, como alimentador de um processo educativo transformador” (ibidem).

É justamente partindo do caráter existente por esse tipo de imprensa que pensamos-la como fonte para a nossa pesquisa. Parte disso, por conseguinte, o tópico que segue no qual abordaremos o modo como este gênero pode ser oportuno às pesquisas dentro do campo da História da Educação, uma vez que permite a análise, sob diferentes prismas, daquilo o que estamos estudando.

3.2 Fontes de pesquisa, documentos e análise documental

Uma das discussões mais recorrentes quando pensamos em estudos situados no campo da História da Educação, refere-se às fontes e o modo como escolhê-las corretamente pode ser determinante para a elaboração de um bom trabalho, tendo em vista os historiadores dependerem nas suas investigações “não apenas das questões formuladas dentro de certas matrizes teóricas, mas também dos materiais históricos com que podem contar” (NUNES & CARVALHO, 2005, p. 29).

O argumento apresentado acima por Nunes e Carvalho (2005), indica aquilo o que parece ser um consenso dentre os estudiosos da área: as fontes são, por natureza, históricas; e, de tal maneira, devem ser encaradas assim. Isso, no entanto, não infere a lógica de que a leitura do passado é sempre feita e direcionada a partir do presente (CERTEAU, 2006). Isto é, de que é o historiador, no hoje, que pergunta sobre o ontem, que já se passou.

A definição do que é uma fonte, por sua vez, é bastante ampla. Para além dela ser considerada um objeto historicizado, alguns autores a tratam como “aquilo o que está na origem de um fenômeno” (SAVIANI, 2004, p. 5), ainda que não o seja, de fato. Logo, a matéria-prima do historiador será dotada de incompletude, não permitindo com que seja tratada como uma verdade absoluta, cristalizada.

Em sua inteireza e completude, o passado nunca será plenamente conhecido e compreendido; no limite, podemos entendê-lo em seus fragmentos, em suas incertezas. Por mais que o pesquisador tente se aproximar de uma verdade sobre o passado, apostando no rigor metodológico, permanecem sempre fluidos e fugidios os pedaços de história que se quer reconstruir (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 77).

Para teorizar acerca das lacunas existentes na história, Lopes e Galvão (2001, p. 78) indicam que uma fonte será determinada justamente por aquilo o que se está sendo procurado. Os autores ponderam, assim, que “as fontes estão aí, disponíveis, abundantes ou parcas, eloquentes ou silenciosas, muitas ou poucas, mas vemos, pelos trabalhos que são realizados, que existem” (ibidem, p. 79).

Dermeval Saviani (2004, p. 5) também contribui para a definição do que é uma fonte. Vejamos:

No caso da história, evidentemente não se poderia falar em fontes naturais já que **todas as fontes históricas**, por definição, são construídas, isto é, são produções humanas (não está em causa, aqui, a questão relativa a uma possível história natural). Além disso, é preciso considerar que, a rigor, a palavra fonte é usada em história com sentido analógico. Com efeito, **não se trata de considerar as fontes como origem do fenômeno histórico considerado. As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado.** Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a **fonte do nosso conhecimento histórico**, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história (grifos nossos).

Podemos entender através do que nos é dito por Saviani, que tais objetos são imprescindíveis para a compreensão do mundo existente à época em que foram produzidos (ibidem). Ao pensarmos na imprensa impressa, como é o caso do Jornal *DeFato*, somos capazes de vislumbrarmos um espaço aberto a embates políticos, sociais e ideológicos, que representam os acontecimentos ocorridos entre os anos de 1986 e 1987 na cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul. Neste sentido, é salientado por Gonçalves Neto (2002, p. 201):

É principalmente através da imprensa que se divulgam e se consolidam as principais representações sociais. E por uma razão muito simples: diferentemente da tradição oral, a palavra pode ser resgatada no futuro e utilizada como documento na construção de interpretações históricas.

Como é possível notarmos, as representações sociais constituem-se enquanto espaços de retomada de versões de narrativas que se confrontam em diferentes níveis, perpassando desde questões culturais, até tendências educacionais. De tal modo, temos nas notícias encontradas no *DeFato* um vasto leque de possibilidades de análise para tornarmos visível o percurso histórico da educação pública bajeense.

Ivashita (2014) adverte que durante bastante tempo o Campo da História da Educação utilizou-se apenas de fontes oficiais como material de investigação. Todavia, que “com a expansão das investigações neste campo de estudos e pesquisas, o historiador foi também alargando as possibilidades de uso das fontes” (p. 5), incorporando a ideia de que “a História se faz a partir de qualquer traço ou vestígio deixado pelas sociedades passadas” (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 81).

Ivashita ainda tece reflexões sobre o trato que pode ser dado para cada tipo de fonte, bem como os caminhos que podem ser usados para a lida com essas materialidades. Ela afirma:

Primeiramente é preciso situar o seu problema de pesquisa, delimitar seu espaço de pesquisa, juntamente com o período de tempo que será considerado, para só então passar para o inventário de quais podem ser as fontes de informação para responder a questão proposta. Se é o problema que norteia a escolha das fontes, podemos entender com isso que uma mesma fonte pode ser utilizada várias vezes e por pesquisadores distintos, tendo em vista que é a pergunta que dará sentido à investigação. Este trabalho implica efetivamente o recorte e reagrupamento de dados e informações que possam dar sentido a pergunta que se quer responder (IVASHITA, 2014, p. 7).

A vasta possibilidade de objetos a serem coletados, faz com que o rigor metodológico precise entrar em voga dentro de uma pesquisa. Em decorrência disso, em nosso caso mobilizaremos as

noções existentes por de trás dos procedimentos da Análise Documental. Nesta perspectiva, “a pesquisa documental se constitui em um importante aporte teórico-metodológico na pesquisa qualitativa, impulsionando o surgimento de novos aspectos de um tema ou de um problema de pesquisa” (BICA, 2013, p. 32).

Guba e Lincoln (1981) entendem esse tipo de análise enquanto uma ampla apuração de distintos e diversos materiais, que: 1) não foram utilizados em algum outro trabalho de análise; 2) que podem ser reanalisados com o objetivo de se achar novas informações acerca deles. Lüdke e André (2007) ainda contribuem sobre os preceitos por de trás desse tipo de análise, ao indicarem que ela tem por objetivo encontrar informações concretas nos documentos “a partir de questões ou hipóteses de interesses” (ibidem, p. 38-39) que ajudarão na construção do norte a ser seguido pelo pesquisador.

Outro ponto relevante sobre a análise documental diz respeito a não-aleatoriedade na escolha dos documentos que a compõe. Assim, qualquer utilização de fontes sempre precederá a elaboração de questões e/ou hipóteses prévias acerca de determinado assunto, a fim de se identificar informações as quais sejam entendidas enquanto fatuais (CAULLEY, 1984).

Neste sentido, “o contexto histórico e sociocultural é necessariamente o limite e a base em que todo pesquisador transforma a realidade fatural em ideal” (PIMENTEL, 2001, p.193). Ou seja, é a partir de tais percepções prévias que quem pesquisa acaba por transformar uma fonte em objeto de investigação científica, cujo fim estará ligado a elaboração de pesquisas situadas em diferentes áreas do conhecimento.

Uma relevante aliada a este procedimento é, também, a Análise de Conteúdo, que passa ser útil após a definição, em si, dos documentos escolhidos como fonte. Krippendorff (1980, p. 21) a define como “uma técnica de pesquisa para fazer inferências válidas e replicáveis dos dados para o seu contexto”, o que nos permite destacar o perfil simbólico daquilo o que se é extraído das fontes.

É importante salientar a relação da análise documental para com pesquisas de caráter qualitativo (JUNIOR Et al., 2021, p. 3), visto que a compreensão de um fenômeno sob esta ótica tem nesse elo um importante aporte. Tuzzo e Braga (2016) entendem a abordagem qualitativa:

[...] enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigorosamente estruturada, permitindo que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques, sugere que a pesquisa qualitativa oferece ao pesquisador um vasto campo de possibilidades investigativas que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance (TUZZO; BRAGA, 2016, p.142).

Os bancos de dados que irão compor esse universo de documentos é heterogêneo, sendo um procedimento que precederá um conjunto de métodos e técnicas de captação, buscando a

compreensão de um fenômeno (JUNIOR Et al., 2021). Esse modelo apoia-se no que é proposto por Pimentel (2001) como “garimpagem” de fontes.

No processo de articulação do presente com o passado, o pesquisador volta-se às suas raízes, ativa ou reativa a memória, distanciando-se assim de uma possível fragmentação quando procura, na investigação, o elo entre esses dois tempos históricos da atividade humana, para além de análises presentistas que o levariam apenas a ratificar o passado e glorificar o presente (PIMENTEL, 2001, p. 192).

Cabe dizer que os diferentes documentos garimpados definem-se por não terem sofrido um tratamento prévio. Assim, cabe a quem investiga analisá-los para definir se eles entrarão ou não na pesquisa. Segundo Godoy (1995), devemos entender o conceito de documento enquanto algo extenso, que irá incluir desde materiais escritos e estatísticas, até elementos iconográficos. Para ele, esses documentos “são considerados ‘primários’ quando produzidos por pessoas que vivenciaram diretamente o evento que está sendo estudado, ou ‘secundários’, quando coletados por pessoas que não estavam presentes na ocasião da sua ocorrência” (ibidem, p. 22-23).

Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) ainda ratificam:

Recuperar a palavra “documento” é uma maneira de analisar o conceito e então pensarmos numa definição: ‘documento: 1. declaração escrita, oficialmente reconhecida, que serve de prova de um acontecimento, fato ou estado; 2. qualquer objeto que comprove, elucide, prove ou registre um fato, acontecimento; 3. arquivo de dados gerado por processadores de texto’ (HOUAISS, 2008: 260). Phillips (1974: 187) expõe sua visão ao considerar que documentos são ‘quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano’ (SÁ-SILVA Et. al, 2009, p. 06).

A utilização desses documentos, normalmente, ainda precederá ao uso daquilo que Lüdke e André (1986) definem por *categorias*. Neste sentido, os autores, ao se apoiarem em Guba e Lincoln (1981), indicam que elas devem “refletir os propósitos da pesquisa”, sendo seguidas por outros critérios tais quais a “homogeneidade interna, heterogeneidade externa, inclusividade, coerência e plausibilidade” (ibidem, p. 43).

Os autores destacam também que a categorização não é algo fácil de se fazer, pois se relacionam num primeiro momento, exclusivamente, ao arcabouço teórico no qual a pesquisa pauta-se, sem ter “normas fixas de procedimentos” (ibidem). Entretanto, apontam que o caminho mais indicado quando o objetivo a se detectar padrões que possibilitarão o julgamento daquilo o que é relevante e significativo nos dados da pesquisa.

3.3 Pedagogia histórico-crítica e apontamentos gramscianos

A pedagogia histórico-crítica (PHC), concebida por Dermeval Saviani, entende o trabalho educativo enquanto o ato de desenvolver em cada indivíduo, direta ou indiretamente, a cidadania; que é produzida de forma histórica e dialética pelos sujeitos (SAVIANI, 2005). Desse modo, é inconcebível pensar a instância escolar por um viés que a limite na sua própria realidade, afinal, nesse

sentido, ela constitui-se como um órgão que visa a transformação social daqueles que a frequentam, por meio da “transmissão-assimilação da cultura” (BALZAN, 2013, p. 240).

Esse princípio, ainda que aparente partir exclusivamente de dentro dos corredores escolares, é fundamental para que entendamos como o modelo histórico-crítico dialoga com o trabalho que realizaremos em nossa pesquisa. Por causa disso, faz-se necessário trazermos luz a alguns preceitos básicos da PHC.

Iniciemos, então, pela desconstrução proposta por Saviani (2005) no que diz respeito a uma suposta “neutralidade” do conhecimento. O autor pontua que “não existe conhecimento desinteressado” (p. 7) e, ao fazê-lo, rompe com aquilo o que ele entende como “forças produtivas autoritárias” (ibidem) que, em defesa de um suposto saber neutro, inviabilizam projetos populares os quais objetivam a mudança estrutural da sociedade.

O saber que diretamente interessa à educação é aquele que emerge como resultado do processo de aprendizagem, como resultado do trabalho educativo. Entretanto, para chegar a esse resultado a educação tem que partir, tem tomar como referência, como matéria-prima de sua atividade o saber objetivo produzido historicamente (SAVIANI, 2005, p. 7).

A citação acima nos permite vislumbrar outro ponto fundamental sobre a PHC: sua relação – direta – com o materialismo histórico, proposto por Marx e Engels. Parte disso, a ideia de um “saber objetivo” dotado de historicidade, que estará ligado às relações materiais presentes no mundo. Não obstante, ao pensarmos neste saber, pensamos automaticamente num conceito intrínseco à objetividade.

Quanto ao assunto, Saviani (2009, p. 50) afirma:

[...] dizer que um conhecimento é universal significa dizer que ele é objetivo, isto é, se ele expressa as leis que regem a existência de determinado fenômeno, trata-se de algo cuja validade é universal. E isto se aplica tanto a fenômenos naturais como sociais. Assim, o conhecimento das leis que regem a natureza tem caráter universal, portanto, sua validade ultrapassa os interesses particulares de pessoas, classes, épocas e lugar, embora tal conhecimento seja sempre histórico, isto é, seu surgimento e desenvolvimento são condicionados historicamente. O mesmo cabe dizer do conhecimento das leis que regem, por exemplo, a sociedade capitalista. Ainda que seja contra os interesses da burguesia, tal conhecimento é validado também para ela (SAVIANI, 2009, p. 50).

Ao pontuarmos as condições supracitadas, entendemos que a educação, a cultura e a política sejam fatores indissociáveis uns dos outros. É partindo disso, que ao olharmos essas questões, somos obrigados a correlacionar a PHC ao conceito de Hegemonia, pontuado por Gramsci (1999). Para o autor, o direcionamento intelectual de uma sociedade está para muito além, somente, do campo político-econômico, constituindo-se também por meio das estruturas culturais as quais podem relacionar-se com as bases da educação de um país.

A noção de Filosofia da Práxis (ibidem) é, igualmente, muito cara à execução desse trabalho, pois ao reconhecermos as especificidades do que estudamos, incluindo suas condições, contradições e criações, temos a possibilidade de refletir sobre as atividades históricas concretas,

existentes através da dialética do homem para com as estruturas políticas, econômicas, educacionais e culturais, que afetam os sujeitos.

[...] diferentemente da posição católica, a posição da filosofia da práxis não busca manter os "simplórios" na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os "simplórios" não é para limitar a atividade científica e para manter a unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 1978, p. 18).

O filósofo italiano ainda constrói reflexões acerca do conceito de consciência crítica, indicando que ela só é capaz de ser obtida por meio da disputa de hegemonias contrapostas, presentes, a priori, no campo da ética e, à posteriori, no âmbito político. Para ele:

[...] um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos (ibidem).

Portanto, buscando tornar visível os entremeios existentes nos saberes, que naturalmente são produzidos historicamente, focaremos abaixo, a partir da apresentação do Jornal *DeFato*, em reconhecer as condições nas quais eles são produzidos e o modo como a educação pública foi tratada durante o pouco mais de um ano em que o ocorrera a sua publicação.

PARTE IV

4. Jornal DeFato e a verdade sem concessõesFigura 01 – Capa da edição de número zero do jornal *DeFato*

Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

A verdade sem concessões é o título da matéria que inaugura a primeira página da edição de número zero do Jornal *DeFato*, publicado de 27 de setembro de 1986 até 23 de outubro do ano de 1987. Criado em meio a um contexto de efervescência política devido à redemocratização, o semanário surgira enquanto uma alternativa de leitura a um dos folhetins mais antigos publicados no estado do Rio Grande do Sul: o *Correio do Sul* (1914-2008), de Bagé; que, à época, era vinculado aos latifundiários bajeenses e possuía uma linha editorial governista.

A concepção do modelo jornalístico do veículo, que ao todo teve 53 edições, se deu inicialmente pelas mãos dos então jornalistas, Mario Pinheiro¹⁰ e Roberto Almeida¹¹. No entanto, em decorrência dos altos valores necessários para o custeio das suas atividades, ele acabara funcionando de modo semelhante a uma cooperativa, que embora nunca tenha sido formalizada em pessoa-jurídica, guiava a operação por de trás do negócio. O processo de publicação que possuía ficava na responsabilidade da empresa Consciência Editorial LTDA, que tinha como sócios ambos os jornalistas supracitados, em conjunto do advogado José Paulo Ferraz. Para que isso fique mais claro, a tabela abaixo exemplifica um pouco de sua estrutura de operação.

¹⁰ Mario Pinheiro, que é indicado como jornalista no texto, anos após o fim do jornal formou-se em Direito e, atualmente, advoga no município de Bagé. Além disso, foi militante do Partido dos Trabalhadores (PT) e compõe o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) nos dias atuais.

¹¹ Jornalista formado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do estado do Rio Grande do Sul.

Quadro 01 – Dados gerais sobre o Jornal *DeFato*

Jornal <i>DeFato</i>				
Fundadores	Primeira Publicação	Última Publicação	Funcionamento	Total de edições
Mario Pinheiro e Roberto Almeida	27/09/1986	23/10/1987	1986 & 1987	53

Fonte: Autor (2023)

A formação inicial da equipe de profissionais do jornal contava com pessoas que atuavam nas mais diversas áreas do conhecimento dentro da Rainha da Fronteira. Em reunião realizada na sede da Sociedade Espanhola¹², meses antes do primeiro número do *DeFato* aparecer nas bancas, aproximadamente quarenta sujeitos assinaram a sua ata de fundação. Estavam, dentre eles, Mara Sandra Araújo¹³, que assumira a função de Diretora-Presidenta; Roberto Almeida e Mario Pinheiro, Diretores-Editores; Marcos Salim¹⁴, Diretor-Financeiro; Moacir Marum¹⁵, Diretor Comercial; além, também, de outras prestigiadas figuras da cidade, tais quais as docentes Ada Cristina Silveira¹⁶, Alda Maria Ghisolfi¹⁷ e Tânia Mara Correa da Silva¹⁸, o empresário Walmore Neto¹⁹ e o advogado Décio Floriano Lahorgue, que acabou compondo, em conjunto dos demais citados, o Conselho Editorial da empresa.

Este encontro, além de servir para que fossem definidas as funções exercidas por cada um no local, configurou-se igualmente como uma espécie de assembleia deliberativa, a fim de definir a linha editorial que viria a ser seguida pelo impresso. Não obstante, as pessoas que rubricaram a primeira ata, passaram a constar enquanto *cotistas* do veículo ao contribuírem espontaneamente com valores financeiros que seriam destinados a sua manutenção inicial. Os montantes, se na cotação da moeda atual, variariam de quinhentos até cinco mil reais.

Do ponto de vista do espectro político-ideológico desses cotistas, podemos dizer que ele era amplo, composto por sujeitos os quais faziam parte de diversos partidos políticos situados tanto no campo da esquerda, quanto no da centro-esquerda. Todos, sem exceção, críticos da recém-fundada Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

Além disso, a relação com outros grupos de editorias, tal qual a Agência Jornal Brasil e a *Associated Press*, permitia com que intelectuais conhecidos nacionalmente, como o então sociólogo

¹² Associação fundada em 20/12/1968, cujo objetivo era, inicialmente, congregar pessoas espanholas residentes em Bagé. Disponível em: <https://www.sociedadeespanhola.com.br/sobre>. Acesso: 23/08/2022.

¹³ Mara, à época, era socióloga e professora do curso de Ciências Sociais da Universidade da Região da Campanha (URCAMP).

¹⁴ Formado em Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e empresário no município de Bagé.

¹⁵ Empresário bajeense que foi fundador da primeira locadora de videocassete da região, a “Página Central”.

¹⁶ Formada em Comunicação Social/Jornalismo, Ada atua como professora no Centro de Ciências da Comunicação na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

¹⁷ Então professora do Curso de Letras da Universidade da Região da Campanha (URCAMP).

¹⁸ Graduada em Letras pela Faculdade Porto-Alegrense.

¹⁹ Publicitário.

Fernando Henrique Cardoso, que viria a ser presidente do Brasil anos depois, a filósofa Marilena Chauí e o sociólogo Joelmir Beting, escrevessem quase que semanalmente colunas no espaço.

A grande diversidade de profissionais que compunham o *DeFato* ajuda explicar o caráter existente por de trás das análises, de cunho político, publicadas pelos seus redatores acerca dos acontecimentos da região.

4.1 As áreas de atuação do Jornal DeFato

Como fora destacado na seção anterior, a linha editorial seguida pelo *DeFato* agremiava pessoas que circulavam, profissionalmente, pelas mais distintas áreas de atuação dentro da sociedade bajeense; jornalistas, professores, empresários, advogados e tantos outros profissionais ocupavam as páginas do jornal, que abordava temáticas as quais perpassavam desde a política até a participação esportiva regional.

As notícias referentes ao município ficavam por conta dos repórteres Edegar Saraiva e José Wilson Toralles. Ambos, incumbidos de fazer uma ampla cobertura do Legislativo e do Executivo da cidade, tinham o espaço de suas matérias acompanhado de colunas que cobriam também os principais acontecimentos do estado, do país e do mundo. Os eixos temáticos mais requeridos tratavam de ciência e tecnologia, da saúde, da arte, dos esportes, dos movimentos sociais e da educação.

No editorial de estreia do impresso, datado de 27 de setembro de 1986, ficara registrado que a primeira das temáticas citadas acima viria para “suprir uma lacuna existente nos órgãos de informação” (p. 02) da cidade, dando enfoque ao embate teórico e analítico. Para isso, ela contava com a colaboração de um dos pioneiros da divulgação científica na mídia brasileira, o médico, cientista e jornalista especializado em microbiologia e virologia, José Reis. A sua editoria ficava por conta de Marcos Salim.

No que diz respeito ao Caderno de Esportes, ele possuía como principal objetivo acompanhar as campanhas da dupla futebolística da cidade, Grêmio Esportivo Bagé e Guarany Futebol Clube. Para o primeiro, criou-se a Tribuna Jalde Negra, com o propósito de ouvir dirigentes, jogadores, torcedores e funcionários do clube; conquanto, para o segundo, desenvolveu-se a Tribuna Alvi-Rubra, com fim semelhante.

A acirrada conjuntura política existente na metade final dos anos oitenta, com a redemocratização em voga, fez com que o local destinado aos movimentos sociais fosse bastante privilegiado. Por causa disso, a parceria com a Agência Folhas logo ganhou destaque e para além dos renomados Fernando Henrique Cardoso, Marilena Chauí e Joelmir Beting, outros colunistas de alcance nacional, como o físico Rogério Cesar Cerqueira Leite, adentraram a equipe. O objetivo, com isso, passou ser apresentar um olhar amplo e contextualizado sobre as questões mais importantes do

período, bem como acompanhar de perto os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Não obstante, ao aprofundar-se nessas questões, o veículo buscava fazer uma espécie de oposição ao jornalismo praticado pela imprensa de Bagé, tendo em vista o caráter “pouco profissional que na maioria das vezes ela apresentava em suas coberturas” (DEFATO, 27 de setembro de 1986, p. 2). O tom analítico, de olhar atento perante às mais diversas manifestações sociais e culturais existentes dentro da sociedade brasileira, é ressaltado no editorial da edição de número 01 do jornal, publicada em 12 de outubro de 1986, que apresentamos abaixo.

Figura 02 – Editorial da edição nº01 publicada do Jornal *DeFato*

Página 2 DeFato

Considerando a acolhida que **DeFato**, edição zero, acreditamos que nosso projeto editorial está se concretizando. Fomos recebidos com opiniões diversificadas, revelando-se assim a expectativa de que a nossa proposta só poderia ser a de informação e análise ampla e aberta a todos os segmentos da sociedade.

Encaminhamos **DeFato**, edição nº 1, reiterando nosso objetivo de suscitar o debate sobre temas e questões relevantes para a história da sociedade bageense. No âmbito regional, nacional e internacional, **DeFato** pretende igualmente oferecer notícias e abordagens que subsidiem o leitor na interpretação dos

acontecimentos. Continuaremos uma linha de trabalho comprometida com o tratamento de assuntos referentes às áreas de economia, política, artes, ciência, educação, esportes e cultura em geral. Para tanto, contamos com participação de jornalistas, repórteres e colaboradores locais. Mantemos os serviços editoriais de agências de notícias e assessorias de imprensa.

Na condição de semanário, logicamente não veiculamos a instantaneidade dos fatos. Em contrapartida, oferecemos uma abordagem cuja abrangência envolve o processo de identificação das raízes e conseqüências dos acontecimentos.

Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Ao fazermos a leitura da matéria acima, somos levados ao local de tensionamento o qual o *DeFato* se propunha a estar e construir. Se observamos a argumentação exposta ainda no primeiro parágrafo do texto, cuja a afirmativa é de que “a expectativa de que a nossa proposta só poderia ser a de informação e análise ampla e aberta a *todos* os segmentos da sociedade (grifos nossos)”, somos levados a interessantes reflexões. Uma das primeiras interpretações que essa argumentação nos permite ter, diz respeito ao entendimento de que o jornal, sendo construído pelas pessoas que o construíam, que sempre foram críticas ao período de regime militar, só poderia realizar um jornalismo *amplo e democrático*. Outra leitura passível de ser feita, relaciona-se ao fato de que se é somente com a publicação do *DeFato* que as informações passam a estar abertas e a disposição de *todos*, subentende-se que isso antes — com os demais periódicos da cidade — não acontecia, de modo a eles privilegiarem determinados grupos e/ou pessoas.

Esse caráter crítico aos outros meios de comunicação bageenses é ratificado quando buscamos fazer uma análise das temáticas expostas no decorrer dos editoriais do veículo durante o mais de um ano em que ele circulou na cidade. Ao todo, das 53 edições publicadas do semanário, sete possuíam editoriais que versavam exclusivamente sobre o trabalho “problemático” que mídia hegemônica do local realizava. Com o objetivo de sistematizarmos os temas mais comumente abordados dentro do

informativo, apresentamos o quadro que segue, atentando para o fato de que nem todas as edições possuíam artigos principais em suas contracapas.

Quadra 02 – Dados sobre temáticas tratadas na edição de estreia do *DeFato*

Temáticas tratadas	Nº de aparições nos editoriais do <i>DeFato</i>
Assembleia Constituinte	10
Educação	08
Política Partidária/Eleições	07
Críticas à Imprensa	06
Cultura	06
Justiça	03
Esportes	02
Direitos para PCDs	01
Ciência e Tecnologia	01

Fonte: Autor (2023)

Como se pode observar a partir da tabela acima, o perfil combativo, político e social de uma imprensa que não se furtava de criticar a própria imprensa, aparece dentre os artigos em destaque da editoria, mantendo-a coerentemente em diálogo com a primeira capa do jornal, que é taxativa em afirmar que nele se buscava, sempre, “a verdade sem concessões”. A abordagem sobre questões referentes aos PCDs e o espaço privilegiado ao debate sobre a cultura, fomentavam também o caráter de vanguarda que o canal comunicativo possuía.

Quanto as contestações ao que vinha sendo feito no noticiário escrito da cidade, um artigo presente na abertura da edição de número zero do *DeFato*, pondera a necessidade da existência de um *outro* jornal na Rainha da Fronteira, que seja “verdadeiramente profissional, adaptado às necessidades de uma cidade em crescimento” (DEFATO, 27 de setembro de 1986, p. 2). A ocorrência de estar vinculado à Consciência Editorial, que era uma empresa criada por jornalistas, professores e profissionais liberais da região que não faziam parte de quaisquer outros grandes grupos empresariais, lhe oportunizava a autonomia de redação e a capacidade crítica sobre agentes importantes no contexto bajeense.

O caráter quase que meta-crítico adotado muitas vezes frente à conjuntura jornalística de Bagé fica claro em alguns dos trechos da reportagem que trazemos na sequência. Vejamos.

Figura 03 – Artigo sobre a construção da linha editorial do Jornal *DeFato*

Compromisso com a verdade

Bagé já tem, definitivamente, um outro jornal. Fruto de um trabalho coletivo, este jornal pretende satisfazer as expectativas e as exigências do povo bageense, no sentido de fornecer uma ampla cobertura dos acontecimentos locais e, ao mesmo tempo, um panorama da situação do estado, do país e do mundo. Enfim, um informativo verdadeiramente profissional, adaptado às necessidades de uma cidade em crescimento.

Com relação à abordagem dos acontecimentos, *DeFato* combinará informação e análise, proporcionando uma visão crítica e detalhada dos fatos e movimentos sociais, norteado pela busca da verdade — sem, para tanto, fazer qualquer tipo de concessão. Porém, não aquela verdade absoluta, anterior à prática social, mas sim, a que se constrói no dia-a-dia, com a conquista da liberdade de ação e do amplo debate de idéias. Nesse sentido, *DeFato* constituir-se-á sempre um canal aberto, oferecendo espaços para a participação dos diferentes segmentos da comunidade bageense.

Tal postura não lhe é gratuita: provém de sua própria estrutura. O jornal pertence à Consciência Editorial, empresa formada por jornalistas, professores e profissionais liberais da cidade, sem estar vinculado a quaisquer grupos, o que lhe permite a característica de ser um veículo democrático, estimulador do debate.

Nas páginas dedicadas ao município, haverá ampla cobertura ao Legislativo e do Executivo, bem como aos acontecimentos que requeirirem a investigação de

nessos repórteres Edegar Saraiva e José Wilson Toralles. A informação dos assuntos da cidade será nossa prioridade. Também, pretendemos, na seção Notas, divulgar as promoções de entidades e instituições, de forma a integrar a comunidade.

Nas seções relacionadas ao estado, ao país e ao exterior, contaremos serviços editoriais de agências de notícias e assessorias de imprensa, proporcionando ao público bageense a análise dos mais recentes e importantes acontecimentos do país e do mundo.

Em Ciência e Tecnologia, visando suprir uma lacuna existente na maioria dos órgãos de informação, daremos um destaque para a pesquisa científica e suas mais variadas aplicações, contando, para tanto, com a participação de quem é considerado o maior divulgador de ciência no país, e de colaboradores de *Também*, em Ensaio, estimularemos o debate teórico.

Para o comentário dos fatos e movimentos sociais, teremos a análise e os comentários de colunistas Fernando Henrique Cardoso, Marilena Chaui, Joelmir Beting e Cesar Cerqueira Leite, da Agência Folhas.

O leitor encontrará, ainda, abordagens sobre educação, artes, esporte, como espaços dedicados à crônica social e ao humor. A partir do número dedicaremos uma página para o debate sobre a constituinte. Assim, entre que a verdade e a perfeição são produtos de uma incessante e cotidiana contatamos com a colaboração do povo de Bagé para consolidação e o aprimoramento dessa iniciativa.

Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Através deste texto, os editores do jornal constroem uma noção que insta afirmar a existência da necessidade de uma imprensa-outra, isto é, alternativa. O perfil vanguardista, comentado por nós anteriormente, é solidificado por meio da relação de algumas noções descritas na matéria, como é o caso do jornal ser fruto de uma construção coletiva, atenta às práticas sociais, com enorme apreço às liberdades individuais e ao debate plural de ideias. Itens todos, estes, surrupiados durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Mas não só isso, ao partimos de tais afirmações, novamente somos obrigados a nos remetermos para aquilo o que não está dito nelas, de maneira a indicarmos a contraposição entre o que o *DeFato* prezava e as condutas comuns ao regime supracitado, que valorizava o sufocamento das individualidades, a tentativa de proibir a liberdade de cátedra e o pouco, ou nenhum, espaço para o debate no geral (INDURSKI, 1997).

A repetida alegação de que o jornal buscava a análise conjetural, merece um parágrafo à parte, uma vez que essa lógica corrobora para a leitura de que o jornal dialogava inclusive para com um modelo anterior de imprensa, próximo a escola francesa, de caráter político-literário e não à estadunidense, com estrutura linguística mais direta, dotada de uma suposta maior neutralidade (SCHUDSON, 2010).

O constante tensionamento ante a linha editorial do principal concorrente da cidade, o *Correio do Sul*, aparece de forma ainda mais evidente às luzes da edição do veículo publicada entre 05 e 11 de novembro de 1986. Na ocasião, uma matéria de autoria de Roberto Almeida, intitulada “Projeto CURA – Fim do ‘milagre bageense’”, estremeceu a política e o noticiário de Bagé ao revelar uma auditoria referente a época que Carlos Sá de Azambuja era prefeito do local. Nela, o jornalista revelou uma série de irregularidades presentes no Projeto de Lei 01/1982 do município, que perpassavam desde a sua execução, até a construção do seu Edital de Licitação. A divulgação deste escândalo elevaria as *farpas*, antes trocadas somente nas entrelinhas de tais meios comunicativos, a um novo nível – muito mais direto.

Figura 04 – Editorial de 03 a 08/01/1987

DeFato - De 03 a 08/01/87 - Página 2

Editorial

Com a recente divulgação do relatório da Auditoria, realizada na Prefeitura Municipal, veio à tona uma questão que, jamais, deveria ter submergido: a chamada ética jornalística. A pronta divulgação do relatório, bem como sua análise, correção até, e crítica dos fatos mais polêmicos, teve em **DeFato** um dos raros espaços jornalísticos. Essa posição quase ímpar, para muitos surpreendente, explicitou, bem ou mal, a situação diferenciada vivida entre a imprensa criada em ares democráticos e a que não o foi. Ainda que se possa qualificar o espaço dito democrático como um prolongamento do período autoritário - pois tanto os governantes quanto a legislação mantêm-se, praticamente, os mesmos - não se vive sob o peso da censura, por exemplo. Também, a dita «opinião pública» - a média da opinião sobre os fatos sociais -, formada pela resultante da opinião subliminar dos meios de comunicação ditos imparciais, custa a mudar seu padrão. E o que acontece com a moral, pode-se citar. O Direito Civil está cheio de

exemplos. Assim é que uma postura crítica tendê a sofrer ataques a opinião reduccionista dessa «opinião pública». A divulgação daquilo que **DeFato** chamou «Dossiê Azambuja» provocou reações que tentaram transformar uma questão pública num problema pessoal. Será ético divulgar o resultado de uma auditoria? E mais: será ético dar ampla cobertura para uma auditoria que aponta irregularidades na administração pública? Para o jornalista, tal como **DeFato** procura praticar, a resposta é positiva. A função do jornalista consiste no exercício permanente de ser um «delegado» da comunidade; em dizer, informar os fatos e as ações, buscando sempre a verdade, posto que a atividade jornalística deve estar a serviço dos interesses maiores da comunidade. Estas foram as palavras proferidas pelo diretor-presidente da Caixa Econômica Estadual, Lauro Guimarães, na solenidade de entrega dos Prêmios ARI de Jornalismo/1986.

Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

No artigo apresentado acima, podemos perceber o teor apontado nas críticas tanto a Carlos Sá de Azambuja, que recentemente havia sido eleito deputado estadual pelo Partido Democrático Social (PDS), quanto ao silenciamento e a aparente omissão de outros jornais da cidade no que diz respeito a divulgação e a repercussão do relatório apresentado pelo *DeFato*. Neste sentido, o redator que escreve o editorial realiza a defesa de uma atividade jornalística que esteja “a serviço dos interesses maiores da comunidade”, não se omitindo perante a fatos polêmicos. Isso acontece porque, segundo o próprio, em editorial publicado na última semana de 1986, a imprensa “possuía os documentos do *Dossiê*” e mesmo assim optou por “não divulga-los” (DEFATO, 24 a 30 de dezembro de 1986, p. 2), ainda que ele apresentassem grande relevância jornalística.

O segundo parágrafo do editorial não poderia deixar de ser citado aqui, tendo em vista ele ser enfático ao indicar que a posição, quase solitária de optar por divulgar o relatório, explicitaria as diferenças “entre a imprensa criada em ares democráticos e a que não foi”. Essa afirmação remete diretamente ao Jornal Correio do Povo, que ainda que não tenha sido criado durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), serviu inúmeras vezes como um espaço quase que declaratório para os agentes pró-regime do período.

Figura 05 – Editorial de 19 a 23/12/1986

DeFato - De 19 a 23/12/86 - Página 02

Editorial

A função da imprensa é a de informar. Isso é óbvio. Entretanto, nem sempre ela cumpre o seu papel. Na época em que o autoritarismo era explícito, muitas vezes a atividade jornalística esteve cerceada.

Mesmo hoje persistem, ainda, limitações. Desde a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, embora não ativadas, mas que permanecem intocáveis, ao monopólio dos meios de comunicação por parte de alguns grupos. Desde a influência do poder econômico ao controle político-ideológico do Estado através das concessões para o rádio e a televisão. Tais questões devem ser discutidas durante a Constituinte, no sentido de forjar-se uma nova política de comunicação no país.

A divulgação da auditoria realizada na Prefeitura, de certa forma, relaciona-se com este debate. Os veículos de imprensa não devem furtrar-se de permitir o mais amplo conhecimento, por parte da população, das relações entre os governantes e o poder, entre os dirigentes e a comunidade.

As atitudes de omitir-se da responsabilidade ou, mesmo, responsabilizar-se pela própria omissão não apontam, certamente para a construção de uma sociedade mais democrática.

É certo que a atividade jornalística deve evitar o sensacionalismo, caminho fácil para a distorção dos fatos. Também, é certo que o jornalismo não deve ser entendido, apenas, como uma atividade que, munida da «lanterna de Diógenes», procura mostrar o «lado ruim» das coisas. Mas o jornalismo não deve furtrar-se dos acontecimentos. De um show a uma greve. Há um conteúdo ético na atividade da imprensa.

DeFato tem procurado contribuir para isso. Cada reportagem realizada, cada opinião emitida, vem, sempre, referendada na concretude dos fatos. Não se trata de coragem a publicação de documentos sobre irregularidades cometidas na administração pública.

Trata-se de um dever para com a comunidade.

Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Ao retornarmos um pouco mais ao *DeFato*, para a sua edição com assuntos do dia 19 a 23 de dezembro de 1986, a leitura acima é confirmada. Aqui, fica claro a “convocação” do jornal a uma imprensa que não se furte de ajudar no “mais amplo conhecimento, por parte da população, das relações entre os governantes e o poder, entre os dirigentes e a comunidade”. As críticas a uma possível omissão também estão presentes na matéria, indicando a postura editorial que os seus autores acreditavam a imprensa hegemônica da cidade ter.

O acompanhamento dos acontecimentos que levaram até a Assembleia Nacional Constituinte, ocorrida entre 1987 e 1988, igualmente foi um tópico bastante comum dentro de nossa fonte. Essa sugestão é comprovada pelo fato deste ser o assunto mais tratado diretamente pelos editoriais do jornal, aparecendo dez vezes ao todo. O tom, normalmente positivo, dialogava com as demandas da sociedade civil, que se mostrava ansiosa pelo novo, pela pluralidade e pelo direito à cidadania.

Editorialmente falando, o tema é citado pela primeira vez na edição de 28 a 04 de dezembro de 1986 do periódico. O espaço em questão, que tinha como mote principal a boa votação obtida pelo PMDB na eleição recém-realizada, sugeria o olhar atento que seria empregado pelo mesmo nas questões as quais diziam respeito a Carta Constitucional, que viria a ser tema de grande debate no ano que estava prestes a começar. O compromisso de um olhar vigilante perante as promessas e o fortalecimento da luta partidária apareciam, da mesma maneira, em destaque e ficam visíveis na afirmação de que “para outros, é a hora de corresponder aos votos recebidos e tratar da viabilização dos projetos elaborados” (DEFATO, 28 de novembro a 04 de dezembro de 1986, p. 2).

O editorial abaixo, referente a segunda edição da primeira quinzena de janeiro de 1987, nos ajuda a enxergar o ar otimista que parecia circundar a Assembleia Nacional Constituinte.

Figura 06 – Editorial de 09 a 15 de janeiro de 1987

DeFato - 09 a 15/01/87 - Página 02

Editorial

1987 iniciou consagrado como o Ano da Constituinte, gerando as mais diversas expectativas. A muitos procede a indagação sobre a validade de uma nova Carta Copstitucional considerando que a atual não funciona em muitas de suas determinações. Outros, esperam da Constituição todas as mudanças «justas» e «necessárias». É relevante, no momento, que se mantenha aceso o debate e prossigam os estudos indispensáveis para manter o processo de representação política que não se esgotou no voto de 15 de novembro. Os eleitos Constituintes estão se mobilizando e precisam ter a vigilância de quem lhes conferiu poder. A sociedade deve se manifestar permanentemente se quiser conduzir a conquista de seus direitos. A participação de todos os segmentos sociais que podem influir neste processo exige mobilização e organização. Quem ficar apenas a espera da Constituinte poderá ter que endossá-la sem qualquer chance de oposição.

Todas as sociedades se organizam num processo de construção permanente de estágios que são superados, mantendo

do uma provisoriidade, supondo frequentes alterações. Neste sentido, insistir na necessidade de mudanças, comparando-se o ano que findou com o novo, resulta numa obviedade. A busca de alternativas para que se encaminhe com acerto os projetos de transformação social precisa de uma prática que pode iniciar a nível local. O espaço para o aprendizado deve estar a disposição da comunidade. DeFato pretende manter-se como uma entre outras fontes para que não se tenha a «meia visão» do social e se avalie a realidade como ela é e não como gostaríamos que fosse.

Nos dois primeiros meses do ano Bagé sofre um retraimento em certos setores da economia. As férias escolares, viagens e veraneio retiram parcela significativa dos bagenses da cidade. DeFato, adaptando-se a tal situação circula com seu número de páginas reduzido provisoriamente.

Quem ficar na cidade pode prestigiar as programações da 13ª Semana Crioula Internacional e o 1º Manancial da Canção Gaúcha.

Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

A partir do artigo principal da edição recém citada, podemos vislumbrar um olhar positivo para com o chamado *Ano da Constituinte*, que era resultado material do rompimento com o período de repressão militar. Neste sentido, a análise deste editorial nos aponta os seguintes debates que estavam sendo feitos à época: a necessidade de que as mudanças, que institucionalizariam definitivamente o rompimento com a Ditadura-Civil Militar, fossem realizadas; o cuidado para que a participação popular fosse ampla no processo; e o desejo de que o *DeFato* pudesse seguir corroborando para esse processo de sedimentação de uma República que fosse, efetivamente, nova.

Após o início de 1987, percebeu-se que o jornal começara a lançar edições as quais continham um número reduzido de páginas, possivelmente em decorrência de problemas financeiros, como é indicado pelo editor do mesmo na **Figura 06**, exposta acima. Nela, fica posto que o impresso teria de se adaptar ao “retraimento” (p. 02) existente em certos setores da economia bajeense naquele início do ano; o fato curioso, no entanto, é que essa diminuição no número de páginas não se deu somente neste curto espaço de tempo, expandindo-se, do mesmo modo, para todo o último ano de circulação que o semanário possuiu.

O quadro que segue traça um comparativo entre a quantidade de páginas que as publicações do veículo continham em cada um dos anos em que circulou. De tal modo, ele aponta para um aspecto curioso: somente em duas oportunidades o *DeFato* conseguiu repetir o número mínimo de páginas que teve nas publicações em 1986, só que em 1987.

Quadro 03 – Dados sobre o número de páginas em cada edição do *DeFato*

Jornal <i>DeFato</i> [1]			
Ano de Publicação	Total de Publicações	Nº de Páginas por Publicação	Nº de vezes em que a quantidade de pags. se repete
1986	13	20	08
-	-	16	05
Jornal <i>DeFato</i> [2]			
Ano de Publicação	Total de Publicações	Nº de Páginas por Publicação	Nº de vezes em que a quantidade de pags. se repete
1987	40	16	02
-	-	12	19
-	-	08	19

Fonte: Autor (2023)

Como a tabela apresentada mostra, existe uma queda vertiginosa no número de publicações realizadas pelo *DeFato* no ano que se inicia os trabalhos da Assembleia Geral Constituinte. Coincidentemente ou não, é no começo de 1987 que o jornal cria o seu caderno rural, que viria a ser patrocinado por figuras reconhecidas da agropecuária de Bagé. É nessa fase, por exemplo, que a Cicade, a Veterinária Torrescasana e o Pereira Remates LTDA passam a apoiar monetariamente o espaço, além de ser neste período também que anúncios de veículos agrícolas começam a aparecer com determinada frequência nele.

As justificativas oficiais para que essa editoria passasse a fazer parte do jornal, no entanto, basearam-se no argumento de que a agricultura e a pecuária constituíam-se as bases econômicas de Bagé, de maneira a terem influência em toda a Região da Campanha. O anúncio da criação do caderno rural do *DeFato* se deu na sua publicação de número 17 e pode ser observada abaixo.

Figura 07 – Anúncio de criação do *DeFato* Rural

DeFato lança Caderno Rural

Está em fase de planejamento, devendo ser lançado nas próximas semanas, o suplemento rural de **DeFato**. Por que fazer um caderno sobre a agropecuária? Ora, se é uma realidade que a cidade cresceu, e necessitava de um jornal dinâmico, também é fato que a agricultura e a pecuária constituem, ainda, as principais atividades econômicas do município. Provas disso são as nossas cooperati-

vas, principais contribuintes de ICM da cidade, a Cobagelã que possui importância em toda a região; a CICADE, um dos maiores frigoríficos do país. Aqui localizam-se, também, alguns dos melhores haras do Brasil. Há, ainda, a Expo-Feira de Rústicos, a orizicultura...

A editoria do caderno está sob a responsabilidade da jornalista Ada Cristina Silveira.

Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

4.2 Outras vozes sobre o Jornal DeFato

Como já dito anteriormente, a abertura democrática constituiu-se enquanto um período muito fértil a divulgação de novas ideias e à produção intelectual (KUCINSKI, 1991), motivo este pelo qual inúmeros jornais começaram a ser produzidos e publicados no país. O *DeFato*, assim como já ficara explicitado, caminhara da mesma maneira nessa esteira. E, por isso, logo em seu começo conseguira obter uma grande repercussão sobre o conteúdo o qual se propunha a produzir. Jornais já consolidados, como o *Correio do Povo* e o *Correio do Sul*, repercutiram a sua estreia. Por óbvio, com níveis de empolgação diferentes.

O *Correio do Povo* (1895-atual), que fora um dos mais relevantes periódicos sul-riograndenses durante o século XX, tivera uma coluna sua exposta na página três da edição de estreia do semanário bajeense. Escrita pelo jornalista Léo L. Vieira, o texto intitulou-se “a que vem *DeFato*” e teceu reflexões sobre o surgimento do jornal bajeense, bem como ao modo em que ele poderia influenciar no cenário jornalístico do município.

Vieira afirmara que o impresso viria para “conquistar um espaço perdido para aqueles que não tiveram, no passado, a firmeza necessária e a constância de continuarem lutando pela implantação de outro órgão” (p. 3) na cidade e que teria surgido para dar voz aos anseios de parcelas da população menos assistidas pelo Poder Público, confrontando a dura realidade encarada pelo povo da Rainha da Fronteira. O tom elogioso, na maior parte, entoara os seis parágrafos que acabaram compondo o corpo da notícia a qual também elogiava a fundação de um “jornal de análise dos fatos da vida local” (ibidem).

Por outro lado, o *Correio do Sul*, da mesma localidade, em curta nota de rodapé na sua edição de 29 de setembro, apresentara um caráter de desconfiança para com o concorrente recém-formado. E questionara se “profissionais sem formação jornalística” (*Correio do Sul*, 1986, p. 7) poderiam vir, de fato, a fazer um bom serviço.

O caráter diverso e cooperativo do *DeFato*, questionado pela publicação do *Correio do Sul*, corroborou para que profissionais diversos da educação passassem pela redação do jornal. Isso fez com que a área virasse um dos seus carros-chefes, ocupando sempre um espaço considerável em suas edições. Quanto a esta temática, em específico, veremos na subseção abaixo.

4.3 As páginas destinadas à educação

Figura 08 – Editorial da edição de nº 0 da página destinada à educação no *DeFato*



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

O período de transição para a Nova República (1985-atual) fora marcado por inúmeros debates acerca de temas que viriam a afetar o futuro da sociedade brasileira após o final da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Isso fez com que assuntos, que passariam a compor o chamado *Tripé da Cidadania Plena* a partir da elaboração da Constituição Federal (1988), tornassem-se recorrentes no debate público do país. Para além das temáticas relacionadas à saúde e à segurança, que foram surrupiadas durante os anos de militarismo (KINZO, 2001), a tríade em questão contava com um olhar muito atento à educação; motivo este pelo qual o tópico passou a ter uma ampla cobertura midiática sobre si.

Na esteira deste movimento que acontecia nos grandes veículos de comunicação, o *DeFato* reservara um espaço bastante privilegiado para o aprofundamento do assunto. A página a ele destinada possuía como editora a professora Tânia Mara Corrêa, que era graduada em Letras pela Faculdade Porto-Alegrense e pós-graduada em Comunicação, Expressão e Cultura na mesma instituição.

A abertura da coluna destinada à temática, por meio do seu editorial (**figura 08**) de entrada, indicava o tom de análise que o espaço teria sobre questões referentes ao magistério municipal, estadual e federal. Mas não só isso, apontava também para importantes reflexões sobre o direito à educação, a qualidade do ensino nas escolas brasileiras e o tensionamento sobre os rumos que o tema teria no país da Assembleia Nacional Constituinte.

As críticas ao sistema educacional vigente no país, ainda afetado pelas políticas adotadas durante os governos militares, invariavelmente apareciam no caderno. O trecho “sabe-se que o sistema educacional de nosso país carece de mudanças, profundas, pois fez com que a educação, atualmente, deixasse de ser **um direito de todos para ser um privilégio de poucos** (grifos nossos)”

exposto acima torna visível as discordâncias da editora para com a realidade do ensino no Brasil. Dermeval Saviani (2008) destaca o legado de desmanche que a Ditadura Civil-Militar trouxe para a educação brasileira. O autor indica que durante o regime, o governo-repressor promoveu significativas mudanças na área, que teve um decréscimo anual constante no valor investido para o ensino a partir da promulgação da Constituição Federal (CF) de 1967. Esse arrocho nos investimentos educacionais se deu, dentre outros motivos, devido a Carta Magna ter eliminado a vinculação orçamentária existente nas CFs de 1934 e 1946, que obrigava a União, os estados e os municípios a destinar um percentual mínimo da arrecadação para a educação. O primeiro dos documentos citados, da década de trinta, previa um piso de 10% para a União e 20% para os estados e municípios; o da década de quarenta, por sua vez, mantinha os 20% para os estados e municípios e elevava o percentual para 12% junto a União. A Emenda Constitucional de nº01, também conhecida como a Constituição de 1969, ainda reestabeleceria a vinculação de 20%, mas somente para o contexto municipal (SAVIANI, 2008).

Os efeitos das medidas anteriormente citadas, fizeram com que tais recursos fossem progressivamente reduzidos, de maneira a terem descido “de 7,60% (em 1970), para 4,31% (em 1975), recuperando-se um pouco em 1978, com 5,20%” (VIEIRA, 1983, p. 215), o que fizera que o investimento em educação por parte do Ministério da Educação (MEC) chegasse a “um terço do mínimo fixado pela Constituição de 1946 e confirmado pela LDB de 1961” (SAVIANI, 2018, p. 299).

A chamada Constituição dos Militares ainda trataria a legalidade ao *lobby* do Estado junto a iniciativa privada, que começava a se interessar pelo tópico. Neste sentido, destacamos o §2º do artigo 168 do texto, que apontava para o fato de que “respeitadas as disposições legais, **o ensino é livre à iniciativa particular**, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos (grifos nossos)” (BRASIL, 1967). O documento pátrio em questão, de igual modo, relativizaria o princípio da gratuidade do ensino, que até então aparecia em todas as cartas constitucionais da história do país (SAVIANI, 2018). Para melhor visualização, destacamos o inciso III do artigo 168 do Constituição Federal de 1967, que versa:

O ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos. Sempre que possível, o Poder Público **substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo**, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior (BRASIL, Constituição Federal, 1967, grifos nossos).

A parte por nós grifada, que abriria uma lacuna para a iniciativa privada relacionar-se com a educação, ainda seria ratificada pelo inciso IV, do §3º, do artigo 176 do documento de 1969, cuja redação passaria indicar a determinação, antes possível somente a nível superior, também exposta ao ensino médio. Acompanhemos: “o Poder Público **substituirá, gradativamente, o regime de**

gratuidade do ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudo, mediante restituição, que a lei regulará (grifos nossos)” (BRASIL, 1969).

É justamente através do diálogo com o momento histórico em que o semanário estava sendo publicado, que a *Coluna da Educação* se propõe a pensar o futuro, olhando e afastando-se de antigos fantasmas do passado. Para tanto, é sublinhado no mesmo editorial de estreia o modo como se pensava a escola: um ambiente de ascensão social, que deveria fomentar uma formação cidadã e conscientizadora, capaz de despertar o senso crítico nos jovens que nela estudam. O enunciado abaixo²⁰, deixa isso claro:

Percebe-se que a escola, para quem tem condições de frequentá-la, é um meio de **conseguir alguma ascensão social**. Por isso, a grande parte dos alunos está mais preocupada com o diploma do que com o que o curso oferece para a sua formação. [...] Chega-se ao momento de ter claro o papel da educação. Se educar significa “abrir caminhos”, “conscientizar”, ela só se efetiva quando há no indivíduo o **despertar do senso crítico capaz de desmistificar a realidade em que está inserido**” (DEFATO, 27 de setembro de 1986, p. 14, p. grifos nossos).

O debate a respeito de uma educação formadora, que atentasse para o desenvolvimento de sujeitos críticos, que tivessem a capacidade de olhar e resolver questões para além de uma série programática de conteúdos ensinados dentro da sala de aula, continuaria sendo levantado no decorrer dos anos que sucederam o início das atividades do *DeFato*.

A concepção de uma *educação cidadã* viria a aparecer de forma institucional já na Constituição Federal de 1988, que não à toa foi apelidada de Constituição Cidadã. O Artigo 205 do documento versa especificamente sobre o caráter cujo o processo educacional passaria a ser pensado no país, de maneira que tivesse como objetivo a promoção do “pleno desenvolvimento da pessoa”, o “seu preparo para o exercício da cidadania” e a “sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). O artigo posterior, o 206, aponta para os princípios que norteariam a educação do Brasil, priorizando questões tais quais a “I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino” (BRASIL, 1988).

Deste momento adiante, na década seguinte, inúmeros outros documentos surgem como forma de auxiliar o alinhamento do discurso constitucional do país com os seus objetivos educacionais. Esse é o caso da Lei de Diretrizes e Bases (1996) e dos Parâmetros Comuns Curriculares (PCNs), de 1998. Por esta razão, entendemos ser válido apresentar dois recortes que garimpamos dentro dos PCNs, que ajudam a orientar na construção desses sujeitos dentro das escolas brasileiras.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, tanto nos objetivos educacionais que propõem quanto na conceitualização do significado das áreas de ensino e dos temas da vida social contemporânea que devem permeá-las, adotam como eixo o desenvolvimento de capacidades

²⁰ Em todas as citações transcritas de jornais e/ou documentos de época, optou-se por preservar-se a linguagem usada no momento de publicação.

do aluno, processo em que **os conteúdos curriculares atuam não como fins em si mesmos, mas como meios para a aquisição e desenvolvimento dessas capacidades**. Nesse sentido, o que se tem em vista é que o aluno possa ser sujeito de sua própria formação, em um complexo processo interativo em que também o professor se veja como sujeito de conhecimento. [...] Além disso, é necessário ter em conta uma dinâmica de **ensino que favoreça não só o descobrimento das potencialidades do trabalho individual, mas também, e, sobretudo, do trabalho coletivo**. Isso implica o estímulo à autonomia do sujeito, desenvolvendo o sentimento de segurança em relação às suas próprias capacidades, interagindo de modo orgânico e integrado num trabalho de equipe e, portanto, sendo capaz de atuar em níveis de interlocução mais complexos e diferenciados (BRASIL, 1998, grifos nossos).

Neste ínterim, é possível apontarmos que o debate relativo à concepção dos sujeitos-alunos estendeu-se ostensivamente pela metade final dos anos oitenta, com a fundação da Nova República, e durante toda a década de 1990, quando efetivamente o Estado buscou criar mecanismo legais que servissem como um ponto de intersecção entre o que a CF (1988) apontava para a formação dos discentes e aquilo o que realmente estava sendo desenvolvido dentro dos colégios espalhados pelo Brasil.

Ademais, ao voltarmos às características gerais existentes dentro do espaço destinado à educação no *DeFato*, podemos colocá-lo enquanto um ambiente que deu grande visibilidade à luta sindical e às demandas do ensino básico bajeense. O tom democrático e de constante diálogo com a sociedade civil perdurara durante todo o tempo em que o veículo circulou, de forma a professores e profissionais da educação, no geral, assinarem artigos de opinião no espaço com certa frequência.

Com o objetivo de organizarmos o nosso processo de garimpagem (PIMENTEL, 2001) quanto ao tópico, buscamos sistematizar as matérias sobre a educação encontradas no *DeFato* ao longo das 53 edições que ele teve. Para isso, inicialmente, voltamos o nosso olhar para os títulos das reportagens publicadas no semanário ao decorrer de sua existência, de modo a destacarmos dois diferentes níveis de terminologias. Num primeiro nível, nos utilizamos de expressões de busca mais amplas, como: Ensino, Ensino Básico, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Público, Educação, Escola, Colégio, Magistério e Greve. Já num segundo, atentamos para expressões que remetessem a entidades, tais quais: SMEC²¹, CPERS²² e SINPRO²³. A partir da procura baseada nos parâmetros supracitados, foram achadas 42 matérias que se enquadravam em nossa busca. Estas, por sua vez, foram subdivididas em dois grandes eixos, que são: I. Rede Municipal de Ensino; II. Rede Estadual de Ensino.

Do total de reportagens que acabamos garimpando, 24 dissertavam sobre questões ligadas ao Eixo I, da Educação Municipal. Outras 18, referiam-se ao Eixo II, com foco na Rede Estadual.

²¹ Secretaria Municipal de Educação e Cultural

²² Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

²³ Sindicato dos Professores do estado do Rio Grande do Sul

Quadro 04 – Categorização do Jornal *DeFato* e a Educação

Jornal <i>DeFato</i> e a Educação		
Categorias	Rede Municipal de Ensino	Rede Estadual de Ensino
Nº de vezes que aparecem	24	18

Fonte: Autor (2023)

Após fazermos esta categorização mais ampla, optamos ainda por uma nova subdivisão que teve como propósito destacar, em específico, a temática que cada matéria existente no jornal possuía. No que diz respeito ao *Eixo I*, destacamos: doze matérias direcionavam-se ao debate por melhorias e direitos para o magistério municipal, incluindo desde a luta pelo Piso Municipal do Magistério, até a busca por Eleições Diretas para diretores nas escolas do município. Outras dez reportagens referiam-se ao modo como políticos se utilizavam do discurso sobre educação com fins eleitorais. E, além destas, outras duas repercutiram o grave problema estrutural que os colégios da cidade enfrentavam à época. Já no *Eixo II*, pudemos perceber que todas as notícias, direta ou indiretamente, passavam pela *Greve dos 96 Dias*, ocorrida em 1987, que pautava o cumprimento da Lei 8026, cujo texto previa dentre outras coisas o pagamento do Piso Estadual do Magistério e o Plano de Carreira do professorado do Rio Grande do Sul.

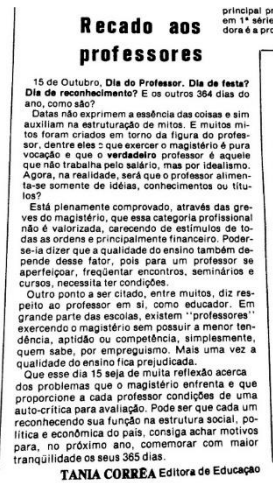
4.3.1 O *DeFato* e a Rede Municipal de Ensino

A página destinada a educação dentro do *DeFato* (1986-1987), demonstrou-se no decorrer de sua publicação, um poderoso espaço de debate para os acontecimentos que afetavam diretamente o magistério municipal. Dentro das primeiras 13 edições do jornal, referentes aos lançamentos do semanário em 1986, o tom ‘forte’ normalmente adotado por Tânia Correa em seus editoriais, revela a tônica inflamada que a conjuntura apresentava.

Neste sentido, nosso objetivo aqui é expor algumas inflexões importantes no período que simbolizem a representação dos fatos ocorridos naquele momento, bem como que apontem para mudanças significativas no processo político e pedagógico que passavam a ocorrer tanto em Bagé, quanto no Brasil, como um todo.

Os primeiros comentários encontrados no semanário, que nos ajudam a começar a compreender os incidentes sobre a educação que estavam acontecendo naquele momento, aparecem logo na primeira publicação após a estreia pública do veículo. O Página da Educação no *DeFato* apresenta na edição de 12 de outubro de 1986, o seguinte editorial:

Figura 09 – Editorial da Página da Educação do *DeFato*



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

O artigo acima, relativo ao Dia do Professor, traz consigo uma série de questões historicamente levantadas pela categoria docente de Bagé. Olhemos inicialmente para o que é argumentado em seu segundo parágrafo, que pondera sobre a criação de *mitos* em torno da figura do professor. Nele, a utilização de ironias por parte da autora aponta para o cerne daquilo o que ela se propõe a debater na editoria: a necessidade de valorização do magistério, como é indicado no trecho subsequente.

Está plenamente comprovado, através das **greves do magistério**, que essa categoria profissional **não é valorizada**, carecendo de estímulos de todas as ordens e principalmente financeiros. Poder-se-ia dizer que a qualidade de ensino também depende deste fator, pois para um professor se aperfeiçoar, frequentar encontros, seminários e cursos, necessita ter condições (DEFATO, 12 de outubro de 1986, p. 11, grifos nossos).

Este enunciado, que denuncia o descaso do Poder Público para com os professores, é ancorado pela realidade vigente à época de sua publicação. O ano de 1986 deu continuidade a uma década repleta de greves nas mais variadas áreas da sociedade — e, principalmente, na educação. Maria da Graça Bulhões e Mariza Abreu (1992), destacam o forte movimento grevista surgido no estado do Rio Grande do Sul a partir de 1979, com o gradual distencionamento das repressões advindas do Regime Civil-Militar. Para as autoras, os chamados anos oitenta representaram um espaço temporal de muita reivindicação, por parte do magistério sul-rio-grandense, por melhorias nas condições de trabalho dos professores.

Esse movimento grevista, no qual nos aprofundaremos em subtópico posterior, pautara a discussão sobre a educação no jornal. Em reportagem com a professora Marisa Codevilla Mata, que era a Diretora de Ensino da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, são apresentados três projetos educacionais para o município que viriam ao encontro para com algumas das pautas que comumente eram cobradas por tais manifestantes; isto é, a expansão do número de vagas na pré-escola e a criação da Classe de Educação Especial que, se hoje demonstra-se antiquada e, inclusive,

excludente, na ocasião era encarada como uma inovação com capacidade de corroborar para o “descobrimento e o desenvolvimento” das potencialidades dos discentes que as frequentariam “para que, dentro de suas limitações”, estes, pudessem “torna-se útil e integrados na sociedade e numa classe regular (DEFATO, 12 de outubro de 1986, p. 11)”.

Figura 10 – Entrevista com Marisa Codevilla Mata



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Ainda na entrevista presente acima (figura 10), encontramos um indício da crise financeira que enfrentava a educação durante o período. A fim de ressaltar esse ponto, destacamos a citação que segue: “Para o próximo ano, o projeto é abrir 15 classes especiais, sendo que, para isso, a Diretoria de Ensino necessita de material pedagógico e **alerta à população para a importância da doação** (DEFATO, 12 de outubro de 1986, p. 11, grifos nossos)”, que indica o cenário de pouca verba o qual a educação enfrentava.

Essa crise financeira expandia-se de igual maneira para as instituições cuja mantenedora era a Secretaria de Educação estadual, afetando o meio educacional gaúcho de distintas maneiras. No subtópico que segue, apresentamos este cenário por um viés da precarização física e estrutural que acometia os colégios localizados em Bagé, dando ênfase às situações das escolas Silveira Martins e Geteco, que tiveram suas atividades e funcionamentos ameaçados.

4.3.2 O reflexo de um período:

a precarização das escolas situadas em Bagé

O pouco dinheiro no caixa da educação de Bagé, sugerido ao final do subtópico anterior, acarretava em problemas nas suas mais diversas esferas. Estes, comumente, diziam respeito a três questões, em específico: a falta de um Piso Municipal para o magistério — que viria a ser aprovado em outubro daquele ano —, os recorrentes atrasos no repasse do pagamento dos professores e a grave

precarização estrutural das escolas da cidade. Cabe dizer, que o momento difícil enfrentado pela rede municipal de ensino, também era reflexo das políticas-educacionais a nível estadual, que vinham sendo duramente criticadas pelo professorado sul-rio-grandense desde o início dos anos oitenta.

No que tange às más condições físicas dos colégios situados na Rainha da Fronteira, uma notícia de autoria do jornalista Geovani Bohi Goulart destaca o péssimo estado de conservação da escola Gaspar Silveira Martins. De acordo com ele, os principais problemas do local eram “instalações elétricas, portas sem trincos, banheiros sem a mínima condição de uso, falta de pintura e o forro (DEFATO, 12 de dezembro de 1986, p. 11)”.

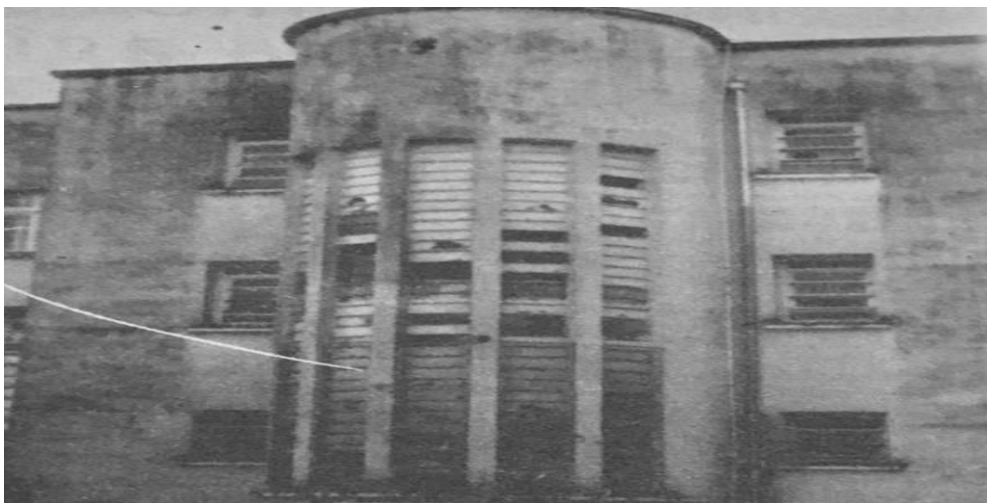
Nas imagens abaixo, damos ênfase inicialmente à matéria, em si, e na sequência, apresentamos fotos da escola expostas no jornal.

Figura 11 – “Silveira Martins: uma escola abandonada”

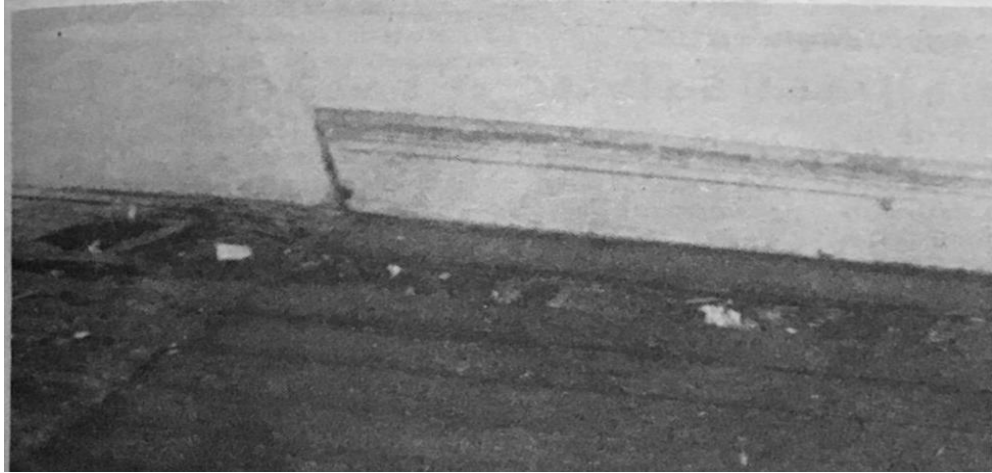


Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Figura 12 – Escola ou casarão abandonado?



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Figura 13 – As crateras da sala de aula

Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

A leitura desta notícia corrobora para a confirmação da tese defendida por Bulhões e Abreu (1992) e Saviani (2008), de que o período de forte desaceleração no investimento em educação durante o regime militar (1964-1985), provocou desdobramentos nefastos para o sistema educacional brasileiro durante os anos iniciais da Nova República (1985-atual). Insta salientar, assim, o fato de que de 1964 até 1987, os empenhos para este fim diminuíram em 11,6%. E, se eram de 28% no período entre 1964 e 1966, passam a ser, de 1983 a 1986, somente 16,4% (BULHÕES; ABREU, 1992).

Sobre o modo como a conjuntura nas esferas municipal, estadual e federal, foi afetada pelo tratamento dado pela Ditadura-Militar para o professorado do ensino básico, Ferreira Jr. e Bittar (2006, p. 1166), colaboram:

A combinação entre crescimento quantitativo, formação acelerada e **arrocho salarial deteriorou ainda mais as condições de vida e de trabalho do professorado nacional do ensino básico**, tanto é que o fenômeno social das greves, entre as décadas de 1970 e 1980, teve como base objetiva de manifestação a própria existência material dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus. O arrocho salarial foi uma das marcas registradas da política econômica do regime militar (grifos nossos).

O cenário de falta de repasses suficientes, por parte do estado para a manutenção e o reparo dos colégios situados em Bagé, influíra também em outras localidades de ensino e, até mesmo, nas de administração privada. Este é o caso da escola Antenor Gonçalves Pereira, o Geteco²⁴, que se não teve de suspender as suas atividades, bem como o Silveira Martins, esteve próximo de fazer isso.

O motivo para a crise dava-se devido ao Geteco ter, nas vagas de alunos que vendia para o governo do estado do Rio Grande do Sul, o principal aporte financeiro para a manutenção de suas atividades. A política de cedência de lugares por parte de instituições particulares, mediante a

²⁴ No ano de 2001, o Geteco passou pelo processo de municipalização e sua administração deixou de ser privada – para ser da Secretaria de Educação de Bagé. Disponível em: <https://www.jornalminuano.com.br/noticia/2017/05/18/geteco-comemora-60-anos>. Acesso: 20/10/2022

pagamentos da União por “bolsas de estudo”, era uma outra forte herança dos tempos em que o governo fora comandado pelo exército, quando ao promulgar a Emenda Constitucional de nº1, de 1969, reforçara-se que o Poder Público buscaria substituir, gradativamente, o princípio da gratuidade no ensino básico e superior, com o objetivo de adotar um sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante a restituição financeira para entidades com fim privativo (SAVIANI, 2008).

Em reportagem lançada no *DeFato*, os professores reivindicavam o aumento de seus salários e melhorias na parte física do colégio, que se encontrava em condições precarizadas. De acordo com o texto, o Geteco à época possuía mais de 800 alunos matriculados, que em decorrência das condições estruturais precárias do ambiente, não podiam usufruir do pátio, da cozinha e de alguns banheiros da escola.

Figura 14 – “GETECO está morrendo”

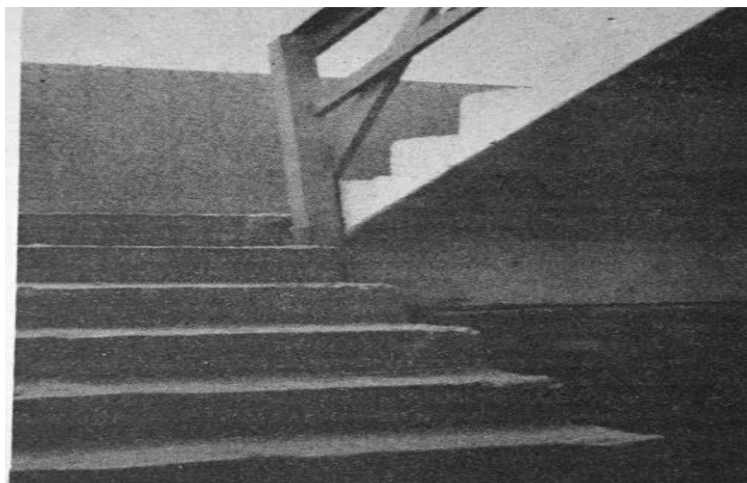


Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Figura 15 – “Pátio não oferece segurança”



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Figura 16 – Interior do prédio sem acabamento

Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Desta matéria em diante, as críticas a Secretaria de Educação e Cultura (SEC) do Rio Grande do Sul (RS) passam a ser cada vez mais presentes no *DeFato*. O governador Jair Soares, eleito democraticamente em 1982 pelo PDS, aparece citado somente uma vez em todo o material que garimpamos relativo à educação. Tal aparição se dá na edição que antecederia o resultado das eleições de 1986, quando Mario Pinheiro, em editorial, questionaria o tratamento para com a educação que o Partido Democrático Social havia a dado durante o período em que fora governo no estado.

4.3.3 A educação e as eleições de 1986 no Rio Grande do Sul

O pleito de 1986 sagrou Pedro Simon (PMDB) o novo Chefe do Executivo gaúcho, com uma expressiva votação em Bagé e nas demais regiões do RS. Em solo bajeense, Simon obteve 41% dos votos do pleito, ante a Aldo Pinto (PDT), que foi a escolha de 21% do eleitorado. Soares, que não participou da votação, estava em vias de adentrar ao Partido da Frente Liberal (PFL) e apoiou Carlos Chiarelli, da agremiação, que terminou-a em terceiro lugar, com 14% na cidade. O resultado a nível estadual não seria muito diferente, com o pemedebista ficando com 48% dos votos totais, frente ao pedetista, que teve 27%, e o pefelista, com 12%.

É válido destacar o excelente resultado que o PMDB obteve nas eleições daquele ano em todo o Brasil. Isso só foi possível por ele ter se aproveitado de uma série de conjunções que deram fôlego às campanhas da sigla naquele momento. Destacamos, aqui, especialmente duas: o uso da imprensa, por meio da Rede Globo, para alavancar a popularidade de suas ações no último período político. E, também, um discurso pró-educação muito forte, cujo objetivo era aproximar-se de eleitores simpatizantes e/ou integrantes do movimento grevista do magistério que havia se consolidado, mobilizando milhares de pessoas, na primeira metade dos anos de 1980 — em especial no Rio Grande

do Sul. O Plano Cruzado que até então demonstrava-se um sucesso ao ter congelado preços e ampliado o poder de compra dos brasileiros, aumentando assim a popularidade do governo de José Sarney (PMDB), igualmente estava em voga e era utilizado como cabo eleitoral por forças políticas dos mais diversos espectros políticos (BARRETO, 2009).

O primeiro dos pontos levantados anteriormente, pode ser observado a partir da análise da recém-findada eleição, que foi realizada por Antônio Luiz Girasol. Ele destaca:

Um outro fato marcante: o poder da comunicação. É inegável que **o maior cabo eleitoral do PMDB no Brasil foi a Rede Globo**, apoiando o governo em todas as suas decisões e massificando a opinião pública com dados que sempre procuraram tirar do eleitor qualquer dúvida que ele pudesse ter com este ou com aquele candidato, **sempre tentando dar ao presidente Sarney uma popularidade que ele nunca teve** (DEFATO, de 21 a 27 de novembro de 1986, p. 03, grifos nossos).

O *lobby* da Rede Globo para com Sarney, apresentado na notícia acima, acabara demonstrando ser um tiro pela culatra para o país. É fato, sim, que em decorrência de toda propaganda positiva, que elevou a popularidade do presidente às alturas, o PMDB apresentou resultados excelentes na eleição daquele ano, uma vez que a agremiação além de ter eleito 53% das cadeiras para deputado federal e 77% das destinadas aos senadores, fez 22 dos 23 governadores (BARRETO, 2009); acontece que, tão logo o pleito findou-se, várias medidas adotadas pelo governo foram gradativamente se mostrando enfraquecidas, motivo este pelo qual tanto a inflação, quanto a impopularidade sarneyzista, cresceram. Ademais, isso fez com que o sucesso do PMDB acabasse se mostrando apenas ilusório (SOUZA, 1988), acarretando numa “rápida deslegitimação do presidente da república, das principais lideranças partidárias da Aliança Democrática e, mais grave, das instituições políticas como um todo” (ARTURI, 1995, p. 25).

Mario Pinheiro, sócio-fundador e autor da grande maioria dos editoriais do semanário, ainda teceria reflexões sobre “qual PMDB” havia vencido aquele pleito. Se o “anterior”, de extrema relevância para as *Diretas Já!*, ou se o “novo”, com fortes marcas conservadoras. Quanto a isso, o jornalista é enfático ao definir:

E o PMDB? Vitória de ponta a ponta. Entretanto, dos setores conservadores do partido. Alguns egressos do PDS e da Arena, como Moreira Franco no Rio. Com raras exceções (Arraes no governo de Pernambuco, Fernando Henrique e Bisol no Senado), **quem venceu foi o atual PMDB**. O que **se segura nas bombachas do latifúndio, contemporiza com o FMI, concilia com os remanescentes do regime militar**, etc. O velho PMDB dos << autênticos >>, que cumpriu um papel importante no auge da ditadura, perdeu (DEFATO, de 21 a 27 de novembro de 1986, p. 04, grifos nossos)

Este mesmo PMDB, que havia se aproximado de forças reacionárias após às eleições de 1982, teve na *educação* uma de suas principais pautas durante a campanha eleitoral de 1986. O tema, muito latente no Rio Grande do Sul durante toda a década, mobilizou milhares de professores em inúmeras ocasiões nas quais buscavam melhores condições de trabalho para os profissionais da Rede Estadual de Ensino. As movimentações políticas da categoria viriam, inclusive, a servir de motivação e a

inspirar o fortalecimento em busca das demandas do professorado em outros lugares do Brasil, visto que os docentes de “quase todo país seguiram um percurso semelhante” (BULHÕES; ABREU, 1992, p. 11), de modo a estas ações os fazerem se enxergar enquanto categoria, inspirando-os a se organizassem, num futuro próximo, em busca de “uma Constituinte livre e soberana” (ZIENTARSKI; PEREIRA, 2012, p. 156).

Na edição de 26 de outubro de 1986 do *DeFato*, o jornal apresenta uma entrevista com o então candidato a governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon (PMDB). Nela, o pemedebista é enfático ao referenciar a educação como algo que será prioritário em seu governo, atentando para “a importância de uma política educacional que atenda às necessidades reais da população em idade escolar” (DEFATO, 26 de outubro de 1986, p. 06).

Os métodos possíveis de serem usados para que isso acontecesse, no entanto, não são aprofundados em momento algum do texto, de modo a haver o apagamento de quaisquer questões referentes a eles no seu desenvolvimento.

Figura 17 – “Simon: Educação é prioritária”



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Com base na matéria acima, é interessante percebermos o aparecimento da *cultura* no debate público. Neste sentido, uma cultura que deveria ser democratizada, com “acesso a todas as classes sociais” (DEFATO, 26 de outubro de 1986, p. 06). Outro ponto relevante de destaque é a defesa de Simon para que existisse uma maior vinculação entre às questões culturais e a própria escola. Além disso, o regionalismo, por assim dizer, passaria a integrar desde cedo o currículo dos estudantes de primeiro e segundo grau — os, hoje, ensino fundamental e médio.

O debate relativo à cultura e à escola seria endossado na Constituição Federal de 1988, que pontuaria que o Estado deve trabalhar para garantir “a todos o pleno dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional” (BRASIL, 1998). Isso ainda seria ratificado na Lei de Diretrizes e Bases

(1996), que atentaria para o pressuposto do pluralismo de ideias, das concepções pedagógicas inovadoras e do multiculturalismo dentro do espaço escolar.

A publicação com textos de 13 a 20 de novembro de 1986 do *DeFato*, que destinaria um amplo espaço para a análise das candidaturas durante o processo eleitoral reforça o argumento de que o partido do presidente José Sarney estava tentando se veicular a pauta da educação. Vejamos:

Figura 18 – “PMDB: investir na educação”

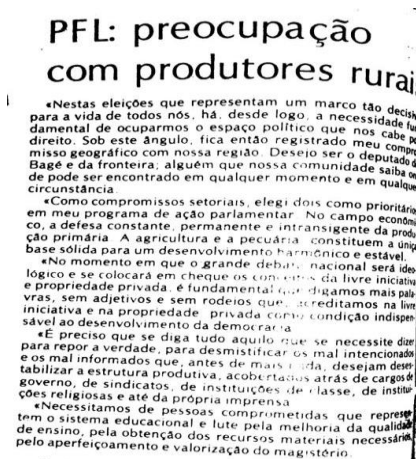


Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Por meio da notícia encontrada no jornal *DeFato*, percebemos a presença de argumentos bastante caros ao momento histórico de sua publicação. O discurso sobre a necessidade de “mudanças na sociedade brasileira e, em consequência, na sociedade gaúcha” (DEFATO, de 13 a 20 de novembro de 1986, p. 06), em conjunto da promessa por maiores investimentos na educação, corrobora na compreensão de que a campanha do PMDB teve como tom a cisão para com as práticas adotadas durante os governos de Jair Soares, ao menos no Rio Grande do Sul. De tal maneira, aproveitando-se da precarização do sistema educacional gaúcho, bem como do argumento, popularizado durante o processo de redemocratização, de que o futuro do país dependia da educação, o partido buscou se aproximar-se do magistério, com inúmeros acenos que, se não levaram o candidato da sigla ao Palácio do Piratini, ajudaram para que isso acontecesse.

Para efeitos de comparação, trazemos abaixo o resumo das propostas dos demais partidos políticos gaúchos para a eleição de 1986, apresentados da mesma forma ocorrida com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Figura 19 – “PFL: preocupação com produtores rurais”



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Atentemos, inicialmente, para a reportagem referente ao PFL. Durante o texto, a temática da educação é citada somente ao seu final, indicando que precisava-se de pessoas que representassem “o sistema educacional” e que lutassem pela “melhoria da qualidade de ensino” e pela manutenção dos recursos materiais necessários para que o magistério pudesse desempenhar o seu trabalho da melhor maneira.

O programa de Chiarelli, que pertencia a um partido herdeiro direto do militarismo, destacava a atenção especial que o candidato daria para as temáticas da agricultura e pecuária, além de ponderar que o mesmo entendia a “livre iniciativa” e a “propriedade privada” serem fatores indispensáveis ao desenvolvimento da democracia. Um aponto ainda é digno de destaque e válido de ser ressaltado: as críticas às pessoas que ocupavam cargos políticos, faziam parte de sindicatos e/ou de organizações afins.

Figura 20 – “PDT: igualdade de oportunidades”



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

A propaganda do PDT, que apresentaremos na sequência, também não se aprofunda no tema, apenas o citando uma única vez ao destacar que buscaria “igualdades de oportunidade de educação e

formação profissional” (p. 06). Na reportagem ainda denota-se o compromisso por uma retomada dos valores perdidos durante o período de Ditadura Civil-Militar, desconstruindo “todas as concessões feitas a grupos e interesses não nacionais lesivas” (ibidem) ao patrimônio brasileiro.

Figura 21 – “PSB: reforma agrária ampla”



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Diferentemente do espaço destinado ao PDT, em que a educação foi citada brevemente, o PSB busca aprofundar-se mais na questão. Neste sentido, é importante percebermos a reflexão existente que aponta para os seguintes questionamentos: *a educação brasileira era feita por quem? E para quem?*; mas não só isso, o autor do texto busca correlacionar o estado de precarização do sistema educacional brasileiro para com os anos de militarismo, que representaram um grande decréscimo em investimento para a educação do Brasil (SAVIANI, 2008).

O penúltimo parágrafo da matéria serve ainda para trazer luz a algo que até então não havia sido tratado nas materialidades estudadas no *DeFato*, referente a necessidade de uma “reforma universitária” que se faria “urgente” (p. 06). Quanto ao assunto, Silva Jr. e Sguissardi (2001, p. 190) afirmam que “as instituições de ensino superior privadas vêm-se obrigadas a se reorganizar no novo contextos”, a fim de “diminuir o seu padrão acadêmico”. Outro dado preocupante é sobre o modo como a Ditadura Civil-Militar mudou o perfil dos alunos que frequentavam as instituições de ensino superior que, em tal fase, passaram a ter 64,5% de suas matrículas oriundas de alunos advindos de escolas privadas e, somente, 35,8% de colégios públicos (NEVES; FERNANDES, 2002).

A reportagem referente às intenções do Partido Comunista Brasileiro (PCB) para o pleito de 1986 apontava para a gratuidade completa do ensino, que um sistema socialista poderia propiciar tanto a nível básico, quanto no superior. Os meandros desse processo de “democratização” da educação, no entanto, não ficam explicitados.

Figura 22 – “PCB: socialismo não utópico”



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

A última de nossas análises, no que diz respeito às propagandas políticas para o pleito daquele ano, refere-se ao que é proposto pelo Partido dos Trabalhadores (PT). No artigo reservado ao partido, o que chama a atenção é justamente nenhum termo relacionado diretamente à educação; optando, ao invés disso, por destacar questões relacionadas à luta de classes, o socialismo e a necessidade de reformas “reais” que o país necessitava. Observemos:

Figura 23 – “PT: luta pelo socialismo”



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Como podemos perceber, ainda que a educação estive presente em outras propostas, mais condizentes inclusive para com o debate que estava sendo feito em torno da temática que iria compor a Constituição Cidadã, é o PMDB que tenta se ‘segurar’ nas questões, evidenciando-a na própria chamada de apresentação de alguns dos itens que nortearam a sua campanha eleitoral.

Não por acaso, Pedro Simon (PMDB), já quando governador do RS, seria muito criticado principalmente por professores ao descumprir acordos de greve, ameaçar o Plano de Carreira do Magistério gaúcho e fomentar ataques da opinião pública à categoria que promoveria a maior greve da história do professorado sul-rio-grandense no ano em 1987.

4.3.4 O Magistério Municipal e a luta por melhores condições de trabalho: valorização financeira e democracia nas escolas

Figura 24 – “Professores na luta por seus direitos”



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

É possível dizermos que durante a década de oitenta, depois do debate sobre a redemocratização, o diálogo em torno de aspectos que envolviam a educação brasileira tenha sido o assunto mais recorrente e com maior visibilidade na imprensa brasileira. Os olhares voltados a esta temática, explicavam-se pelo momento de tensionamento de forças, que tentavam emplacar o projeto político-ideológico que guiaria o futuro do país durante todo o processo de fundação da Nova República, que acarretaria na Promulgação da Constituição Federal de 1988.

No que se refere a fase história que circunda a chamada *abertura democrática* e os processos educacionais que estavam sendo debatidos na oportunidade, Bueno (2004) salienta que este fora um momento também de interesse do Banco Mundial, que via nos países em desenvolvimento a possibilidade de não só defender os ideais neoliberais que possuía, mas igualmente como uma oportunidade de espalhá-los.

O Banco Mundial não tem digamos, uma personalidade acadêmica. Ele representa um conjunto de forças e ideias oriundas dos países centrais que têm como principal escopo, a defesa de seus interesses. Nesse sentido faz a intermediação de tendências e receitas embutidas, em última instância, em projetos de financiamento. Nesse quadro a pressão para que se adote um determinado modelo de gestão vem imbricado num pacote completo de reformas sugeridas, dentre as quais as reformas educacionais (BUENO, 2004, p. 447).

Esse debate, como podemos ter observado no tópico anterior, foi importante para o resultado que as eleições de 1986 apresentariam ao seu final. Ocorre que, em esferas ‘menores’, tais quais as municipais, o tema também repercutia muito, agitando o debate público das cidades.

Em Bagé, por exemplo, o primeiro semestre de 1986 desencadeou uma greve por parte do magistério municipal. Essa ação, surgida na esteira dos movimentos grevistas que borbulhavam em todo o RS, acarretou em importantes conquistas para a categoria na ocasião. Referimo-nos a, por

exemplo, o acordo que possibilitou a criação da lei que instituiria o pagamento do Piso Municipal do Magistério, no valor de 1,6 salários-mínimos, a partir de março do ano posterior.

Figura 25 – “Câmara aprova piso para Magistério”



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

A edição de 26 de outubro de 1986 do *DeFato*, que destaca em nota a votação — e aprovação — do Projeto de Lei que instituiu o pagamento do Piso do Magistério em Bagé, traz consigo um emaranhado de significados. Destacamos inicialmente, esta ter sido a primeira conquista concreta advinda do movimento grevista organizado pela Associação dos Professores Municipais de Bagé (APMB) naquele ano.

O surgimento da APMB aconteceu devido a necessidade de organização que o magistério bajeense carecia para poder reivindicar as demandas da categoria, que perpassavam desde a aprovação do Piso Municipal, até a democratização das escolas, com eleição direta para a escolha de diretores e a reformulação do Plano de Carreira dos docentes. O caráter combativo adotado pela Associação é confirmado em entrevista realizada pelo semanário em 02 de novembro daquele ano, quando Ladi Couto Teixeira²⁵ e Nádia La Bella²⁶, que eram duas importantes dirigentes da entidade, realizam uma retrospectiva do movimento e de suas conquistas. No que se refere aos motivos que levaram o surgimento da entidade, é destacado:

Devido aos **problemas que o magistério vinha enfrentando**, em particular o **atraso no pagamento dos salários**, houve a necessidade de se formar uma Associação que ficasse encarregada de **discutir os fatos, apontar soluções e ter representatividade**, a menos a nível municipal (DEFATO, 02 de novembro de 1986, p. 12, grifos nossos).

Essa mesma entrevista ajuda que consigamos apontar caminhos que facilitam a compreensão da situação que o magistério municipal enfrentava naquela altura. Na oportunidade, Nádia afirmou que com a greve, o professorado obteve “conquistas como a do piso salarial”, mas que este “não era

²⁵ Professora e Presidenta da APMB.

²⁶ Professora e Diretora da APMB.

satisfatório”, pois não conseguia “suprir as necessidades básicas do professor” (DEFATO, 02 de novembro de 1986, p. 12). Com a aprovação, o salário base dos professores passaria a ser de 1,6 salários-mínimos, equivalentes a Cz\$ 2.188,00; para efeitos de comparação, a cidade de Porto Alegre, naquela altura, pagava um piso mensal de Cz\$ 2.777,60 à categoria. O município de São Borja, igualmente interiorana, Cz\$ 2.025,00 (ibidem).

Para a professora, as questões mais importantes e vitoriosas diziam respeito ao aceite, por parte do governo de Vargas, à reformulação do plano de carreira dos professores e a democratização das escolas, por meio de eleição direta para os cargos diretivos. Mendonza (2000, p. 92), entende que o processo de democratização da gestão escolar no Brasil correlaciona-se “aos movimentos mais amplos de redemocratização do país e aos movimentos sociais reivindicatórios de participação”, que eram críticos ao “excessivo centralismo administrativo, à rigidez hierárquica de papéis nos sistemas de ensino, ao super dimensionamento de estruturas centrais e intermediárias” (ibidem).

A este assunto, cabe destacar o entendimento de Rodrigues (1983) quanto as noções de democracia na escola. Para ele:

O conceito fundamental é o **conceito da participação**, isto é, a democratização vai acontecer quando a participação nos processos decisórios no âmbito da Escola ou do Próprio Sistema Educacional sofrer a participação de elementos que hoje estão excluídos deles (RODRIGUES, 1983, p. 45, grifos nossos).

A partir desta reflexão podemos apontar para o entendimento que se desenvolve sobre a democracia nas IEs brasileiras, ligando-o intrinsecamente aos processos participatórios desencadeados por acontecimentos pertencentes a década de oitenta. Não à toa, Angelina Peralva, em artigo publicado em 1988, destaca que o eixo no qual se articula as demandas do magistério é o da gestão participativa.

O atual movimento de professores da rede pública de primeiro e segundo graus no Brasil tende a articular-se em torno de três grandes eixos. Sobre a questão salarial [e a] qualidade de ensino. Por último, propõe-se também como necessária uma democratização geral da estrutura de poder no interior do sistema escolas (PERALVA, 1988, p. 66).

É, portanto, o processo de redemocratização vivido pela sociedade brasileira, um dos fatores preponderantes para que as experiências relativas à educação democrática pudessem ser aplicadas no Brasil. As movimentações ocorridas em Bagé certamente ainda contariam com a influência das Conferências Brasileiras de Educação (CBE), que foram reuniões de educadores promovidas pela ANPED²⁷, a ANDES e o CEDES²⁸.

O IV CBE, realizado em Goiânia no ano de 1986, produziria um dos mais significativos efeitos sócio-políticos para o meio educacional, ao aprovar uma Carta em sua plenária final, que dentre outras

²⁷ Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação.

²⁸ Centro de Estudos de Educação e Sociedade.

coisas incluía: questões concernentes à “democratização da gestão da educação, como o funcionamento autônomo e democrático das universidades, a garantia de controle da política educacional em todos os níveis pela sociedade civil, por meio de organismos colegiados democraticamente constituídos e formas democráticas de participação garantidas pelo Estado para o controle social efetivo das obrigações referentes à educação pública, gratuita e de boa qualidade” (MENDONÇA, 2000, p. 61-62).

A edição de 12 a 18 de dezembro de 1986 do *DeFato*, repercute a primeira eleição para o cargo de diretor de escola na história da Rainha da Fronteira.

Figura 26 – “Escolas Municipais elegem diretoras”



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Ao examinarmos esta notícia, podemos perceber a relevância que o movimento grevista teve para as conquistas do magistério municipal, visto que ele ajudou a assegurar para a categoria: o piso municipal, a gestão democrática das escolas e o Plano de Carreira dos professores, que perduram até hoje dentre as leis da cidade, evidentemente com as devidas alterações e atualizações decorrentes do tempo.

Neste sentido, é possível notar a exacerbação de um sentimento de luta por voz e participação nos anos que antecederiam a Promulgação da Constituição Federal de 1988. A lógica de um povo repleto somente de deveres, por assim se dizer, aparecia em plena decadência e em vias de ser substituída por uma que apontava para uma população que sabe que possui direitos e, ao sabe-los, direcionava-se em busca deles. A própria Ladi, quando perguntada sobre uma suposta pressão de agentes da sociedade civil contra a aprovação do Plano de Carreira, destaca que se fosse preciso, os professores estariam “prontos para cobrar os seus direitos” (DEFATO, de 12 a 18 de dezembro de 1986).

A SMEC, em avaliação pública do ano de 1986, entendeu que as mudanças ocorridas na educação bajeense no período haviam sido positivas. A então Secretária de Educação e Cultura,

Marília Loguércio Ferreira, argumentara não só ter ‘lutado’ junto de seus colegas docentes, como também ter sido uma agente imprescindível para que a greve atingisse suas vitórias. Ferreira, ao *DeFato*, apontaria que “já era meta da administração o processo de humanização do professor através de melhores salário”, tentando relativizar o papel dos grevistas para que isso acontecesse. A **figura 27**, exposta abaixo, apresenta tais argumentos levantados pela autoridade.

Figura 27 – “SMEC: Um ano em retrospectiva”



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Nas entrelinhas da notícia, é possível vermos a avaliação sobre a gestão de Marília frente a Secretaria. De tal maneira, é destacado que “em sua administração tudo foi orientado de maneira que as escolas passassem a discutir em termos pedagógicos”, além de que se teria levado adiante durante o ano de 86 “pequenas coisas que na realidade são **grandes em relação ao que existia** (grifos nossos)” (DEFATO, de 03 a 08 de janeiro de 1987, p. 14).

A leitura de que o ano — ao menos dentro da área educacional — havia sido positivo para o governo Vargas, todavia, não evitou a Reforma Administrativa promovida pelo pedetista após a retumbante derrota eleitoral que o seu partido sofreu na cidade. Marília voltaria a ocupar o cargo de vice-prefeita, tal qual elegera-se em 1985, e João de Deus Gonzalez, até então chefe da Secretaria de Administração, assumiria o seu lugar.

A gestão de Gonzalez é citada pela primeira vez no *DeFato*, na página 06 da edição de 20 a 26 de fevereiro de 1987 do jornal. Na oportunidade, o agora secretário de educação e cultura indicaria alguns dos pressupostos que guiarão a sua gestão frente a gerência das 90 escolas municipais da cidade. Ao assumir tamanha responsabilidade, ele prometera uma gestão democrática, com capacidade de articulação e diálogo com o professorado bajeense, de modo a indicar que “a principal meta do novo titular da SMEC é a reativação dos Círculos de Pais e Mestres (CPMs), como forma de chamar a comunidade para participar na gerência da administração escolar do município” (DEFATO, de 06 a 20 de fevereiro de 1987, p. 06).

Outro ponto relevante presente na reportagem, era a intenção de implantar ao menos um Centro Integrado de Educação Popular (CIEP) na cidade, seguindo o que Leonel Brizola desenvolvera no estado do Rio de Janeiro enquanto governador.

A responsabilidade aumenta, segundo ele, na medida em que << uma das principais prioridades do PDT, partido ao qual estou ligado, é justamente a educação >>. Neste sentido, antecipou que está em estudo a implantação de um Centro Integrado de Educação Popular (CIEP instituído por Brizola no Rio), que funcionaria, inicialmente como uma experiência (DEFATO, de 06 a 20 de fevereiro de 1987, p. 06).

O modelo dos CIEPs partia desde o seu princípio da realidade dos estudantes e o modo como a escola poderia assisti-los em suas formações cidadãs e escolares. Darcy Ribeiro (1986) destaca que a tarefa primordial de tais centros mostrava-se “introduzir a criança no domínio do código culto, mas valorizando a vivência e a bagagem de cada uma delas” (p. 48), de modo o ambiente escolar servir de ponte entre aquilo o que os alunos já sabiam, oriundo de suas vivências, e o conhecimento formal e técnico exigido na sociedade.

Darcy, de grandes contribuições para a educação brasileira, escreve no Livro dos CIEPs (1986), que:

Ao invés de escamotear a dura realidade em que vive a maioria de seus alunos, proveniente dos segmentos sociais mais pobres, o CIEP compromete-se com ela, para poder transformá-la. É inviável educar crianças desnutridas? Então o CIEP supre as necessidades alimentares dos seus alunos. A maioria dos alunos não tem recursos financeiros? Então o CIEP fornece gratuitamente os uniformes e o material escolar necessário. Os alunos estão expostos a doenças infecciosas, estão com problemas dentários ou apresentam deficiência visual ou auditiva? Então o CIEP proporciona a todos eles assistência médica e odontológica (RIBEIRO, 1986, p. 48).

Por parte da SMEC, a confirmação da criação dos Centros Comunitários aconteceria em maio daquele ano, quando a secretaria anunciou não somente um CIEP, mas dois. Estes localizariam nos bairros Estrela Dalva e Passo do Príncipe, comportando cerca de 800 alunos baixa-renda, cada um. Os preceitos pedagógicos dos locais buscariam seguir aquilo o que existia nos demais CIEPs, de modo que os professores se adaptassem “às necessidades dos alunos e não o contrário” (DEFATO, de 08 a 14 de maio, 1987, p. 05).

O prefeito Vargas, que havia garantido ter um “compromisso com a educação” em entrevista ao *DeFato* meses antes (DEFATO, de 27 de março a 02 de abril, 1987), ainda enfrentaria durante sua gestão ante a Prefeitura de Bagé a maior greve da história do magistério gaúcho (BULHÕES; ABREU, 1992), que abordamos desde o seu princípio, até sua conclusão, no tópico seguinte.

Figura 28 – “Vargas aos professores: Meu compromisso é com a educação”

Vargas aos professores: MUNICIPIO

“Meu compromisso é com a educação”

«A administração municipal não fez um acordo com os professores, tendo assumido, isto sim, um grande compromisso com a educação, como um todo». A declaração é do prefeito Luiz Alberto Vargas, a respeito do acordo firmado ano passado, entre Executivo e Associação dos Professores Municipais de Bagé, o qual previa, entre outras coisas, um piso salarial de 16 salários mínimos, a partir de 1º de março. Acrescentou que irá cumprir este acordo, conforme fora acertado no encerramento da greve do ano passado.

Destacou, também, que a seu ver «a questão da educação não se resume apenas ao econômico e é esta exigência que vou fazer, pois quero os professores juntos com o governo municipal discutindo e procurando formas de se equacionar os problemas enfrentados pelo educador para ministrar aula, de se aplicar um plano educacional em Bagé, com as prioridades voltadas à realidade municipal e, especificamente, de cada comunidade».

«Fizemos um acordo como o magistério e vamos cumprir», sentenciou, acrescentando que, em contrapartida, vai exigir o engajamento dos professores na «luta maior», que é a conscientização do povo bageense, juntamente com as associações de bairros. Em seguida, enfatizou que «um dos maiores compromissos do PDT é com a educação». Lembrou que o magistério de Bagé, com o aumento salarial, ficará com um dos maiores pisos do Estado: «em Porto Alegre, o piso é de Cz\$ 2.777,60; em São Borja aproximadamente Cz\$ 2.025,00. Aqui, o piso será de Cz\$ 2.188,00. A maioria das cidades está abaixo deste patamar».

Encerrando, reiterou que irá cumprir o acordo, concedendo o piso «reivindicado justamente» pelo magistério, mas irá cobrar, juntamente com a vice-prefeita e o titular da SMEC, João de Deus Gonzalez, «um maior engajamento de nossos professores na luta popular», enfatizando que o plano de carreira, elaborado pela associação de professores, já foi enviado à Câmara e que as eleições para escolha dos diretores são uma realidade. «Agora, mãos à obra na tarefa da educação, num trabalho conjunto do professor com o Executivo», concluiu.

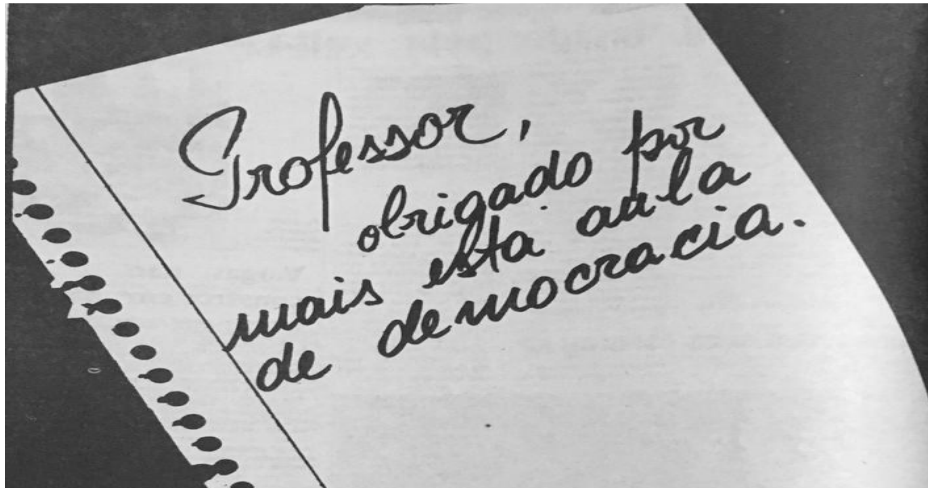


Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

4.4 O movimento sindical e o magistério sul-rio-grandense:

o DeFato posiciona-se!

Figura 29 – “Professor, obrigado por mais esta aula de democracia”



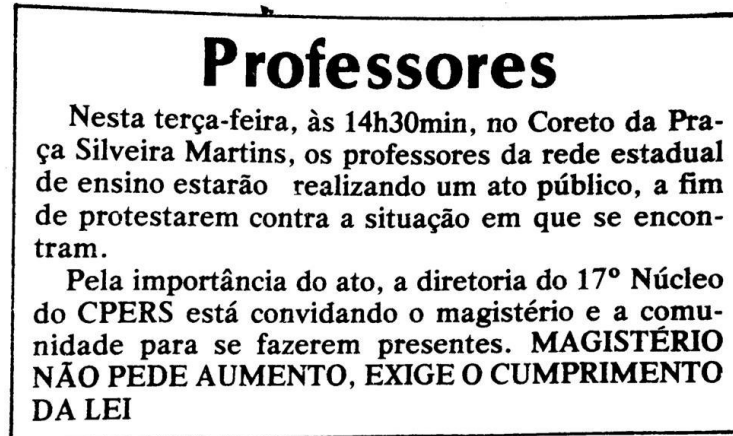
Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

“Professor, obrigado por mais esta aula de democracia” é a frase exposta em arte divulgada na página 08, da edição de 10 a 16 de julho de 1987, do Jornal *DeFato*. A homenagem aos integrantes do magistério, como veremos no decorrer desta subseção, referia-se às atividades do movimento grevista do magistério gaúcho, que naquela altura retornava às aulas após 96 dias de paralisação.

Os motivos que levariam os docentes da Rede Estadual de ensino a entrarem em greve diziam respeito, dentre entre outras coisas, às constantes ameaças de alteração no Plano de Carreira, o descumprimento do pagamento de 2,5 salários-mínimos para toda a categoria e o problema estrutural crônico das instituições de ensino sob o guarda-chuva da Secretaria Estadual de Educação e Cultura (BULHÕES; ARAUJO, 1992). Para que melhor possamos entender cada um destes pontos, retornaremos a primeira citação existente em nossa fonte sobre a organização reivindicatória do professorado sul-rio-grandense.

Ainda que a greve dos professores do estado do Rio Grande do Sul tenha começado oficialmente em 10 de abril de 1987, é na edição de 17 a 23 deste mesmo mês que a ação começa a ganhar notoriedade no *DeFato*. Logo em sua capa, uma chamada destacada em **negrito**, com o título de *Professores*, convocava os profissionais de educação da rede estadual para um ato público que ocorreria na cidade, com objetivo de protestar “contra a situação que se encontravam” (DEFATO, de 17 a 23 de abril, 1987, p. 01).

FIGURA 30 – Convocação de professores para ato público



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Neste chamamento, que estava sendo realizado pelo CPERS, fica evidente a linha que pautaria o debate por ele feito quanto a questão. Isto é, a de que o governador Pedro Simon (PMDB) deveria cumprir para com os acordos celebrados na greve dos professores em 1985, em que foram conseguidas as seguintes conquistas para a categoria: o piso estadual de 2,5 salários-mínimos, a eleição para diretores de escola, o 13º salário e 35% da receita total do estado para a educação, com ao menos 10% deste valor sendo destinado ao plano de restauração e construção de escolas (Nossa história. CPERS Sindicato, 2023).

As letras garrafais, não por acaso, indicavam que a partir deste movimento não se estava buscando quaisquer novas vantagens, justamente porque havia o entendimento por parte do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, de que o pemedebista buscava manipular a opinião pública, a fim de gerar desgaste à organização dos professores. E, se numa primeira oportunidade, a greve obteve apenas uma nota repercutindo a convocação do CPERS para a manifestação, já na edição seguinte o assunto ostentou a capa do semanário, que estampava uma foto do protesto realizado em Bagé na semana anterior.

Figura 31 – “Longe do acordo”



Fonte: Jornal *DeFato*/Arquivo Pessoal

A fotografia exposta na capa da edição de nº 29 do *DeFato*, nos permite algumas interessantes ponderações sobre a participação do ato em prol do magistério. A primeira, de que naquele momento um acordo não estava próximo de acontecer, como é indicado pelo título estampado na capa do veículo, ainda que a mobilização demonstrasse, desde o seu princípio, uma grande adesão (BULHÕES; ABREU, 1992).

Além do que é indicado acima, é por meio da imagem que podemos ter a percepção de que as escolas afetadas diretamente pelos problemas do magistério, se fizeram presentes na manifestação. Mas não só isso, o ponto mais curioso da foto é a presença de uma placa, possivelmente de integrantes da DE²⁹, que se faziam presentes e favoráveis à greve, apesar de terem naturalmente uma grande proximidade com o governo estadual que os indicava.

Na mesma tiragem do jornal, em sua contracapa, o tema voltaria a ser abordado. Desta vez, por Mario Pinheiro, que comumente respondia editorialmente pelo espaço. Ele, de antemão, desvela o posicionamento do *DeFato* referente ao movimento:

Não há dúvidas de que o movimento dos professores estaduais (bem como o de outros segmentos do funcionalismo) **assenta-se em reivindicações justas**. Trata-se do exercício do direito de greve à realização da greve por um direito. Ou seja: o cumprimento do acordo transformado em lei ainda no governo anterior (DEFATO, de 24 a 30 de abril, 1987, p. 02, grifos nossos).

Ao colocar-se favorável às mobilizações grevistas, tratando-as enquanto *justas*, Pinheiro dá o tom da cobertura sobre o assunto que o meio de comunicação o qual era fundador seguiria dali em diante. Não obstante, no mesmo espaço, aproveita-se para criticar a própria imprensa, que na sua leitura dava pouco valor ao ocorrido, como se estivesse aliada ao PMDB.

O que há de novo nesta greve, além, é claro, **da visível articulação do governo estadual com boa parte dos órgãos de comunicação?** O movimento dos professores está inserido no cenário de uma aguada e prolongada crise do capitalismo dependente. Os << liberais >> do atual governo tem-se mostrado tão conservadores quanto os seus antecessores. Gerenciam a economia mantendo os privilégios dos mesmos grupos que lucraram nas últimas décadas às custas do arrocho salarial e da pauperização dos trabalhadores (DEFATO, de 24 a 30 de abril, 1987, p. 02, grifos nossos).

Especificamente à ação de Simon descumprir a Lei 8026, mesmo após tê-la valizada em 1985 — quando era oposição ao governo de Jair Soares (PDS) —, o jornalista ponderara o modo como a desvalorização das demandas dos professores era algo quase que comum, quando não poderia ser.

A **luta do magistério** deve estar vinculada a estruturação do sistema educacional e à própria transformação da sociedade. Afinal, a maioria dos professores convive com as mesmas dificuldades das famílias dos alunos. É o **transporte**. Os **obstáculos para um maior aperfeiçoamento**. O **aluguel**. Enfim, a **sobrevivência com um salário de fome** (DEFATO, de 24 a 30 de abril, 1987, p. 02, grifos nossos).

²⁹ Delegacia de Ensino.

A matéria, de apoio à greve e de duras críticas ao governo estadual, viria a ser complementada ainda na mesma edição, em reportagem de Geovani Bohi Goulart presente na página 05 do periódico. A observação sobre placas que se faziam presentes na ocasião, corroboram para a construção do relato sobre o ato ocorrido na praça do Coreto, conhecida tradicionalmente por ser o palco dos atos em Bagé.

Alguns dos cartazes que se podia ver na ocasião: << Simon – não mete a mão no nosso ganha pão >>, << Queremos nossa lei já, **não somos marajás** >> e a palavra de ordem << O professor na rua, governo a culpa é tua >> (DEFATO, de 24 a 30 de abril, 1987, p. 05, grifos nossos).

A utilização da expressão *marajás*, explícita nos cartazes daqueles que protestavam contra o governador do estado, merece um parágrafo à parte. Isso, porque, essa era uma clara referência aos supostos 16 mil servidores fantasmas que Simon havia denunciado existirem dentro do magistério gaúcho. No que tange a este ponto, a professora Josefina Pimentel, que atuava na escola Silveira Martins, questionara dentro da reportagem o porquê, se realmente existiam 16 mil funcionários fantasmas, eles não eram apresentados, visto que isso possibilitaria “mais dinheiro para pagar o resto do funcionalismo” (DEFATO, de 24 a 30 de abril, 1987, p. 05).

Outro ponto importante sobre a greve organizada em solo bajeense, diz respeito a sua organização, que naquela altura contava com assembleias diárias que eram realizadas na Câmara de Vereadores de Bagé, com objetivo de deliberar atribuições e tirar encaminhamentos que seriam seguidos pelos professores no dia posterior (DEFATO, de 24 a 30 de abril, 1987, p. 05).

Abaixo, apresentamos retratos anexos ao *DeFato* que ajudam na construção da leitura acerca do cenário do que estava acontecendo na cidade.

Figura 32 – Assembleia realizada na Câmara Municipal



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Figura 33 – Descontentamento manifestado publicamente [1]



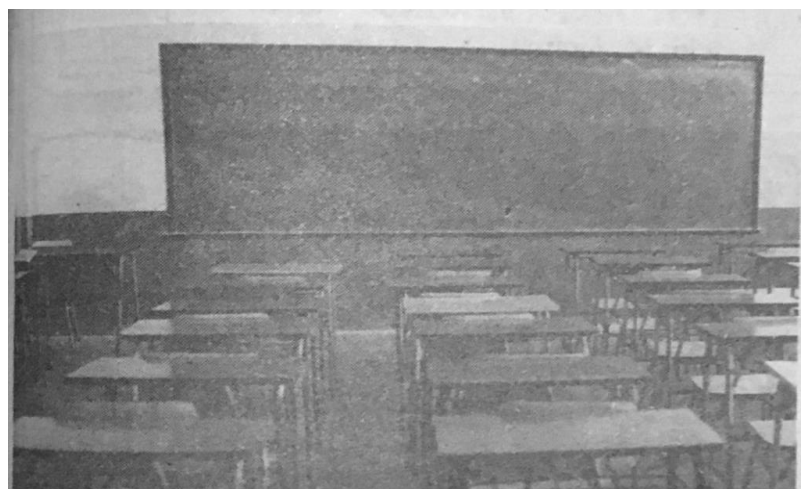
Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Figura 34 – Descontentamento manifestado publicamente [2]



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

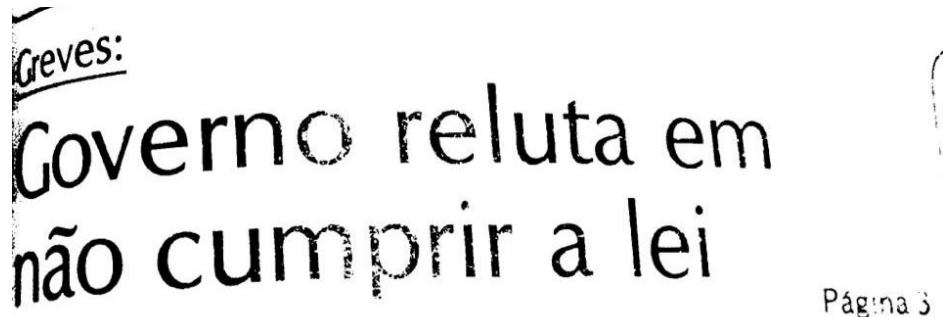
Figura 35 – Salas de aula vazias



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

A publicação posterior do *DeFato*, tornaria a se aprofundar na greve dos educadores gaúchos, ratificando o posicionamento que o jornal adotara no tocante ao assunto, sendo taxativo contra a posição assumida pelo governo de Pedro Simon.

Figura 36 – “Governo reluta em não cumprir a lei”



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

O título exposto acima, que serviria de chamada para as matérias sobre os acontecimentos referentes a educação, dos dias 01 a 07 de maio presentes no veículo, aponta para a manutenção da linha editorial crítica do jornal ao Executivo do Rio Grande do Sul, que mantinha-se sem cumprir para com os itens previstos na Lei 8026 as quais estavam sendo demandados pelo magistério da Rede Estadual de Ensino.

A professora Alda Ghisolfi, que comumente escrevia colunas para o *DeFato*, abordaria a temática sob uma perspectiva de enfrentamento, questionando a estratégia do governo gaúcho de jogar “uns contra os outros” (p. 02) para enfraquecer a mobilização. Ghisolfi argumentaria que isso não teria sucesso, ainda que a chefia do estado ameaçasse e fizesse distinções, por ela entendida, como “injustas” perante ao magistério.

Os pontos levantados na matéria iriam ao encontro ao que Bulhões e Abreu discorreriam em sua obra “A luta dos professores gaúchos”, publicada em 1992. Em essência, as autoras apontariam que Simon, em conjunto de seus pares, tentava mexer com o psicológico daqueles que estavam lutando por melhores condições de trabalho, de modo a realizar ameaças e proferir inverdades sobre as mobilizações as quais estavam ocorrendo.

Neste ínterim, é interessante percebermos o modo como quanto mais a greve ganhava apoio da opinião pública e passava a ser amplamente aderida pela categoria, os ataques contra o professorado modificavam-se e se intensificavam. Observemos que num primeiro momento, em reportagem da edição 28 do *DeFato*, argumenta-se que o Plano de Carreira dos docentes estava ameaçado; depois, na edição posterior, de que o problema seria a existência de um grande número de funcionários fantasmas; e, na atual, de que os professores “cedidos” para funções que não dentro da sala de aula, seriam privilegiados.

No tocante ao último ponto, Alda destaca:

Ou, pelo menos, vão fazer o Governo saber que isto agora não tem nada a ver com o problema, que é assunto para discutir depois, com um sistema de avaliação justo e eficiente, que não venha querendo desviar as atenções porque agora **o culpado é o próprio sistema que o governo sustenta. Não são os professores, em sala de aula ou em outras funções, os responsáveis pela crise que vivemos** (DEFATO, de 01 a 07 de maio, 1987, p. 02, grifos nossos).

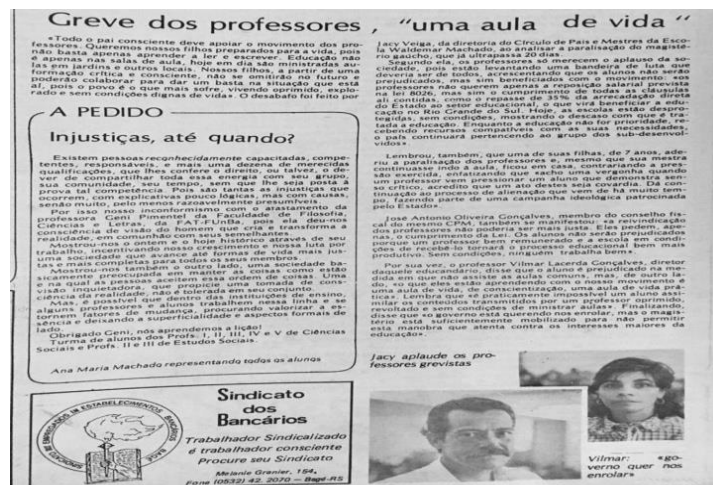
Ainda durante a escrita, a professora voltaria a retorquir os argumentos que vinham sendo difundidos pela base governista, com a intenção de que as desinformações sobre o ocorrido não desgastassem a disposição grevista.

É bom que todos os professores e toda a comunidade saibam, com detalhes, as verdadeiras condições em que se realizaram as cedências. Sobretudo **é preciso obter informações corretas e não ficar repetindo inverdades** que só têm duas origens possíveis: ou **foram plantadas pelo sistema para conflitar e enfraquecer a classe grevista**, ou **são frutos da maledicência que depõe contra professores-educadores** e dá razão, outra vez, ao sistema (DEFATO, de 01 a 07 de maio, 1987, p. 02, grifos nossos).

As questões tratadas no espaço dialogavam com a leitura do CPERS sobre o ocorrido. No *site* do sindicato, em matéria sobre a história das greves encampadas pela entidade, é destacado que a “intransigência, o uso da força e ameaças foram o tom do governo do PMDB durante todo o período”, o que fez que com a “falta de abertura para o diálogo”, manifestantes “a recorrerem à criatividade, ocupações e auto-agendas”.

O caráter intenso e diverso da manifestação dos professores, levou a atuação do movimento grevista a ser admirado pela comunidade. Em matéria exposta na página 03 do *DeFato*, a diretoria do CPM da escola Waldemar Amoretty Machado, Jacy Veiga, exalta a atitude dos professores grevistas, tratando a ação enquanto “uma aula de vida”.

Figura 37 – “Greve dos professores, ‘uma aula de vida’”



Fonte: Jornal DeFato/ Arquivo Pessoal

O apoio dos demais membros que compunham o Círculo de Pais e Mestres do colégio, como é o caso do próprio diretor do Waldemar Amoretty Machado, Vilmar Lacerda Gonçalves, e o conselheiro fiscal do órgão, José Antônio Oliveira Gonçalves, também é

exposto na matéria. Ambos, apontam que as pautas cobradas pelos professores não poderiam ser mais corretas, de maneira a estas, na visão do diretor, serem “uma aula de vida prática” (p. 03).

A temática da cidadania, bastante presente no debate que guiaria o processo de redemocratização, é algo em voga na reportagem. Jacy, seguindo essa linha política-ideológica, salienta que “todo pai consciente deve apoiar o movimento dos professores. Queremos nossos filhos preparados para a vida, pois não basta apenas aprender a ler e escrever” (p. 03).

4.4.1 Os caminhos até o ‘apogeu’ da maior greve

da história do magistério gaúcho

Figura 38 – “‘Bardenação’ em Bagé”



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Ainda que a greve dos professores da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul tenha sido encerrada somente em 14 de julho, o mês de maio daquele ano demonstrou-se um dos mais emblemáticos no que diz respeito às demonstrações de força do movimento grevista gaúcho. É nesta fase que temos o início do que podemos chamar de ‘apogeu’ da luta do professorado, que resultou em grandes e marcantes manifestações em todo o estado.

A *greve dos 96 dias*, como ficou conhecida, fora amadurecendo conforme as adversidades que paulatinamente iam sendo criadas ante a postura do governo de Pedro Simon. O crescimento orgânico de docentes e a boa relação para com a opinião pública, fomentaram mobilizações que podem ser encaradas enquanto o resultado de “uma espécie de culminância do aprendizado de fazer greve” (OSÓRIO, 2015, p. 105), visto todas as lutas que

o magistério encampou do final dos anos setenta, com o gradual processo de abertura democrática, até aquele momento.

Nos anos que antecederam tal protesto, inúmeras demandas já haviam sido pautadas pelos professores sul-rio-grandenses, de modo que certamente questões como o “aprofundamento das péssimas condições de trabalho, dos baixos salários, do descaso e da truculência com que os governos tratavam a categoria” (OSÓRIO, 2015, p. 06), corroboraram para que se aprendesse a “fazer a luta”, mas também para que se adquirisse a capacidade manter-se nela.

Neste contexto, os acontecimentos oriundos da terceira greve do magistério, ocorrida em 1982, ganham relevância histórica e adquirem um papel central na experiência de 1986. Afinal, é na primeira das datas citadas anteriormente, que deflagra-se um processo de ameaça, perseguição e punição contra os professores que militavam pela educação. Bulhões (1992), aponta que isso, entretanto, ao invés de terminar com a organização, fez com que as parcelas mais conscientes da categoria mantivessem-se “mobilizadas em função, principalmente, do debate das questões educacionais, através de encontros e seminários realizados pelo CPERS em diferentes regiões do estado” (p. 151).

A organização da luta em torno da ordem sindical durante os anos de 1980, como ocorre dos professores no CPERS/Sindicato, relaciona-se ao que Alves (2000, p. 120) diz:

Na verdade, as greves nos anos 80 possuíam um claro sentido de resistência de classe à perda hiperinflacionária, com o predomínio de práticas sindicais de cariz "obreirista", voltadas para demandas econômico-reivindicativas. Adotava-se, no caso da CUT, uma estratégia de confrontação, caracterizada por uma oposição sistemática às políticas governamentais e pela ênfase na mobilização de massas e na ação grevista. De certo modo, o cenário hiperinflacionário, de crise estrutural do Estado capitalista no Brasil, no contexto de redemocratização política, contribuiu para o predomínio do sindicalismo classista, de massas, de confronto, com as práticas "obreiristas", seja de cariz socialista ou social-democrata, ocupando maior espaço.

É numa conjuntura acirrada, de grande mobilização, que a edição de nº 31 do *DeFato* apresenta a provocativa capa, referindo-se ao “badernaço” do magistério em Bagé, que havia ocupado a 13ª Delegacia de Ensino localizada no município em 05 de maio. O local reservaria ainda um espaço para o embate que crescia entre lideranças do CPERS e da própria DE.

O magistério bajeense, liderado por Elson Borba (foto menor), tomou a 13ª DE, dando sequência aos atos de protesto pelo não cumprimento da Lei 8026. Gesner Carvalho, delegado pró-tempore, acusa o 17º núcleo do CPERS de incompetente, e levará dossiê sobre o acontecimento à SEC. Professores estão revoltados com as acusações e dizem que os << fantasmas >> mexeram nas gaves. (DEFATO, de 08 a 14 de maio, 1987, p. 01)

A ocupação do prédio físico da DE apontava para uma nova fase das manifestações dos professores, que naquele 05 de maio, organizaram-se de ponta a ponta no do Rio Grande do Sul para entrar nas Delegacias de Ensino do estado, com suas sinetas tocando, como uma

forma de chamar a atenção às demandas, até então ignoradas pelo governo de Simon. Na contracapa do semanário, o editorial intitulado “Sem Baderna e Sem Medo” indicava as leituras possíveis da ação. Atentemos a um recorte:

A atitude dos professores demonstra claramente que **não é mais possível separar a sala de aula do gabinete de planejamento**, pois ambos fazem parte do mesmo processo que deve mudar para não morrer. [...] A ocupação simbólica das delegacias **foi um gesto de conscientização** que deveria atingir a todos os setores da educação. Se não conseguir, terá sido um dos desabafos mais dignos e respeitáveis que a comunidade rio-grandense já viu (DEFATO, de 08 a 14 de maio, 1987, p. 02, grifos nossos).

O título do texto, novamente, indicaria o posicionamento editorial acerca da greve, que só voltaria a ser repercutida no *DeFato* de 05 a 11 de junho. Na edição em questão, dois acontecimentos em especial seriam abordados: os históricos atos, em todo o estado, que mobilizaram milhares de pessoas; e, também, o acampamento montado pelos professores na Praça da Matriz, em Porto Alegre, que teve início em 26 de maio e só seria encerrado no último dia de greve.

O posicionamento crítico aos demais meios de comunicação da cidade, seria reafirmado logo no princípio da redação, que indicava:

A **passeata luminosa** realizada pelo magistério bageense, como em todo o estado, foi um fato **muito mais significativo do que a grande imprensa demonstrou**, aliás, com quase total descansa, intencional ou não (DEFATO, de 08 a 14 de maio, 1987, p. 02, grifos nossos).

A movimentação, mesmo carecendo de registros quanto a quantidade de pessoas que se fizeram presentes no município de Bagé, é apontada como uma das maiores da história do estado do Rio Grande do Sul. O movimento, na Capital, conseguira fazer 40 mil pessoas marcharem até o Palácio do Piratini. Na Rainha da Fronteira, por sua vez, ele caracterizou-se por possuir “professores que alternavam atitudes mais agressivas com hábitos tradicionais e religiosos como as procissões” (DEFATO, de 08 a 14 de maio, 1987, p. 02). Conquanto, o apelido atribuído pelo jornal, de *passeata luminosa*, decorreria pelo horário atípico que acontecera, no cair da noite, que possibilitara que os docentes carregassem consigo círios luminosos durante o ato.

O caráter estratégico adotado na organização das pautas dos educadores, de igual maneira, ganharia destaque na reportagem escrita por Alda Ghisolfi, que empolgada com os caminhos que o movimento trilhava, entendia-o enquanto uma ponte conquistas maiores para a categoria, que possibilitariam melhores condições de trabalho e participação.

Como **movimento classista** ligado a uma das maiores organização da América Latina, o magistério chegará, sem dúvidas, a assemelhar-se aos metalúrgicos do ABC paulista, reconhecidos pela sua capacidade de produção, **com salários razoáveis**, que lhes permitem a sobrevivência, e com um poder político **que se afirma através de paralisações ou não** (DEFATO, de 08 a 14 de maio, 1987, p. 02, grifos nossos).

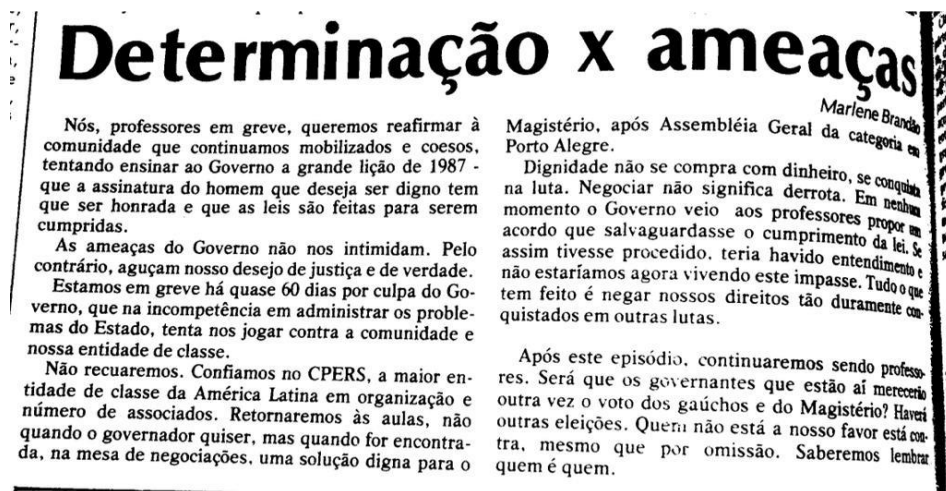
A concepção vanguardista que marcara a mobilização dos professores, refletia o ideário social, educacional e cultural que o movimento grevista pautava. Ghisolfi entendia que a partir de tal manifestação, até mesmo os processos educacionais existentes dentro das escolas seriam modificados. Essa noção fica clara quando a autora propõe:

Muita luta ainda será necessária, mas **chegaremos ao equilíbrio e a coerência entre a posição socioeconômica do professor e o produto de sua atividade profissional**. Esta atividade estará revigorada pela verdadeira condição social e vital que o professor terá assumido profissionalmente e **repassará de forma natural para os métodos e conteúdos que compõem o processo educacional**. Depois de quebrar, em praça pública, todos os tabus que marginalizaram o trabalhador intelectual, da mesma forma que o produtor primário, no sistema capitalista e quanto cultural, **nenhum professor poderá manter-se fiel aos métodos e programas hoje adotados pelas escolas, tanto públicas quanto particulares** (DEFATO, de 08 a 14 de maio, 1987, p. 02, grifos nossos)

Aquele momento, que datava quase 60 dias de greve, significou também o rompimento no diálogo entre governo e representações do magistério — e, em especial, para com o CPERS. O ato ocorrido serviria, portanto, para mostrar que os professores mantinham-se coesos, contando com o apoio da sociedade civil, das organizações políticas e dos círculos de pais; demonstração de força essa, que segundo Bulhões e Abreu (1992), teria sido bem-sucedida.

Na mesma tiragem do jornal, um outro artigo discorria sobre a dificuldade de diálogo existente entre docentes e governo do estado.

Figura 39 – “Determinação x Ameaças”



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Através da leitura da matéria acima, pode-se perceber a preocupação dos professores em mostrarem-se coesos, ao denunciarem as ameaças que a categoria vinha sofrendo por parte do governador. Atente-se, neste ponto, a indicação de que negociações vinham sendo feitas, mas que pareciam estar longe de um resultado positivo, uma vez que os docentes se mantinham firmes na luta pelo cumprimento do texto da Lei 8026 e o pemedebista não parecia dar indicações de que adotaria ações neste sentido.

A tônica do tópico subsequente, sobre o desgaste junto a opinião pública que ajudaria na perda de forças por parte dos professores da Rede Estadual de ensino, pode ser vista já neste tópico. A autora da escrita, Marlene Brandão, pontua que a determinação dos professores em resistirem aos ataques sofridos, enquanto o governo estaria agindo para jogar a comunidade contra o magistério. E assim o fez.

4.4.2 Desgaste, Acordos, Perdas e Ganhos: o fim da Greve dos 96 dias

Figura 40 – “Fim à Greve!”



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

O mês de julho de 1987, que demarcaria o final do movimento grevista que encabeçou a *Greve dos 96 dias*, fora também um período de enormes inflexões nos rumos das ações que o professorado gaúcho havia tomado até então. A opinião pública, que em outrora mostrava-se favorável aos docentes, começava a apontar uma mudança na sua abordagem relativa ao assunto. Isso, quando não esquecia-se do debate que, cada vez mais, foi sendo apagado do noticiário da imprensa tradicional do estado.

Para abordarmos essa questão, precisamos olhar rapidamente para fora do *DeFato* e voltarmos nossa atenção ao que dizem Bica e Jardim (2018), no que tange a quantidade de notícias acerca do tema no também bajeense Jornal *Correio do Sul*. De acordo com os autores, ainda que inicialmente tenha existido uma ampla cobertura do veículo sobre a paralisação dos educadores, com o passar do tempo, criou-se uma “lacuna vazia” (p. 04) no noticiário de tal, que paulatinamente deixou de abordar a questão em suas páginas.

Diferentemente do que acontecera no seu contrterrâneo, o semanário que constitui-se enquanto nossa principal fonte de pesquisa se mostrou cada vez *radical* no apoio editorial que dava ao professorado da Rede Estadual de ensino. Na edição de número 38, referente aos acontecimentos entre os dias 03 e 09 de julho, o impresso indica logo na página 02, duas matérias referentes ao tópico.

A primeira, que respondia pelo editorial da edição, destacava o apoio que o movimento continuava a ter, de maneira que até mesmo o magistério municipal haveria parado por um dia, com objetivo de endossar as demandas dos colegas de profissão. Apesar do ar de otimismo que essa ponderação poderia trazer, o fragmento deste mesmo texto, que apresentaremos abaixo, indica pela primeira vez dentro do jornal o desgaste que acometia o movimento.

Os professores não medem esforços, até contra a sua própria dúvida; os alunos e os pais ainda são poucos e tímidos, **mas enfrentam dificuldades e incompreensões** e dão seu recado, sem papas na língua. O governo do Estado, nas mãos de **políticos de longa experiência no fácil manejo das massas populares** mostra-se o que é: incapaz de conviver com a democracia quando a realidade tem mais força que os discursos inibidores de manifestações justas e atuais (DEFATO, de 08 a 14 de maio, 1987, p. 02, grifos nossos).

Notemos a partir da leitura dos grifos acima, o relato de que alunos e pais, mesmo que poucos, começavam a *enfrentar dificuldades* para compreender o tanto de dias que as escolas estavam sem aulas. É sabido, que historicamente quando num momento de greve, os populares tendem a se preocupar com o modo como as aulas serão repostas, bem como se o “ano letivo não será perdido por completo”. Esse receio, e seus afins, construíam-se também por meio de uma campanha massiva que o governo de Pedro Simon realizaria contra o magistério. O indício da abordagem adotada pelo Chefe do Executivo gaúcho torna-se mais facilmente visível a seguir.

Tripudiar sobre a organização do magistério e sobre a lei que resultou desta organização só pode levar o governo à desmoralização. Que autoridade tem um governador e um palácio onde **não se cumpre a lei** e não se recebem comissões de pais e alunos? (DEFATO, de 08 a 14 de maio, 1987, p. 02, grifos nossos).

Exposto na mesma página do jornal, um texto com o título “A garra do magistério”, corrobora para o discurso de resistência dos professores ante ao governo do Rio Grande do Sul. Percebamos:

Figura 41 – “A garra do magistério”

A garra do magistério

*Marlene Guterres Brandão -
Comissão de Imprensa do Comando de Greve do 17º Núcleo
do CPERS*

O Magistério Gaúcho é o último reduto de resistência no Estado, pelejando com garra e coragem, sem temer ameaças na defesa de direitos tão duramente conquistados em greves anteriores.

No momento em que o sr. Governador apela para ameaças e punições, usando de força mais do que os governos da época da ditadura, os professores renovam energias, apoiados pela firmeza de seus diretores.

A comunidade apassa a admirar a tenacidade da categoria, que bem expressa as dificuldades e angústias, servindo de voz ao povo cada vez mais massacrado por esse arrocho salarial que a ninguém perdoa. As pessoas vêm a nós e dizem: «Por favor, não nos decepcionem. Continuem lutando!»

Se perdermos esta batalha, não é só o professor que perde, mas todo o Rio Grande que se sentirá mais uma vez roubado em seus direitos. Não é com punições que esta greve terá fim, mas quando o Governo honrar as mais caras tradições deste Estado, cumprindo com a palavra empenhada em Lei.

Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Esta nota advinda da Comissão de Imprensa do Comando de Greve do 17º Núcleo CPERS revela a preocupação efetiva do sindicato em começar a construir uma saída vitoriosa

para o movimento àquela altura, utilizando-se de um tom “homérico” nas façanhas realizadas pelos grevistas durante o período em que esteve organizado. Além disso, é possível destacar que a relação com a comunidade era primordial para que os professores se mantivessem na luta.

É importante salientar que naquele momento, mesmo que o final da greve não tivesse sido oficializado, os professores que estavam expostos a todo o tipo de pressão há mais de noventa dias, já apresentavam sinais de cansaço que seriam confirmados pelo professor Elson Borba, em matéria exposta na tiragem de número 39 do *DeFato*.

A edição supracitada do impresso é a que decreta o final das mobilizações grevistas no semanário. Com uma mensagem curta, logo em sua capa (**figura 40**), está exposto o dizer: *Fim da greve*. Poucas folhas depois, na página 07, um texto é enfático ao pontuar que após votação em assembleia com 489 professores, o magistério decidia por voltar às aulas.

Após 91 dias de paralisação, 61 dias letivos o magistério da rede estadual de Bagé, em concorrida assembleia, **com a presença de 489 professores**, decidiu **por fim à greve mais longa**, até agora, da categoria (DEFATO, de 10 a 16 de julho, 1987, p. 07, grifos nossos).

Destacamos que apesar da indicação de que a greve acabara com 91 dias, o resultado de tal votação precisaria ainda ser levado para assembleia estadual do CPERS, que ocorreria na quinta-feira daquela semana, a fim de que fosse validado. Em decorrência disso, existe o entendimento de que a paralisação ocorreu durante 96 dias; e não 91.

Elson Borges, diretor do CPERS em Bagé, indicaria que para ele não existira vencedores na ‘queda de braço’ travada com o governador do Rio Grande do Sul, ainda que Pedro Simon tivesse “saído bem desgastado de todo o movimento, pois quando estava na oposição, em 85, foi um dos principais instigadores da greve” (DEFATO, de 10 a 16 de julho, 1987, p. 07). A categoria, na visão do professor, sairia fortalecida em termos de politização e conscientização, bem como a entidade que conseguira, a duras perdas, organizar as mobilizações. Borba, durante o texto, afirmaria que:

Resistimos até onde foi possível. Não perdemos tudo, pois o **Plano de Carreira continua intacto**. Temos que levar em consideração que este é um **plano emergencial**. Caso, até novembro, não surgir garantias concretas às conquistas obtidas em 85, podemos estudar uma nova mobilização (DEFATO, de 10 a 16 de julho, 1987, p. 07, grifos nossos).

O fragmento acima, apresenta uma contraposição dentro do próprio discurso do presidente da entidade no município. Notemos que inicialmente ele indica acreditar que não existiram vencedores no processo de embate entre professorado e governo estadual, de modo a convergir para com a postura adotada pelo próprio CPERS ao referir-se sobre o assunto. Mas, que depois disso, pontua terem *resistido* o máximo que conseguiram para que não perdessem *tudo*; fato este que nos permite interpretar — e comprovar — que não houveram

Figura 43 – Professores acampados na Praça Silveira Martins



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

Figura 44 – Passeata realizada durante a última semana de greve



Fonte: Jornal *DeFato*/ Arquivo Pessoal

PARTE V

5. Considerações Finais

Partindo de um pressuposto de que as pesquisas no campo da *história da educação* jamais serão cristalizadas em si mesmas, nos parece lícito afirmar que este trabalho não se finda aqui, uma vez que as *fontes* estão por aí, a todo momento, em todo o lugar. Ainda assim, aproveitamos deste espaço para destacarmos algumas reflexões proporcionadas por nossa pesquisa sobre o percurso da educação pública em Bagé a partir das páginas do Jornal *DeFato* (1986-1987).

No que tange às noções sobre a *imprensa alternativa* brasileira, ressaltamos que o conhecimento sobre esse modelo midiático foi fundamental ao entendimento do contexto o qual circundava a principal fonte que optamos por utilizar em nossa investigação científica. De tal modo, que as informações sobre a sua origem — popular e social — tenham ajudado a desvelar o modelo jornalístico, fortemente vinculado aos valores ideológicos do campo político da esquerda, empregado no semanário estudado.

O *DeFato*, que surge na esteira de mudanças estruturais que estavam ocorrendo na sociedade do país durante o período de fundação da Nova República (1985-actual), nos ajuda a compreender algumas das principais demandas que a população possuía à época. Neste sentido, referimo-nos aqui a um movimento em torno da cidadania, do direito à participação e do rompimento total para com as amarras políticas e de costumes da Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

No âmbito educacional, as demandas não apresentariam-se tão diferentes. Buscaria-se, dentre outras coisas, condições dignas de trabalho, salários justos e a gestão democrática nas escolas municipais e estaduais. É, pois, sob as páginas de um veículo alternativo de comunicação fundado na Região da Campanha do estado do Rio Grande do Sul que procuramos nos ater às conquistas e às derrotas obtidas pelo magistério bajeense e gaúcho durante os anos de 1986 e 1987.

Dessa forma, pudemos notar por meio do contato e da análise de reportagens completas, imagens e fragmentos de texto, como as vitórias obtidas pelo professorado sul-rio-grandense deram-se sempre em decorrência do tensionamento da categoria ante a agentes públicos, que ainda que muitas vezes tenham se utilizado da temática da educação para se eleger, quando ocupando os espaços de poder, acabaram negligenciando o debate sobre o tema.

É no que se refere a égide da *luta sindical*, em defesa dos seus direitos, que os professores atravessam por grandes períodos de greve na rede municipal de ensino e, principalmente, na estadual, que recentemente havia eleito Pedro Simon (PMDB) enquanto governador.

A partir do ano de 1987, o enfrentamento às medidas adotadas pelo Chefe do Executivo gaúcho acarretam na maior greve da história dos educadores no estado. Estes, por sua vez,

denunciariam a falta de diálogo por parte do governo, bem como as ameaças, perseguições e calúnias advindas até mesmo da Secretaria de Educação e Cultura.

Apartando-se de uma leitura, muitas vezes, superficial e declaratória sobre as questões polêmicas do dia-a-dia do magistério, como outros meios de comunicação faziam, o *DeFato* passa então a realizar uma ampla cobertura sobre o movimento grevista que tinha como principal reivindicação o cumprimento da Lei 8026, que previa o pagamento de um Piso Estadual do Magistério com base de 2,5 salários-mínimos.

Sobre a importância do *DeFato* para a imprensa bajeense, o próprio CPERS agradecerá publicamente em nota publicada no jornal:

A comissão de imprensa do comando e greve do 17º Núcleo do CPERS agradece ao << DeFato >> pelo apoio que dispensou durante este período, divulgando neste semanário os rumos do movimento (DEFATO, de 10 a 16 de julho, 1987, p. 07).

Enfim, a principal contribuição do impresso durante as 53 edições que teve, entre os anos de 1986 e 1987, foi a de estabelecer análises conjecturais amplas e complexas sobre os embates a nível educacional que ocorreram em Bagé nos anos que antecederam a promulgação da Constituição Federal de 1998.

Cabe ainda ponderar, como possibilidades de futuras pesquisas, estudos comparativos sobre questões educacionais existentes nos dias atuais, para com aquilo o que existia nos anos que sucederam a fundação da Nova República (1985-atual), de modo a atentar para como passagem por governos localizados ideologicamente nos mais diversos espectros políticos, da centro-esquerda à extrema-direita, influenciaram nos caminhos que a educação vem percorrendo no Brasil desde então.

Não obstante, quando voltamos o olhar novamente ao *DeFato*, faz-se possível um deslocamento de nosso escopo de análise para outra direção dentro do jornal, que nos possibilitaria um olhar atento, por exemplo, para a transição da FUNBA³⁰ para Urcamp³¹, que aconteceu no desenrolar de 1987. Ou, até mesmo, para a relação do período de fundação do veículo com as escolas privadas, apontando à realidade que viviam à época.

Ao encaminharmos-nos para a conclusão deste estudo, consideramos que valha a sugestão de que os estudos sobre a relação *da imprensa alternativa com a educação* brasileira, seja ampliado. Isto, porque essa junção pode possibilitar que olhemos, sob distintos prismas, para o modo como desenvolveram-se os processos educacionais do país no decorrer dos anos; corroborando, assim, para os estudos no campo da História da Educação.

Ademais, ao acabarmos de recapitular este percurso, esperamos ter contribuído para o debate acerca da História da Educação, com foco no Ensino Público de Bagé. Para além disso, ansiamos ter

³⁰ Faculdades Unidas de Bagé

³¹ Universidade da Região da Campanha

ajudado na percepção do modo como a conquista de direitos está intrinsicamente ligada à organização política, de luta e enfrentamento frente àqueles que tentam negligenciar o debate sobre as políticas públicas — nas mais diversas áreas.

BIBLIOGRAFIA

- AGIIO, Alberto. **Regime militar e transição democrática: um balanço do caso brasileiro**. Estudos de Sociologia. Unesp, Araraquara, 1996.
- ARTURI, C. **As eleições no processo de transição à democracia no Brasil**. In: BAQUERO, M. (Org.). Brasil: transição, eleições e opinião pública. Porto Alegre: UFRGS, 1995
- BALZAN, C. S.). **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações**. Germinal: Marxismo E Educação Em Debate, 5(2), 240–243, 2013.
- BARRETO, A. **Impacto das coligações nas eleições municipais de Pelotas (RS) – 1988-2004**. Relatório Técnico. CNPq (Edital 61/05), 2008.
- BICA, Alessandro. **A organização da educação pública municipal no governo de Carlos Calvacante Mangabeira (1925-1929) município de Bagé**. São Leopoldo, 2013.
- BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF. Acesso em 10 fev. 2021.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9.394, de 1996**. 1996^a. Acesso em: 24 fev. 2023.
- _____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 fev. 2021.
- BULHÕES, M.G.; ABREU, M. **A Luta dos professores Gaúchos (1979/1991): o difícil aprendizado da democracia**. Porto Alegre: L&PM, 1992.
- CÂMARA, R. H. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações**. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, Belo Horizonte, MG, v.6, n.2, p. 179-191, jul./dez., 2013.
- CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro, 2000.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2.ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CRUZ, H. & PEIXOTO, M. **Na oficina do historiador: conversas sobre historia e imprensa**. In: Projeto História, São Paulo, 2007.
- CUNHA, Murilo Bastos Da. **Desafios na construção de uma biblioteca digital**. Ciência da Informação, Brasília, v. 28, n. 3, p. 257–268, 1999. Disponível em: <http://www.cg.org/gt/gtbv/>. Acesso em: 17 jan. 2021.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. **O estável poder de veto das Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil**. Varia Historia. Belo Horizonte, 2012.
- DEFATO, J. **Jornal DeFato**. Bagé. Brasil, 1986.

- DEFLEUR, Melvin & BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da Comunicação de Massa**. 5ª ed, Rio de Janeiro, 1993.
- ECHEVERRIA, Regina. **Sarney**. A biografia. São Paulo, 2011.
- FERREIRA & DELGADO. **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro, 2008.
- _____. **O Brasil republicano: o tempo da Nova República**. Rio de Janeiro, 2018.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. USP. São Paulo, 2006.
- FESTA, Regina. **Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa**. In: FESTA, R. ; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986. p.9-30.
- FIGUEIREDO, Marcelo. **Transição do Brasil Império à República Velha**. *Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*. p. 119–14. Araucaria, 2011.
- FLICK, U. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.
- GIL, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais**. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, SP, v.26, n.2, 1995.
- GRAMSCI, A. **Cadernos de Cárcere**. Trad. Coutinho, N. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- _____. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- JUNIOR Et. al. **Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa**. Uberlândia, Brasil, 2021.
- KAPLÚN, Mário. **El comunicador popular**. Quito: CIESPAL, 1985.
- KINZO, Maria D’Alva G. 2001. **A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, 2011.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Ed. Página Aberta Ltda., 1991.
- LAMOUNIER, Bolívar. **Apontamentos sobre a questão democrática brasileira**. In: Rouquier, Alain Et. al (org.). *Como renascem as democracias*. São Paulo, 1985.
- LEMIESZEK, Cláudio. **Governos e governantes de Bagé**. 1ª ed. Bagé, 2003.
- LEYA Et. al. **A ditadura encurralada**. 2ª ed. Rio de Janeiro, 2014.
- LOPES, E. & GALVÃO, A. **História da Educação**. Rio de Janeiro, 2001.
- LOSURDO, D. **Contra História do Liberalismo**. Ideias e Letras, 2016.

- LÜDKE, M. & ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Editora Pedagógica e Universitária. Rio de Janeiro, 2012.
- LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- MACEDO, M. R. **Movimento pela democracia: a luta política do PCdoB na imprensa alternativa no processo de redemocratização (1979)**. Estudo Ibero-Americanos. Brasil, 2017.
- MENDONÇA, E.F. **A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- NEVES, M. **As vitrines do progresso**. Rio de Janeiro, 1986.
- _____, Lúcia Maria Wanderley; FERNADES, Romildo Raposo. **Política Neoliberal e Educação Superior**. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 90. São Paulo: Xamã, 2002.
- NÓVOA, Antonio. **Profissão Professor**. Porto Editora. Portugal, 1991.
- NUNES, Clarice & CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Historiografia da Educação e Fontes**. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.) Pesquisa em História da Educação no Brasil. Rio de Janeiro, 2005.
- PERALVA, Angelina Teixeira. **E os movimentos de professores da rede pública?**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, 1988.
- PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01005742001000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 jun. 2018
- SÁ-SILVA, J. R. Et. al. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, São Leopoldo, 2009.
- TUZZO, S. A. & BRAGA C. F. **O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese**. Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo, SP, v.4, n.5, p. 140-158, ago., 2016.
- SAVIANI, Dermeval. **Breves considerações sobre fontes para a História da Educação**. In: _____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- _____, Dermeval. **O legado educacional do Regime Militar**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso: 12/02/2023
- _____. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- SODRÉ, Néelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Porto Alegre, 2011.

- PETRARCA, F. R. **Construção do Estado, esfera política e profissionalização do jornalismo no Brasil**. Revista de Sociologia Política. Brasil, 2010.
- PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental**: seu uso numa pesquisa historiográfica. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01005742001000300008&lng=en&nrm=i so. Acesso em: 19 jun. 2018.
- RIBEIRO, D. **O livro dos CIEPs Rio de Janeiro**: Bloch Editores, 1986.
- RODRIGUES, Neidson. **Por uma nova escola**: o transitório e o permanente na educação. São Paulo: Cortez e Autores Associadas, 1985.
- RODRIGUES, Tobias. **As contribuições do Repositório Digital Tatu da UNIPAMPA para a pesquisa e pesquisadores em História da Educação**. Bagé, 2020.
- SOUZA, M. C. C.; KUGELMAS, E. **Eleições 82**. Novos Estudos. São Paulo: Cebrap, (1), abr, 1983.
- TRAINA, A. **Como fazer pesquisa bibliográfica**. SBC Horizontes. Vol. 2. Minas Gerais, 2009.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985**. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida Neves. O tempo do regime militar. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX (O Brasil Republicano, v. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- TEIXEIRA, N. **Metodologias em pesquisa na educação**: Possibilidades e adequações. Caderno pedagógico, Lajeado, v. 12, n. 2, p. 7-17, 2015.
- TUZZO, S. A.; BRAGA C. F. **O processo de triangulação da pesquisa qualitativa**: o metafenômeno como gênese. Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo, SP, v.4, n.5, p. 140-158, ago., 2016.
- VIEIRA, E.A. **Estado e miséria social no Brasil**: de Getúlio a Geisel. São Paulo: Cortez, 1983.
- YAMASHITA, Marina Mayumi; PALETTA, Fátima Aparecida Colombo. **Preservação do patrimônio documental e bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais**. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 172–184, 2006. Disponível em: <http://www.bcq.usp.br>. Acesso em: 10 set. 2021.
- ZIENTARSKI, C.; PEREIRA, S.M. **Os caminhos para a democratização da educação no Brasil**: qual o papel dos educadores neste processo?. Rev HISTEDBR On-line, v.9, n.34, p.154-166, 2012.